



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



useu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

**Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS
Mestrado em Museologia e Patrimônio**

AS COMUNIDADES DENTRO DA COMUNIDADE:

CONFLITOS PATRIMONIAIS EM BRUMADINHO/MG

Leticia Peixoto Silva

UNIRIO/MAST - RJ, março de 2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



useu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

AS COMUNIDADES DENTRO DA COMUNIDADE:

Conflitos patrimoniais em Brumadinho/MG

por,

Letícia Peixoto Silva,

Curso de Mestrado em Museologia e Patrimônio

Linha 02 – Museologia, Patrimônio Integral e Desenvolvimento

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Museologia e
Patrimônio – PPG-PMUS (UNIRIO/MAST)

O presente trabalho foi realizado com apoio da
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de
Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de
Financiamento 001

Orientadora: Profa. Dra. Priscila Faulhaber
Barbosa

UNIRIO/MAST - RJ, março de 2024



FOLHA DE APROVAÇÃO

AS COMUNIDADES DENTRO DA COMUNIDADE:

Conflitos patrimoniais em Brumadinho MG

Dissertação de Mestrado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em Ciências, em Museologia e Patrimônio.

Aprovada por

Prof(a). Dr(a).



Prof. Dr. Mário de Souza Chagas
(PPG-PMUS UNIRIO/MAST)

Prof(a). Dr(a).

Lana Mara de Castro Simnan

Profa. Dra. Lana Mara de Castro Siman
(Universidade do Estado de Minas Gerais- UEMG)

Documento assinado digitalmente



PRISCILA FAULHABER BARBOSA
Data: 06/05/2024 11:56:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof(a). Dr(a).

Profa. Dra. Priscila Faulhaber Barbosa
(PPG-PMUS UNIRIO/MAST)

Rio de Janeiro, 2024

SS586 SILVA, LETICIA PEIXOTO
AS COMUNIDADES DENTRO DA COMUNIDADE: CONFLITOS
PATRIMONIAIS EM BRUMADINHO/MG / LETICIA PEIXOTO SILVA. --
Rio de Janeiro, 2024.
155

Orientadora: PRISCILA FAULHABER BARBOSA.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Museologia e
Patrimônio, 2024.

1. Brumadinho; Processos identitários. 2.
Patrimonialização; Instituto Inhotim. 3. Comunidades. I.
BARBOSA, PRISCILA FAULHABER, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e aos orixás que me permitiram estar aqui hoje apresentando este trabalho. Agradeço, também, aos guias da Umbanda que me acolhem todos os dias, em especial, à Vovó Judite de Angola pelo acolhimento e ao Vovô Benedito pela serenidade passada em forma de palavra. Saravá!

À minha família que esteve acompanhando esse processo, ao meu pai Cláudio Peixoto Silva pela criação e educação mesmo sob os estigmas da sociedade, à minha avó Terezinha Peixoto pelas histórias de vida compartilhadas, à minha tia Dulcilene de Jesus Silva por todo carinho e à seus filhos Juliana de Jesus Silva e Joel Luiz da Silva.

Aos amigos de pós-graduação que pude estabelecer vínculos que transcenderam o ambiente acadêmico, em especial à Elora Torres Bendelack, Lucas Rodrigues de Barros, Bianca de Cássia Chaves Ribeiro e Jéssica Santos Sé Prado Couto e à minha amiga de graduação Isabelle Santos Carvalho Lopes.

Agradeço, também àqueles que me acolheram e me ensinaram muito em minha estadia no Rio de Janeiro, à Ademilton Pessoa, à Marcos Torquato, à Renata Góes Barbosa de Sá, à Monique Góis e à Gislaine Alhadadas Ribeiro.

Aos brumadinhenses Milton Roque dos Anjos e Wilton Cavalcante pelo apoio e disponibilidade em compartilhar suas experiências, à Paulinho Meneses Diniz, Evandro (Vandeco), Edmilson, Dona Maria Alves, Renata da Banda São Sebastião, Maria Ângela, Adriana Braga (Dina), Marcelo, Remilda e Edvaldo por terem acreditado na pesquisa, em especial, à minha vizinha Vilma Bibiano (*In memorian*) que abraçou esse trabalho desde o início e não pôde vê-lo concluído.

À CAPES pelo financiamento concedido que permitiu o andamento e conclusão dessa pesquisa, à Alexandra, secretária do PPG-PMUS por todo o auxílio nas questões burocráticas e administrativas.

À minha orientadora Priscila Faulhaber Barbosa pelas orientações durante o processo de escrita e produção dessa dissertação, assim como, aos membros da banca Mário de Souza Chagas, Mariza Veloso Motta Santos, assim como, também, aos membros externos Lana Siman e Luiz Carlos Borges pelas contribuições que acresceram este trabalho.

RESUMO

SILVA, Letícia Peixoto. **As comunidades dentro da comunidade: Conflitos patrimoniais em Brumadinho MG**. Orientadora: Priscila Faulhaber Barbosa. UNIRIO/MAST. 2024. Dissertação.

A presente dissertação analisa, a partir da ideia de conflito, as relações patrimoniais que se estendem pelo território de Brumadinho, em Minas Gerais. Assim, o objetivo é apresentar as múltiplas comunidades que compõem a cidade a partir de suas tensões e redes que decorrem desse processo identitário de produção do patrimônio cultural mineiro. Para isso, a pesquisa concentrou-se em compreender a patrimonialização local em seus parâmetros institucionais indagando se tais parâmetros permitem elucidar as identidades heterogêneas e híbridas que compõe o município. Nesse interim, investigamos a problemática dos processos identitários brumadinhenses que se realizam, aos olhares externos, pelos polos Inhotim e o rompimento da barragem, buscando compreender as novas configurações territoriais pós-rompimento que passaram a resumir o município apenas à este evento. O enfoque, contudo, está na relação entre o patrimônio e a comunidade, realizado a partir do patrimônio institucionalizado que consta nas documentações enviadas para o ICMS Cultural do IEPHA pelos órgãos locais responsáveis, em detrimento de outros patrimônios cotidianos, que não constam nas listas municipais. Nesse sentido, foi possível perceber fissuras, disputas, apagamentos e resistências no que corresponde ao patrimônio local, seja este reconhecido ou não, assim como, redes e negociações que serpenteiam entre as manifestações culturais locais.

Palavras-chave: Brumadinho; Comunidades; Processos identitários; Instituto Inhotim; Patrimonialização.

ABSTRACT

SILVA, Letícia Peixoto. **The Communities within community: Heritage conflicts in Brumadinho/MG**. Advisor: Priscila Faulhaber Barbosa. UNIRIO/MAST. 2024. Dissertation

Based on the idea of conflict, this dissertation analyzes the heritage relations that extend across the territory of Brumadinho, in Minas Gerais. The aim is to present the multiple communities that make up the city, based on the tensions and networks that arise from this identity process of producing cultural heritage in Minas Gerais. To this end, the research focused on understanding local patrimonialization in its institutional parameters and whether these parameters allow us to elucidate the heterogeneous and hybrid identities that make up the municipality. In the meantime, we investigated the problem of the identity of Brumadinhense as seen from the outside by the Inhotim poles and the dam collapse, seeking to understand the new territorial configurations after the collapse that have come to summarize the municipality solely in terms of this event. The focus, however, is on the relationship between heritage and the community, based on the institutionalized heritage listed in the documentation sent to IEPHA's ICMS Cultural by the local bodies responsible, to the detriment of other everyday heritage, which is not on the municipal lists. In this sense, it was possible to perceive fissures, disputes, erasures, and resistance in what corresponds to local heritage, whether it is recognized or not, as well as networks and negotiations that wind between local cultural manifestations.

Keywords – Brumadinho; Communities; Identities; Instituto Inhotim; Patrimonialization.

SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS:

- AEDAS** - Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social
- AECOM** - Empresa de auditoria ambiental
- ALMG** - Assembleia Legislativa de Minas Gerais
- AVABRUM** – Associação dos Familiares de vítimas e Atingidos pelo rompimento da barragem – Córrego do Feijão
- ATRB** - Associação de Turismo de Brumadinho e Região
- ASCAVAP** - Associação de Catadores do Vale do Paraopeba
- CACI** - Centro de Arte Contemporânea Inhotim
- COPASA** - Companhia de Saneamento de Minas Gerais
- COHAB** - Conjunto Habitacional Dona Maria de Souza
- CONEP** - Conselho Estadual de Patrimônio Cultural
- CIMP** - Centro Inhotim de Memória e Patrimônio
- CPI** – Comissão Parlamentar de Inquérito
- FAPEMIG** - Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais
- FGV** - Fundação Getúlio Vargas
- FMPC** - Fundo Municipal de Patrimônio Cultural
- IBRAM** - Instituto Brasileiro de Museus
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICOM** – Conselho Internacional de Museus
- ICMS** - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
- IEPHA** - Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
- IHMG** - Instituto Histórico de Minas Gerais
- MIBES- BRUM** - Movimento dos Integrantes de Blocos e Escolas de Samba de Brumadinho
- MIPASA** - Mineração Minas Paraopeba
- ONG** - Organização Não Governamental
- PTR** - Programa de Transferência de Renda
- PPCI** - Política do Patrimônio Cultural Imaterial
- PPCM** - Política do Patrimônio Cultural Material
- PNPI** - Programa Nacional de Patrimônio Imaterial
- RFFSA** - Rede Ferroviária Federal S.A.
- SPHAN** - Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- UEMG** - Universidade do Estado de Minas Gerais
- UFMG** - Universidade Federal de Minas Gerais
- UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE FIGURAS

	Página	
Figura 01.	Mapa de Brumadinho	6
Figura 02.	Zona quente do PTR (Ilustrativa)	26
Figura 03.	Casa abandonada em Córrego do Feijão	27
Figura 04.	Mapa Parque da Cachoeira	29
Figura 05.	Pico dos Três irmãos	34
Figura 06.	Brasão da cidade	34
Figura 07.	Projeto do Memorial Brumadinho - Mirante	36
Figura 08.	Obra rodoviária de Brumadinho – Galeria Praça	42
Figura 09.	Obra Rodoviária de Brumadinho em detalhes	44
Figura 10.	Obra Rodoviária de Brumadinho detalhes	44
Figura 11.	Abre a porta (2006)	45
Figura 12.	Abre a porta (2006) – em detalhes	45
Figura 13.	Capela Santo Antônio	46
Figura 14.	Galeria Rivanne Neuenschwander – Continente Nuvem	47
Figura 15.	Encontros com o Inhotim 2023 – Fórum de Escuta	51
Figura 16.	Encontros com o Inhotim 2023 – Fórum de Escuta – Apresentação	52
Figura 17.	Encontros com o Inhotim – Juventude – Dinâmica de apresentação	53
Figura 18.	Placa do Arquivo Público Municipal	69
Figura 19.	Exposição sobre a Estação Ferroviária de Brumadinho	70
Figura 20.	Memorial João Fernandes do Carmo	71
Figura 21.	Memorial dos Trabalhadores da antiga RFFSA	72
Figura 22.	Fazenda dos Martins	78
Figura 23.	Estação Ferroviária de Marinhos	81
Figura 24.	Serra da Calçada	82
Figura 25.	Ruínas do Forte de Brumadinho	83
Figura 26.	Estação Ferroviária de Melo Franco	94
Figura 27.	Estação Ferroviária de Coronel Eurico	94
Figura 28.	Estação Ferroviária de Souza Noschese	95
Figura 29.	Cachoeira da Usina	95
Figura 30.	Cruzeiro do Tejuco	99
Figura 31.	Chafariz Paciência – Piedade do Paraopeba	100
Figura 32.	Casa de Maria Solano Meneses Diniz - Tejuco	102
Figura 33.	Venda dos Turcos - Aranha	102
Figura 34.	Movimento dos Integrantes de Blocos e Escolas de Samba de Brumadinho	106
Figura 35.	Primeiro abadá Bloco Sociedade Alternativa	107
Figura 36.	Abadá Sociedade Alternativa 2023 – homenagem a Brumadinho	107
Figura 37.	Programação Carnaval 2017	108
Figura 38.	Programação Carnaval 2023	108
Figura 39.	Escadinha da linha	110
Figura 40.	Placa Igreja Nossa Senhora da Piedade – 1988	111
Figura 41.	Altar Igreja Nossa Senhora de Piedade - Reforma Década de 1988	112
Figura 42.	Detalhe do Altar Igreja Nossa Senhora de Piedade – Reforma da Década de 1988	112
Figura 43.	Oratório de pedra – Via das Sete Dores de Maria	113
Figura 44.	Imagem Nossa Senhora da Piedade - 1988	113
Figura 45.	Abraço simbólico Igreja Nossa Senhora da Piedade 2023	114
Figura 46.	Audiência Pública reforma da Igreja de Piedade do Paraopeba – ALMG 2023	114
Figura 47.	Igreja de Nossa Senhora da Imaculada Conceição – Conceição de Itaguá	115
Figura 48.	Igreja de Nossa Senhora das Mercês – Tejuco	115
Figura 49.	Imagem Nossa Senhora das Mercês	116

LISTA DE QUADROS

		Página
Quadro 01	Anexo II da Lei Estadual 18.030/2009 pela Deliberação Normativa do CONEP n. 20/2018	74
Quadro 02	Macroprocessos do Sistema Municipal de Patrimônio Cultural e seus conjuntos documentais	76
Quadro 03	Pontuação de Brumadinho-MG no ICMS Cultural nos anos de exercício 2018 a 2023	77
Quadro 04	Relação de bens culturais protegidos a nível municipal entre os anos de exercício 2018 a 2023	85
Quadro 05	Patrimônios materiais passíveis de inventário	98
Quadro 06	Patrimônios Imateriais passíveis de Inventário	104

Sumário

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 - ENTRE INHOTIM E O ROMPIMENTO DA BARRAGEM: A PROBLEMÁTICA DO PROCESSO IDENTITÁRIO BRUMADINHENSE	18
1.1. A cidade da tragédia? A dita “Tragédia-Crime” e os impactos identitários.....	22
1.1.1. A lama invisível.....	24
1.1.2. Patrimônio local e Memorial Brumadinho	33
1.2. A cidade do Inhotim? Museu Inhotim como patrimônio destoante	38
1.2.1. Galeria Praça: Brumadinho na arte contemporânea.....	42
1.2.2. Nosso Inhotim	48
CAPÍTULO 2 - EM BUSCA DO PATRIMÔNIO BRUMADINHENSE: O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES LOCAIS NOS PROCESSOS IDENTITÁRIOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO.....	56
1.1. As leis municipais e a institucionalização patrimonial de brumadinho.....	60
1.1.1. Plano Diretor	64
1.1.2. O Fundo de Patrimônio.....	65
1.1.3. O Centro de Memória	67
1.1.4. A política de preservação do patrimônio cultural	73
1.2. Os processos do ICMS Cultural.....	74
1.2.1. A Fazenda dos Martins.....	77
1.2.2. Conjunto Histórico e Paisagístico da Serra da Calçada.....	81
1.2.3. Institucionalização municipal: os bens materiais e imateriais	84
CAPÍTULO 3 - RAÍZES DO INTERIOR: POR UMA PATRIMONIALIZAÇÃO DE (RE)CONHECIMENTO DA(S) COMUNIDADE(S)	89
3.1. A cidade do patrimônio: sistematizando caminhos possíveis	96
3.2. Patrimônios em disputa	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
REFERÊNCIAS	124
ANEXOS 136	

INTRODUÇÃO

APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

A investigação que culmina nessa dissertação parte de uma vivência e um olhar atento a cidade em que cresci. Viver em Brumadinho significou, a partir de 2006, conviver com o Inhotim, ainda que, para o brumadinhense, a potência mundialmente reconhecida do museu é, muitas vezes, pouco referenciada. Para nós, o Inhotim é o local das fotos, dos passeios adolescentes em um dia de semana, das teorias mirabolantes sobre os significados presentes nas artes contemporâneas expostas no Instituto, e é, também, o local do primeiro emprego e de possibilidade de renda. Contudo, ainda que o instituto esteja inserido no município, o que se aparenta é uma relação inversa: Brumadinho estaria inserido em Inhotim? Seria o Inhotim um espaço a parte, separado, não pertencente ao território que lhe abriga?

Esses e outros questionamentos foram sendo construídos tanto em âmbito pessoal quanto profissional e vem sendo compartilhado por muitos conterrâneos, em conversas corriqueiras. Particularmente, meu primeiro contato com o museu foi quando, aos oito anos, participei do projeto Coral Inhotim, onde ensaiávamos na “igrejinha” (Igreja de Santo Antônio), resquícios da antiga comunidade apartada daquele território. Com quatorze, fui parte do projeto Bic Junior, financiado pela Fapemig, no Centro Inhotim de Memória e Patrimônio (CIMP) e aos dezesseis, jovem aprendiz em Recursos Humanos do Instituto.

O acesso, ainda adolescente, a um acervo diverso como o do CIMP permitiu abrir margens para uma expansão pessoal do que é ser brumadinhense: as guardas de Congo e Moçambique, as notícias e reportagens dos jornais locais, as entrevistas com moradores da cidade e com antigos moradores da comunidade Inhotim, todo esse material deixara uma inquietação em mim: Como é possível termos o maior museu a céu aberto da América Latina, mas não um museu da cidade? Qual a história da minha cidade?

Por outro lado, alguns questionamentos partem também por vir de uma família de Coronel Eurico, comunidade pertencente ao distrito do Aranha, Ainda criança, atravessava a linha férrea na parada da Dona para chegar até a casa da vó, casa de vó é aconchego, é, também, café e história. Nessas idas e vindas, deparei-me com uma casinha ao lado da linha, e perguntei certa vez a minha família se alguém já havia morado lá, me surpreendi em ver que, na verdade, aquela casinha foi por muito tempo o acesso à educação da comunidade, uma escolinha primária que ia até a quarta série e, devido ao perigo de atravessar a linha, teria sido realocada para onde, hoje, é o PSF (Programa de Saúde da Família) local.

Ainda, moradora do Bairro Santa Efigênia, presenciei muitas vezes a subida e descida das Guardas de Congo e Moçambique na rua José Gabriel da Costa, mais conhecida afetivamente como rua da Igreja (São Cristóvão). A memória afetiva particular

desce pela rua José Maria Bibiano, nome em homenagem a um dos precursores da guarda do bairro, seu Zé Maria Bibiano. O almoço comunitário é ofertado aos congadeiros, e eu, ainda criança, me infiltrava para participar, já que, minha tia era (e é) cozinheira e capitã da guarda, ali, nem fazia ideia do teor patrimonial que a festa possuía, para mim, entendi mais velha que comida é afeto, une as pessoas.

Na rua Pau Brasil, onde se localiza o tradicional Bar do Miguel (ou Miguelito), me ajuntava ainda adolescente no aquecimento do bloco do Ex Presidiários, nome incomum para um bloco de carnaval, mas que, no decorrer da pesquisa evidenciou um aspecto de resistência dos moradores locais. Também acompanha essa história, o tradicional bloco do cantoras do rádio que se permite questionar a perspectiva tradicional de gênero, transveste as nuances de uma cidade que, ainda interiorana, se permite perguntar o porquê das coisas, como uma sociedade alternativa (nome dado, também, a outro bloco).

Tais memórias particulares, contudo, não possuíam um espaço para serem contempladas, já que a cidade não possui um museu, não estavam escritas, já que havia apenas um livro sobre a história da cidade que contemplava outras memórias, consideradas mais oficiais, e, também, não estavam expostas, já que o Museu de Arte Contemporânea Inhotim, presente no território, enfocava-se, apenas, nas artes contemporâneas. Mas pareciam ser compartilhadas com outros conterrâneos, amigos, colegas, professores e moradores mais velhos que contavam e detalhavam, ainda mais, essas histórias.

Assim, busquei a graduação em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e durante a pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentei dois pontos controversos, percebendo ali, uma relação de patrimônio conflituosa, pouco harmônica (e me pergunto se existe em algum lugar uma relação harmônica patrimonial); a primeira foi a forma que foi construída a política de memória local. Durante a pesquisa, observou-se o pouco acesso aos ditos lugares de memória, aqui entendidos nos termos apresentados por Pierre Nora (1993), ou seja, como espaços estes construídos, idealizados, projetados como um referencial mnemônico.

Dessa forma, os espaços de acesso à memória brumadinhense, capazes ou não de nos dizer, talvez, sobre uma identidade local como, a Casa da Cultura Carmita Passos e o Arquivo Público mantinham e mantém seus acervos restritos (retornamos a eles nessa pesquisa, com um olhar mais afiado às legislações e outras formas de salvaguarda do patrimonial local) e o CIMP, responsável pelo início das inquietações dessa pesquisa, após os cortes realizados pela Fapemig em 2014, interrompeu suas bolsas de estudos e fechou as portas.

Por outro lado, o trajeto da pesquisa inicial reservou certa surpresa ao encontrar outras formas do patrimonializar a partir da memória dos moradores no grupo do Facebook

Memorial de Brumadinho, exemplo pulsante do querer mnemônico local, e arrisco a dizer que talvez seja, hoje, o maior acervo a que se tenha acesso sobre a cidade (ainda que não organizado sistematicamente, com os preceitos museológicos e de espaços de memória). Nesse primeiro momento, uma hipótese cresceu: o município (enquanto instituição e provedor de políticas públicas de patrimônio) parecia não dar conta de abranger as comunidades que fazem parte de seu território, e quando o faz, há um interesse de exploração puramente econômica/turística.

Nesse contexto, compreendi a necessidade novamente de retornar aos estudos sobre a política local de patrimonialização, em vista que, após o rompimento da barragem B1, em 2019, novas roupagens discursivas foram produzidas para e sobre o município. De “cidade do Inhotim” a “cidade da tragédia”, o brumadinhense se depara com questionamentos sobre si mesmo, nossas memórias são dos blocos de carnaval, das festas agropecuárias e religiosas, da rivalidade futebolística local, dentre tantos patrimônios que fizeram e fazem parte de nós. A memória dos outros, no entanto, é das artes contemporâneas, do museu e/ou da chamada tragédia-crime, tal como configurada no discurso local.

Saliento que esta pesquisa sequer tem o interesse de findar todos os questionamentos referentes a(s) comunidade(s) de Brumadinho, mas parte, principalmente, de um local de inquietação, de crítica e de dúvida em que me insiro enquanto moradora e pesquisadora da cidade. Talvez, ouse dizer, uma tentativa ainda que introdutória, de apresentar um outro local, especificamente, outros patrimônios e outras memórias em seus processos de negociações, conflitos e alianças que compõe as comunidades dentro de uma comunidade.

Por isso, dentro do período de pesquisa e análise, foram selecionados alguns locais, patrimônios e histórias que possuem o potencial de trazer outras formas de narrativa sobre o município de Brumadinho. Também se seleciona neste trabalho um recorte de locais que trazem um significado subjetivo para grupos, associações e pessoas que, a partir das conversas corriqueiras, expuseram o mesmo desejo de terem seus patrimônios, reconhecidos. Brumadinho é visto aqui, não como a cidade do Inhotim ou a cidade da tragédia, mas a cidade das festas, entre a religiosidade, a colheita e o carnaval, e, se festejar exige música e dança, então é a cidade das bandas musicais e dos grupos de dança, é o local dos causos e contos.

Dessa forma, especialmente no último capítulo se espera que aqueles que lerem este trabalho possam visualizar, ao menos em partes, as outras comunidades que compõe a cidade. Compreendendo que este processo não pretende ser homogeneizante, em vista que a cidade de Brumadinho, territorialmente, é a quarta maior cidade do estado e conta com muitos subdistritos e comunidades que não conseguiram ser tratadas nessa presente

pesquisa. Dessa forma, assume-se que é necessário a importância de se expandir outras pesquisas que se debruçam sobre o tema, e por isso, não parte apenas da perspectiva teórica mas de um trabalho empírico, subjetivo e principalmente afetivo, ao tratar a cidade que cresci.

INTRODUÇÃO

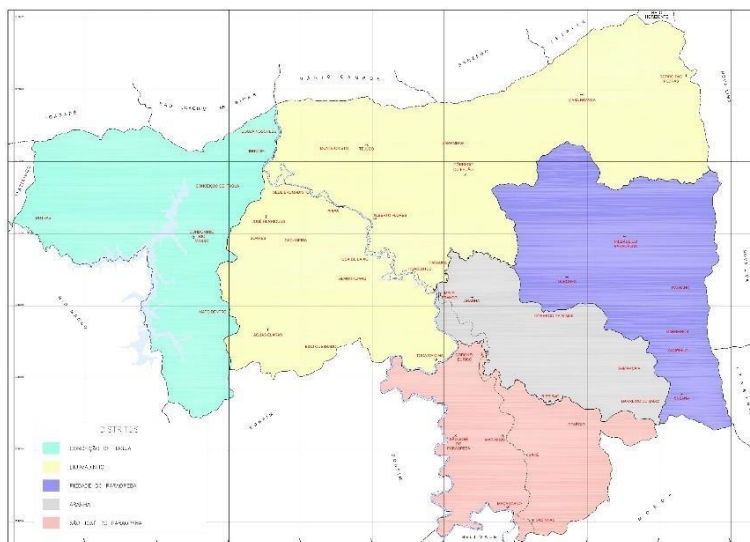
Quando a estupidez humana toma conta de um administrador, ele faz isso aí: destrói um raro ipê roxo, destrói um belíssimo e histórico coreto, destrói árvores, destrói as melhores memórias de um povo e, com meio milhão de reais deste mesmo povo, coloca uma ‘praça de shopping’ no lugar. (CENAS da cidade. Jornal De Fato: Brumadinho, ano 23, ed. 236, nov. – 2020).

No início de 2021, a Praça Paulo Alves, mais conhecida como “praça da rodoviária” de Brumadinho foi reinaugurada após meses de reforma. O que se viu, na prática, foi uma transformação do espaço atrelada a uma proposta de modernidade que, contudo, não abria espaço para a memória local. A destruição do Coreto, anunciada pelo Jornal De Fato supracitado, evidenciou e acirrou ainda mais disputas locais, escamoteadas em narrativas de memória sobre a cidade e o conflito de identidades subjacente. Ironicamente, o Coreto que fora destruído pela reforma, também se via exposto nos materiais de educação patrimonial da Secretaria de Turismo e Cultura, enquanto um bem imóvel da cidade.

Por conseguinte, entende-se que o conflito, nos dizeres de Georg Simmel (1983), pode produzir e modificar os grupos sociais, pode resolver dualismos divergentes e as tensões entre contrastes. Isto é, entende-se o conflito como inerente à sociedade humana, assim, “um grupo absolutamente centrípeto e harmonioso, uma “união” pura (*Vereinigung*) não é só empiricamente irreal, como não poderia mostrar um processo de vida real” (Simmel, 1983, p. 124). Dito isso, ele o faz em diversas áreas do social, em diversos âmbitos de sociabilidade, e aqui, especificamente, no campo do patrimônio brumadinhense.

Nesse sentido, se o conflito é e faz parte do organismo social, a destruição do Coreto perpassa muito além de uma mera tolice e estupidez humana, como apontado pelo jornal, em vista que, tal conflito estende-se juntamente com a história do município, emancipado ao final da década de 1930. Esse processo histórico advém da política republicana brasileira que, durante a primeira metade do século XX, unificou essas comunidades que foram sendo acopladas em “colchas de retalhos” territoriais, no estabelecimento de municípios¹.

¹ Durante a década de 1930 na política republicana brasileira, há um processo municipalização de alguns distritos, o principal instrumento legal para esse processo foi o Decreto-Lei Federal n. 311 de



Prefeitura de Brumadinho, 2023

Esse encadeamento geográfico contribuiu significativamente para a formação identitária brumadinhense, já que, cada um desses distritos constituiu sua própria história e trajetória, assim como também, suas próprias referências culturais que os representam enquanto comunidade. Outrossim, a constituição dos distritos Piedade do Paraopeba², São José do Paraopeba³, Aranha⁴ e Conceição de Itaguá⁵ e reiterado nos estudos de Antônio de Paiva Moura⁶, aludia a distância cronológica (e conseqüentemente, cultural, social e

2 de março de 1938 que reorganiza os limites e divisões territoriais do país. Brumadinho foi emancipado, em consequência do decreto, pela Lei nº 148, de 17 de dezembro de 1938.

² Piedade do Paraopeba foi fundado no século XVII, com as expedições bandeirantes lideradas por Fernão Dias Pais e foi um povoado de abastecimento para as regiões mineradoras, ao longo de sua história, o distrito chegou a ser elevado a status de freguesia em 1832, pela enorme influência que exerceu no Médio Paraopeba. Passou por várias comarcas até ser anexada em Brumadinho, em 1938, como, por exemplo, Nova Lima e Sabará. (Jardim; Jardim, 1982).

³ São José do Paraopeba – fundado São José do Salto do Paraopeba –nos séculos XVIII e XIX, fez parte de outros territórios antes de ser anexado a Brumadinho, como Ouro Preto e Itabirito (*Ibidem*).

⁴ Aranha – fundado Jesus, Maria e José da Boa Vista do Aranha - recebeu o nome em homenagem ao proprietário de terras local, José de Cerqueira Aranha. Chegou a pertencer a cidade de Ouro Preto, elevando-se a distrito em 1846. Em 1884, foi elevado ao status de Paróquia, ainda passou a pertencer, na década de 1920, a cidade de Itabirito e só então, com a emancipação de Brumadinho, foi anexado ao novo município. (*Ibidem*)

⁵ Conceição de Itaguá, ou como é conhecido popularmente, Brumado do Paraopeba, Brumado Velho ou apenas, Brumado. Foi o distrito que deu origem a cidade de Brumadinho, como também ao seu nome. Passou-se de distrito de Bonfim à Curato da Paróquia de Piedade do Paraopeba, em 1892. A mudança de nome para Conceição de Itaguá, padroeira da região, só ocorreu em 1923 pela Lei Estadual nº 622 (*Ibidem*).

⁶ Antônio Moura é professor e historiador e estudou a região do Médio Paraopeba. Em 2014, com o apoio da Prefeitura Municipal de Bonfim, escreveu o livro “Médio Paraopeba e Seu Saber Viver” que conta a história da formação dos municípios da região assim como também, levanta algumas questões acerca do caráter econômico, étnico-político e sociocultural da região.

socioeconômica) entre o surgimento e a emancipação das comunidades, no Médio Paraopeba.

Em termos de suportes mnemônicos que poderiam vir a unificar ou, ao menos, criar pontes de diálogo entre essas comunidades, a cidade possuiu, até 2022⁷, apenas um único livro sobre a história local: “História e Riquezas do Município de Brumadinho” produzido em 1982 pelos irmãos Décio e Márcio Jardim. O Livro, contudo, exaltava as bandeiras e os grandes empreendimentos minerários, denominava os indígenas enquanto “inimigos selvagens” (Jardim; Jardim, 1982, p. 25) e desclassificava a denominação quilombo às regiões de Sapé, Marinhos, Ribeirão e Rodrigues, já que sua formação teria sido após a abolição da escravidão, o que, para os autores, seria uma denominação “imprópria” (*Ibidem.*, p. 40).

Tais narrativas identitárias construídas pelos historiadores do médio Paraopeba foi criticada também pelo historiador Antônio Moura, onde aponta que:

“o interesse do historiador contemporâneo é o de identificar-se com as linhagens da superestrutura que povoaram a região. Como na Idade Média, só tem valor e só é importante o sujeito que puder identificar as linhagens de famílias a que pertence. Daí a importância e o valor que se atribuem a Fernão Dias e a Sobreira, símbolos de uma época de fausto e de poder. Tornaram-se mitos que reforçam o ideal de famílias bem situadas na hierarquia social”. (2014, p. 149).

Essa representação, na ótica cotidiana, se evidencia pelo distanciamento dessas comunidades, nesse quesito, é possível observar que o distrito de Conceição de Itaguá, na conversa corriqueira, continua sendo conhecido e chamado de Brumado - mesmo que a mudança do nome tenha se dado em 1914 (Jardim; Jardim, 1982) – e, ir dos distritos à sede do município se torna ir a “Brumadinho”, fazendo com que esta separação que se entende tanto física quanto histórica e cultural, tornasse a população, principalmente das comunidades rurais, não pertencentes a cidade.

No que diz respeito a memória neste campo de tensão, conflito e negociação, um dos pontos assistidos nessa pesquisa foi a relação entre a sede e as comunidades rurais e quilombolas, como também as relações socioculturais interconectadas comunitariamente. Este último caso, inclusive, apesar dos pontos de proximidade entre os povoados que estão geograficamente distantes da sede, e ainda que sofram de dificuldades similares quanto ao acesso às atividades sociais, econômicas e culturais propostas na região central do município, possuem separações e dissonâncias entre si. A

⁷ Em 2022, contudo, o jornalista e pesquisador Valdir de Castro Oliveira lançou um livro sobre o desenvolvimento de Brumadinho a partir das mídias locais, livro este principal aporte para o capítulo três dessa dissertação. O jornalista foi, por muitos anos, editor do jornal local circuito e por possuir um grande acervo jornalístico, construiu pesquisas sobre o Inhotim e sobre a cidade. Ver mais em: OLIVEIRA, Valdir de Castro. Mídias locais, história e desenvolvimento de Brumadinho: 1910-2013. São Paulo: DNA Digital Gráfica Eirelle, 2022.

própria comunidade de Sapé quando instituída pelo líder João Borges após receber algumas terras do fazendeiro Major Jacinto Gomes do Carmo (Jardim; Jardim, 1982) se manteve isolada por muito tempo, mantendo as tradições e costumes internalizados dentro da comunidade, sendo reconhecida e certificada apenas em 2005.

Ainda, a cidade possui também as comunidades quilombolas de Marinhos, Rodrigues⁸ e Ribeirão⁹, reconhecidas respectivamente em 2010 pela Fundação Palmares e que formam o conjunto patrimonial do Sítio Histórico do Quilombo do Sapé. O nome recebido é proveniente da construção das casas de pau a pique e sapé, uma gramínea que, quando seca, é utilizada para cobrir o telhado das casas. Outras comunidades vizinhas como Casinhas, Massangano e Colégio autodeclaradas quilombolas, lutam, também, pelo seu reconhecimento.

No Protocolo de consulta prévia, livre e informada para o trabalho de reparação integral das comunidades quilombolas de Brumadinho, produzido a fim de orientar as pesquisas realizadas no território quilombola local referente à degradação causada pelo rompimento da barragem, é possível averiguar, a partir do manifesto das comunidades, o desejo de compreensão de sua diversidade ainda que dentro de um mesmo território, o que reverbera a divisão argumentada anteriormente:

Reafirmamos que, apesar da proximidade territorial e histórica, possuímos características próprias. Assim cada uma das nossas comunidades precisa ser vista e ouvida de acordo com a sua realidade, com respeito à voz das lideranças. Somos nós que identificamos quem pertence ao nosso povo!¹⁰

Contudo, no decorrer da pesquisa foi possível observar que os nomes dos fundadores como João Borges, João Ponto (João Delfino) ou lideranças mulheres como Maria Matozinhos (*Ibidem, s.d.*) e suas histórias aparecem de forma rápida e descontínua na historiografia local ou em documentos como o supracitado, produzidos sobre os danos sociais, culturais e ambientais causados pelo rompimento da barragem em Brumadinho. Contudo, esses mesmos nomes que possuem uma relevância histórica e cultural na

⁸ O nome da comunidade foi herdado da fazenda escravocrata da região dos irmãos José e João Rodrigues, quanto as primeiras famílias que se assentaram no local foram os Justinos, os Souza e os Marques. Ver mais em: COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE BRUMADINHO. Protocolo de Consulta prévia, livre e informada para o trabalho de reparação integral. Disponível em: <https://observatorio.direitosocioambiental.org/wp-content/uploads/2020/12/Protocolo-quilombola-brumadinho.pdf>. Acesso em: jan. de 2024.

⁹ A comunidade se chamava inicialmente Ponte da Pedra, sendo o nome substituído por Ribeirão pelo rio que margeava a região, havia ali, também, uma ponte em que se atravessava para chegar a comunidade. O seu fundador foi João Ponto, também conhecido como João Delfino

¹⁰ COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE BRUMADINHO. Protocolo de Consulta prévia, livre e informada para o trabalho de reparação integral. Disponível em: <https://observatorio.direitosocioambiental.org/wp-content/uploads/2020/12/Protocolo-quilombola-brumadinho.pdf>. Acesso em: jan. de 2024.

cidade, não aparecem em praças, ruas, avenidas ou nos acervos municipais, o que parece aumentar esse distanciamento entre a cultura quilombola e o município.

Vale ressaltar que essas questões vem sendo observadas em trabalhos anteriores, como o realizado pela pesquisadora Juliana Gazzinelli (2014) na qual, ao se debruçarem sobre o caso da estação de Marinhos consideram que, mesmo este espaço tendo fundamental importância para a identificação religiosa e cultural da comunidade como patrimônio tombado pelo município, na prática, não há os devidos investimentos – socioeconômicos, culturais, educacionais, entre outros - considerados pela comunidade.

Dessa forma, essa pesquisa parte da compreensão que esse distanciamento (físico e territorial) se faz, também, nas escolhas patrimoniais do município, entendendo a natureza sociológica do conflito trabalhada por Georg Simmel (1983) como algo que nos rodeia em nossas relações sociais, no que tange ao patrimônio é possível visualizá-lo, também, enquanto um campo em conflito, já que, a produção do patrimônio cultural, como proposto por Maria Cecília Fonseca (2009), é feito por meio de narrativas e discursos que permitem mapear a conjuntura simbólica de determinado grupo.

Tais narrativas costumam ser construídas a partir de uma autoridade instituída por especialistas (Gonçalves, 1996), e dessa forma, tal definição e escolha não é realizada em um campo de neutralidade, e sim “[...] inventada tendo como [...] característica fundamental o fato de ser um ato inegavelmente ideológico, sendo sua finalidade a representação de uma dada identidade e promovendo a disseminação da representatividade de certos referenciais em uma cultura dada” (Brulon, 2015, p. 54).

Compreendendo o recorte espacial proposto nessa investigação, entende-se que “não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo tempo inseri-los num determinado contexto geográfico, ‘territorial’ (Haesbert, 2004,p.20), isso significa que, há de considerar o espaço territorial aos quais esses grupos sociais se inseriram, contudo, a noção de território atravessa, sobrepõe-se muito além do contexto geográfico, assim

nesta [...] perspectiva o pertencimento ao território implica a representação da identidade cultural e não mais a posição num polígono. Ela supõe redes múltiplas, refere-se a geossímbolos mais que a fronteiras, inscreve-se nos lugares e caminhos que ultrapassam os blocos de espaço homogêneo [...] (Haesbert, 2004, p. 71).

Portanto, transitamos pela problemática de pesquisador: o processo de patrimonialização brumadinense, em termos de instituição, não compreende a totalidade dos patrimônios locais. No entanto, é necessário que o compreenda? Não. Desse modo, não há, de forma alguma, a pretensão de extinguir e/ou concluir os pontos elucidados na pesquisa, mas sim, busca-se responder algumas perguntas: Quais narrativas foram engendradas para a construção da(s) identidade(s) brumadinense(s)? Qual é a atuação

desses lugares de memória (Nora, 1993) institucionais em notar essas trajetórias heterogêneas? Quais conflitos se estendem nesse campo de construção de memórias e narrativas? Qual o papel do patrimônio nos processos de identificação dessas comunidades dentro da comunidade de Brumadinho? Quais são os patrimônios elegidos para evidenciar a memória local, e por outro lado, quais patrimônios são esquecidos por não estarem no escopo pré-estabelecido pelo poder político local?

Parte-se da hipótese dessa invisibilidade no discurso das instituições museológicas e órgãos preservacionistas do município em apresentar a multiplicidade de identidades. Propõe-se, assim, um novo recorte discursivo na construção de outros patrimônios e evidenciando outras comunidades. Nesse sentido, em termos teóricos, focaliza-se na relação entre memória, esquecimento e patrimônio, partindo da perspectiva de Michael Pollak (1992), Paul Ricoeur (2010), mas também, buscando alternativas nas reflexões de Hugues de Varine (2012) sobre o papel do patrimônio no desenvolvimento local. Evidentemente, tais atributos teóricos permitem que ao olhar o objeto proposto, o patrimônio de Brumadinho, seja possível vê-lo em um campo de tensão e conflito, assim como o próprio campo do patrimônio e da memória o faz.

Essa relação perpassa a dualidade entre memória e esquecimento abordada tanto por Pollak (1992), quanto por Ricoeur (2010). A problemática constitui-se não no esquecimento, que é um processo importante inclusive para a instituição da memória, mas o *que se esquece*, que se relaciona historicamente às memórias que não possuem um status suficientemente importante para a construção (e, conseqüentemente a homogeneização) da memória nacional (neste caso, local). É neste sentido que Ulpiano Meneses (2018) demonstra a importância de se historicizar a memória na prática museológica e patrimonial, onde a

[...] memória e esquecimento são faces do mesmo processo. Não é nenhuma novidade dizer que a memória é um mecanismo de esquecimento controlado, seletivo. Mas a amnésia social ainda é terreno a ser explorado – mormente no campo dos museus (p. 2).

Portanto, a presente investigação entende a memória enquanto processo coletivo, social e afetivo que se ressignifica constantemente dentro de disputas. Nesse sentido, alguns autores discorrem pelo assunto como Halbwachs (1990) um dos pioneiros da reflexão da memória enquanto um processo social. Em seu livro *Memória Coletiva*, o autor traz uma perspectiva da “não solitude” da memória do ser humano, isto é, o ser e sua constituição mnemônica está envolta no grupo social em que pertence (ou que considera pertencer), assim, mesmo que haja o compartilhamento dos mesmos espaços e memórias de um mesmo período, o valor afetivo, isto é, a importância que se dá para determinada memória em detrimento a outra é que cria a dinâmica da memória e do esquecimento.

É a partir dessa perspectiva de uma memória afetiva que o presente trabalho também se constrói como contraponto a patrimonialização institucional local. Em “*Memória, esquecimento e silêncio*” Michael Pollak (1989) ratifica a possibilidade de tomar os pontos de referências (como a tradição, os costumes, a culinária, o folclore, a dança, o canto, dentre outros) como indicadores empíricos da memória coletiva de um grupo, sendo ainda possível, a partir desses mesmos pontos, evidenciar as fronteiras socioculturais que constroem o sentimento de pertencimento de um grupo a uma memória comum, em detrimento a outro. Essa relação, contudo, produz uma disputa que para o autor

embora na maioria das vezes esteja ligada a fenômenos de dominação, a clivagem entre memória oficial e dominante e memórias subterrâneas, assim como a significação do silêncio sobre o passado, não remete forçosamente à oposição entre Estado dominador e sociedade civil. Encontramos com mais frequência esses problemas nas relações entre grupos minoritários e sociedade englobante (Pollak, 1989, p. 6).

Assim, a partir de uma nova perspectiva sobre as comunidades da cidade é que se percebe o processo investigativo aqui proposto. Isso porque, cada região que compõe o território de Brumadinho constituiu, em si, traços distintos de identificação, onde, também, produziu referenciais que se aproximam uns dos outros. O surgimento de muitos subdistritos e comunidades, inclusive, constituíram-se a partir da identificação comunitária religiosa, produzindo patrimônios materiais e imateriais, na construção de Capelas, Igrejas e ritos majoritariamente católicos ou, também, pela extensão desenvolvimentista da região graças a chegada do Ramal do Paraopeba.

Capelas, Cruzeiros e Igrejas construídas por meio de mutirões como a Igreja de Nossa Senhora da Mercês (Tejuco), a Capela Santo Antônio (extinta comunidade do Inhotim), Igreja Nossa Senhora das Graças (Coronel Eurico), como também, as festas religiosas que passaram a acompanhar essa cosmovisão local como o Jubileu de Nossa Senhora da Piedade (Piedade do Paraopeba) e o Jubileu de Nossa Senhora da Mercês (Tejuco) possuem um caráter que ultrapassa os parâmetros da fé e da religiosidade, mas provinham dentro dessas comunidades um papel de cultura e de redes de articulação entre os festeiros e a comunidade ao redor.

As Guardas de Moçambique e de Congo espalham-se pelos quatro distritos do município, os grupos de dança como o Negro por Negro e a quadrilha Buscapé, somam-se aos blocos de carnaval da sede como manifestações culturais passíveis de serem não apenas patrimonializados, mas evidenciados em espaços museais e nas políticas de memória local. Neste mesmo intuito, é possível apresentar o patrimônio ferroviário, crucial para o desenvolvimento da cidade e que parte também de uma memória afetiva das viagens de trem, da chegada de outras pessoas na região. São esses pontos de encontro,

que evidenciam também as especificidades de cada comunidade e de cada região que tornam possíveis encontrar o entre lugar da identidade local.

Nesse sentido, em “O local da cultura” de Homi Bhabha (1998), o autor aponta que “ é na emergência dos interstícios – a sobreposição e o deslocamento de domínios da diferença – que as experiências intersubjetivas e coletivas da nação, o interesse comunitário ou o valor cultural são negociados” (p. 20). Nessa extensão emergencial entende-se que o recorte territorial é relevante, mas, muito mais que a cidade, evidencia-se as variadas identidades dentro de uma (ou muitas) comunidade (s) afetiva (s), é o entre lugar, entre a unidade e o conflito, entre a desarmonia e a harmonia que se ambiciona.

Por conseguinte, quanto à pesquisa e elucidação da temática identitária, há sempre uma percepção multiétnica que dividem espaços comuns. No entanto, o que se considera aqui neste estudo, é uma população local - pertencente a uma mesma procedência brasileira e mineira - que se constrói em uma teia complexa de subjetividades e interrelações. Partindo desse ponto, na reflexão de Barth (2000), pode-se constatar que, há várias comunidades dentro de uma mesma comunidade, já que, cada indivíduo toma pra si os materiais culturais de uma forma única e solitária, e compartilha essa experiência com vários grupos que compõe esse lugar comum.

Na perspectiva da microanálise de Jacques Revel (1998), é possível uma diminuição dessa escala analítica, como um funil em que o aspecto macro representado pela ideia de identidade brasileira, nacional, se reduz a outro essencialismo, a mineiridade e nesse afunilamento, chegando a identidade brumadinense. No entanto, seria a identidade brumadinense unitária? O funil terminaria ali, em uma identidade local homogênea? Nesse espaço de narrativas, tensões e discussões, a presente pesquisa tem interesse em compreender quem fala, o que se fala e o lugar de onde se fala. Isto é: analisar a disparidade da narrativa dos espaços de memória que compõe o município em detrimento a pluralidade das identidades de Brumadinho.

Portanto, o objetivo é apresentar as múltiplas comunidades que compõem a cidade a partir de suas tensões e redes que decorrem desse processo identitário de produção do patrimônio cultural mineiro. Para tanto, foi realizada uma análise do patrimônio institucionalizado, em conjunto com o patrimônio do cotidiano, que não consta nas listas de inventários municipais. Ademais, se todo patrimônio é local, urge evidenciar esses processos a partir da complexidade de um eterno exercício de familiarizar o exótico, e tornar exótico, o familiar (Velho, 1980), em uma cidade que, sob os holofotes nacionais e

internacionais, entre o Inhotim e a tragédia-crime da Vale, se perde neste desvio midiático.¹¹

Dessa forma, o capítulo 1 “Entre o Inhotim e o rompimento da barragem: a problemática do processo identitário brumadinense” se debruça nas questões referentes aos impactos identitários causados pelo rompimento da barragem B1, em janeiro de 2019, na região de Córrego do Feijão. Como abordado anteriormente, o território possui tanto o valor geográfico quanto uma dimensão simbólica e, ainda, “[...] o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem estritamente cultural” (Haesbert, 2004, p. 79).

As novas configurações territoriais referentes a cidade de Brumadinho no pós-rompimento, somada a relação midiática de exposição excessiva dos vídeos do rompimento da barragem, passaram a relacionar o município ao rompimento, resumindo-o apenas ou majoritariamente a este evento. Por efeito, essa narrativa reproduz uma memória conflitiva (e traumática) sobre o rompimento que ganhou os moldes no discurso local com a terminologia de uma “tragédia-crime”, oxímoro que indica um paradoxo que evidenciou uma complexidade que até hoje, possui efeitos pouco compassivos nas narrativas midiáticas, e pouco se reflete acerca de sua influência social, histórica e identitária na comunidade brumadinense.

Mas, mais do que há de se falar sobre o que se pretende, é preciso evidenciar qual não é o enfoque proposto nesse capítulo, que, neste caso, representaria o detalhamento do que fez com que uma cidade, relativamente pequena, estivesse nos holofotes nacionais: o rompimento da barragem B1, em Córrego do Feijão. Contudo, falar de Brumadinho em termos de memória e identidade é falar, também, do rompimento da barragem e suas respectivas consequências no contexto do cotidiano dos bairros, distritos e comunidades, o que fez com que a cidade antes reconhecida pelo Inhotim, passasse a ser referenciada, a partir de 2019, como a “cidade da tragédia”.

Outro ponto a ser destacado nesse cenário é a relação da comunidade e o Museu de Arte Contemporânea Inhotim, onde, pesquisas como a de Webert Fernandes e Pedro Silva (2017) e Thaís Mendes Alves (2018) discutem a relação de turismo de massa¹² que

¹¹ O desvio midiático a partir da reflexão de Ulpiano Bezerra de Meneses (2018) é a consequência da ótica sensacionalista e/ou com finalidade turística que deixa de lado a comunidade e seu cotidiano, o autor compreende esse processo enquanto um “exemplo duvidoso de memória imediata, quase criada simultaneamente pelo fato midiático”(Meneses, 2018, p. 12).

¹² A problemática do turismo de massa é evidenciada por Varine (2012) ao refletir a relação de museus de reconhecimento nacional/internacional nos territórios em que estão inseridos. Tal

se estabeleceu desde a abertura do museu em 2006 e os impactos socioculturais causados no território em que ele está inserido. Tais impactos, ainda que momentaneamente amenizados com a criação do CIMP – Centro Inhotim de Memória e Patrimônio¹³, não obtiveram êxito em conseguir ações efetivamente atenuantes e contínuas, considerando que o acervo era e é restrito a comunidade e, ainda, por se encontrar fechado, ratificou o distanciamento da instituição museológica dos problemas sociais locais e da comunidade brumadinhense.

Nesse sentido, Geertz (1989) compreende que “no estudo da cultura, os significantes não são sintomas ou conjuntos de sintomas, mas atos simbólicos ou conjuntos de atos simbólicos e o objetivo não é a terapia, mas a análise do discurso social” (p. 36). Essa análise do discurso social, que se apresenta aqui, como a compreensão do discurso patrimonial local, também esbarra no que concerne a construção do Museu de Arte Contemporânea Inhotim, em vista que, partindo de um empresário da mineração ferrífera, resultou em uma desapropriação da comunidade local, assim

o processo de destituição da Comunidade, com a conseqüente diáspora de seus moradores, levou ao apagamento não apenas dessa tradição cultural, mas igualmente à destruição de bens patrimoniais imóveis como o boteco, o salão São Vicente de Paulo, a escolinha municipal Santinha Maciel, o adro de Santa Cruz, o campinho de futebol, entre outros (Borges, 2015, p. 265).

Por outro lado, também se pretende apontar os novos posicionamentos institucionais que vêm sendo produzidos pelo Museu Inhotim no território, principalmente após o ano de 2019, que parecem visar a reaproximação do Instituto com as comunidades locais, o que faz com que, interpretemos esse lugar chamado Inhotim, entre a extinta comunidade e o museu, um patrimônio de Brumadinho que se destoa, nessa teia de complexidade produzidas pelo Instituto.

Quanto ao Capítulo 2 “Em busca do patrimônio brumadinhense: o papel das instituições locais nos processos identitários de patrimonialização” buscou-se aprofundar na análise dos processos de patrimonialização local, a partir da legislação municipal de proteção e difusão do patrimônio, assim como, os patrimônios instituídos por tombamento e registro dos bens culturais locais, dispostos principalmente nos relatórios enviados para o IEPHA (Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais) no ICMS Cultural.

processo turístico é exclusivamente voltado para a cultura enquanto fonte de receita, e, paralelamente essa receita não é gerida e direcionada para a localidade em que se encontra e dificulta, na mesma medida, a adoção de políticas pouco rentáveis pela perspectiva econômica.

¹³ A criação do CIMP foi caracterizada enquanto uma forma da instituição museológica se aproximar da comunidade de Brumadinho, seu acervo viria a ser constituído em dois pontos: a história da instituição e a história do município, enfatizado pelas manifestações culturais locais. (Lopes; Marques, 2013). Porém, seu acervo não está disponível para acesso e já algum tempo o Centro se encontra fechado.

Outrossim, para compreender a relação entre a legislação, ação e salvaguarda do patrimônio é preciso partir da perspectiva que o discurso, nos termos foucaultianos, para além do fator linguístico, é polêmico e estratégico. A lei é, assim, um discurso apresentado em termos jurídicos, mas que compreende (ou deveria compreender) determinada demanda da realidade social. Em “A verdade e as formas jurídicas” Michel Foucault (2002) reflete que as práticas jurídicas foram formas pelas quais a sociedade definiu o saber e a subjetividade, assim, é a partir dessa formalização que se produziu, no mesmo intuito, um domínio do saber, uma relação de poder, porém, também enfatiza que as práticas sociais podem engendrar estes domínios, fazendo aparecer novos conceitos, novas técnicas e novos sujeitos.

Dessa forma, além dos estudos do patrimônio como apresentados por Choay (2014), Fonseca (2009), ou a perspectiva de Gonçalves (1996), e da museologia social (Chagas, 2012), busca-se compreender o discurso social (e patrimonial) a partir da análise dessas legislações e formas de salvaguarda patrimonial. Isso porque, o patrimônio cultural¹⁴ é composto pelo e dentro de um determinado discurso, e “os museus são também discursos; e se não fossem peças-chave na política das representações não teriam chegado a se constituir de forma hegemônica em quase todo o mundo” (Brulon, 2015, p. 59).

Assim, todo objeto musealizado está no campo do patrimônio, ainda que, nem todo patrimônio seja um objeto de museu. Dessa forma, é preciso compreender que ao pensar a relação museu-comunidade-realidade, é evocar a caverna de Platão. O museu aparece tal qual a aparição imagética da parede, a representação parcelada do real. Dessa forma, o objeto é ali, uma pré-coisa da coisa (Scheiner; Soares, s.d.), ou seja, o seu valor intrínseco (seja do mundo inteligível ou sensível) é quem define sua posição, em outras palavras, é a imaterialidade, os sentidos e significados, que define a escolha de uma materialidade. Portanto,

[...] este objeto museológico não se refere apenas ao espólio do museu, mas antes às referências patrimoniais de uma comunidade, conforme são definidas pelos membros dessa comunidade; o cenário não é mais o museu, mas antes o(s) território(s) no qual se encontram os seres

¹⁴ Entende-se patrimônio cultural enquanto uma expressão/manifestação (material e imaterial) de um dado grupo ou comunidade a fim de representar(em) sua(s) identidade(s). Nesse ponto, Gonçalves (1988) salienta que é através da posse do patrimônio cultural ou da cultura que se define a identidade, e que, dessa forma, a cultura começa a ser pensada como coisa a ser possuída, preservada. Entretanto, também se faz necessário pensar o patrimônio cultural nos termos de Fonseca (2009) e Davallon (2015) isto é, enquanto narrativa, discurso que permeia o conteúdo simbólico, isto é, que nenhum objeto é, essencialmente, patrimônio enquanto tal, mas se torna, através do discurso assumido pelo grupo que o define. Assim, esse processo de identificação é fluído, híbrido e se faz e se desfaz continuamente na contemporaneidade, por isso, aqui busca-se um conceito de patrimônio cultural que compreenda a cultura dessa mesma forma, híbrida e fluída.

humanos – comunidade, população – considerados nesta sua relação (Cury, 2020, P. 134).

Desse modo, cabe indagarmo-nos: os processos de patrimonialização produzem identidades? O capítulo 2 é impulsionado por este questionamento. Buscar o patrimônio é entender suas nuances políticas e sociais que envolvem a escolha de um em detrimento a outro, e ainda dentro dessas escolhas, como elas nos são apresentadas, como tais patrimônios são alavancados no discurso local a partir de uma perspectiva onde, o bem cultural se resume a um produto com forte valor agregado para e pelo turismo rentável (Varine, 2012).

No capítulo 3 “Raízes do interior: Por uma patrimonialização de (Re)conhecimento da(s) comunidade (s)” se reforça a compreensão da análise proposta nessa pesquisa que entende o município não enquanto uma unidade identitária logada nos dois polos: Inhotim e o discurso voltado à Tragédia-crime, mas enquanto uma comunidade identitária múltipla, onde a prática social vem como motor de novas formas de patrimonialização. Assim, Ponte (2019) evidencia que quando a comunidade vive, sente e conhece seu patrimônio, quando se há uma patrimonialização afetiva, há maiores garantias de efetivar a salvaguarda e valorização deste bem.

Concomitantemente, Brumadinho apresentada no último capítulo e que fecha a reflexão da presente pesquisa é uma amostra para além do rompimento, do Inhotim e do poder público, assim, pretende-se apresentar as comunidades, isto é, a multiplicidade de sujeitos, memórias e identidades por meio de uma sistematização de possíveis patrimônios. Em um balanço prévio, foram encontradas ao menos 75 comunidades entre povoados e vilarejos na extensão territorial de 639 km² do município, mas, evidentemente, há de se limitar, pela dimensão e período da pesquisa, a sistematização histórica, cultural e patrimonial de todas elas, mas, busca, por outro lado, evidenciar suas existências, enquanto uma forma de acessar a memória do que Spivak (2010) denomina subalterno, isto é, “[...] camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (p.12).

Nesse sentido, cabe trazer exemplos evidenciados por Cadavez (2019) como o Bairro Padre Cruz, o maior bairro social da península Ibérica em que a própria comunidade local insistia em manter a galeria ao ar livre de grafites, também, a Associação Renovar e Mouraria, em 2008, que produzia visitas guiadas pelos residentes pelas ruas do bairro, apresentando os patrimônios a partir da perspectiva local. A partir desse mesmo viés, o Museu das Remoções no Rio de Janeiro, composto pelos moradores e antigos moradores

da Vila Autódromo que vem sofrendo um desmantelamento e gentrificação do território, fazem dos restos de suas casas, o patrimônio musealizado (Brulon, 2021).

Portanto, o terceiro capítulo busca um entrelugar no patrimônio local, a partir de um trabalho empírico, evidenciar uma parte dessas memórias e histórias que não couberam no Instituto Inhotim ou nas políticas de patrimônio local. Nesse mesmo sentido, um trabalho anterior foi realizado, analisando algumas postagens do grupo do Facebook Memorial de Brumadinho (Silva, 2021), em que ruas, vielas, escadinhas de estação, blocos de carnaval dentre outras expressões culturais representavam um patrimônio brumadinhense não institucionalizado e que servirá de parâmetro para o levantamento desses novos recortes patrimoniais locais.

Outrossim, esse trabalho busca contribuir na sistematização de algumas comunidades e seus patrimônios, compreendendo, na mesma medida, a limitação temporal e espacial da presente dissertação. Nesse sentido, em termos gerais, a perspectiva dessa investigação é, de certo modo, uma construção interdisciplinar, em que se compreende a contribuição das ciências humanas e sociais na interpretação da conjuntura brumadinhense. Priscila Faulhaber (2018) em seu texto “Tentando uma Antropologia Operativa” entende que “[...] o processo de pesquisa como um exercício coletivo cujo objetivo consiste em detectar e sistematizar elementos explicativos da realidade numa perspectiva interpretativa” (p.81).

Dessa forma, a pesquisa faz o seguinte trajeto: (1) Apresentar os apagamentos e silenciamentos simbólicos da memória local a partir do Inhotim e do rompimento; (2) Compreender a relação Museu Inhotim enquanto um patrimônio destoante; (3) Refletir esses processos a partir da patrimonialização local institucionalizada, se há uma intensificação desse apagamento ou se busca-se amenizar esses conflitos; (4) Propor, a partir de comunidades locais, novas formas do patrimonializar.

**CAPÍTULO 1 - ENTRE INHOTIM E O
ROMPIMENTO DA BARRAGEM: A
PROBLEMÁTICA DO PROCESSO
IDENTITÁRIO BRUMADINHENSE**

A história da mineração na cidade atravessa o surgimento do Instituto Inhotim, como também, desemboca nas consequências do dia 25 de janeiro de 2019. O nome da cidade já introduz, em resumo, o surgimento de um povoamento sob a sombra da mineração, isso porque, o substantivo próprio Brumadinho, popularmente tem o significado atrelado à neblina (bruma) na região. Contudo, há outra explicação para o termo, em referência ao diminutivo de Brumado¹⁵ (primeiro nome do distrito de Conceição de Itaguá que foi povoada inicialmente), em que significa “a lavra que não deu em nada, em relação ao que muito dela se esperava” (Jardim; Jardim, 1982, p. 49).

A lavra que não deu em nada reflete que a região do médio Paraopeba onde se localiza o município teve pouco destaque quanto a mineração e lavra aurífera¹⁶, dessa forma, o povoamento teve a atividade econômica voltada para o abastecimento agropastoril das regiões mineradoras (Jardim; Jardim, 1982). Entretanto, após o XI Congresso Internacional em Estocolmo, em 1910, com a divulgação das reservas de minério de ferro no mundo, o Brasil (e consequentemente, Minas Gerais) se tornou destaque mundialmente a partir do relatório “*The Iron Ores of Brasil*”, o que ocasionou uma “corrida do ferro” (Faria, 2016).

De acordo com Valdir de Castro Oliveira (2022) em seu livro “Notícia e Narrativas a contrapelo sobre um lugar e um não lugar: Inhotim 1856-2013”, dezenas de representantes de empresas nacionais e estrangeiras passaram a vir a região que viria a ser conhecida como quadrilátero ferrífero¹⁷ com o objetivo de comprar terras onde se supunha existir minério de ferro. A venda das Fazendas Inhotim e Santa Cruz, que pertenciam aos herdeiros de Joaquim Rodrigues Ribeiro, o “Nhoquim” (Castro, 2022), na

¹⁵ O nome Brumado também é encontrado em: Rio Brumado (BA); Cachoeira do Brumado, distrito do município de Mariana (MG); Brumado, município no estado da Bahia e subdistrito do município de Pitangui (MG) e São Gonçalo do Amarante (MG).

¹⁶ Cabe refletir que a Ponte do Lavrado acima do rio Águas Claras é referência a esse processo na cidade, já que os portugueses e paulistas que lavravam as beiras dos rios, deixavam o cascalho à margem, a ponte herdou o nome da Fazenda do Lavrado fundada por Manoel da Silva Moreira e que servia de hospedagem para esses viajantes (Oliveira, 2022).

¹⁷ O Quadrilátero ferrífero é uma das regiões mais importantes do Sudeste e do país em termos de extração minério de ferro. No Dossiê apresentado pela cidade de Brumadinho aponta que a cidade possuía cerca de 7% de toda a produção da Vale em 2018, a mina do Córrego de Feijão, 2% de toda produção (Brumadinho, 2019).

região da comunidade de Inhotim, também foi entregue à mineração em 1912, a compra da jazida de Inhotim foi realizada pela Empresa inglesa *Bracuhy Falls Company*, pela Companhia *Metallurgica* (mas viria a ser registrada oficialmente apenas em 1937) (Faria, 2016).

Após a emancipação do município, em 1938, Mário Albergaria dos Santos, engenheiro civil e de minas da Mineração Minas Paraopeba (MIPASA) foi nomeado pelo então governador Benedito Valadares, para exercer o cargo de prefeito. De acordo com os irmãos Jardim (1982), até 1942, todo o minério de ferro exportado do Brasil vinha do Vale do Paraopeba, o que influenciará diretamente na relação de poder estabelecida entre a mineração, a política e o território de Brumadinho.

Outro exemplo importante, este apresentado por Oliveira (2022), é José Nogueira de Amaral, encarregado da Mineração Geral do Brasil, que teria se mudado em 1941 para a cidade para construir a plataforma de embarque de minério de Alberto Flores, e em 1967 (período da Ditadura Civil-Militar brasileira) foi escolhido prefeito. Ambos os exemplos são de políticos escolhidos (e não eleitos) que possuíam cargos de influência na mineração local.

Ainda, a construção da primeira escola – Ginásio São Sebastião – foi financiada pelas empresas de mineração que atuavam na época, as quais se destacam “[...] Companhia ferro e carvão, Empresa de Mineração Esperança S.A., Mina da Jangada S.A., Minas do Paraopeba S.A. (MIPASA) e Mineração Geral do Brasil (Minerasil)” (Oliveira, 2022, p. 127). A Companhia Ferro e Carvão, inclusive, batizaria o Ribeirão Ferro e Carvão, no subdistrito de Alberto Flores, e que foi, em 2019, destruído pelos rejeitos da lama.

Desde a formação do território político¹⁸ de Brumadinho é eminente a influência da mineração que construiu uma relação de dependência, isto é, abarcou relações de poder e subordinação entre os diferentes grupos, interesses e classes sociais locais (Coelho, 2018). Para Tadzio Coelho, a minero-dependência “trata-se de uma hegemonia por parte das grandes empresas mineradoras em contextos locais, regionais e estaduais, nos quais os interesses dessas grandes empresas definem, pautam e condicionam os processos deliberativos desses territórios” (Coelho, 2018, p. 30).

Não obstante, essa ligação de dependência também esteve associada ao surgimento do Instituto Inhotim. Na pesquisa intitulada “A produção do espaço na produção do eixo-sul de Belo Horizonte: O Instituto Inhotim (Brumadinho-mg) e o fetichismo da natureza” de Laura Faria (2016), a autora argumenta que

¹⁸ Território político aqui entendido nos termos de Rogério Haesbert (2004), isto é, um espaço delimitado geograficamente e controlado através do qual se exerce um determinado poder (nesse caso, político-econômico). Evidentemente, não se pode resumir o conceito de território, como apresentado na introdução, apenas por suas características político-jurídica e/ou político/econômica, sendo essa definição apenas uma das possíveis.

a ligação entre a mina exaurida da Fazenda Nhotim, o capital excedente do Grupo Itaminas e as possibilidades de acumulação colocadas pela produção do espaço no Eixo Sul da metrópole de Belo Horizonte constituiu a base que alicerçou a construção do Instituto Inhotim em 2002 (Faria, 2016, p. 35).

Assim, Mineração – Inhotim – Brumadinho possuem entre si, interligações que permearam as relações de poder local. Nesse sentido, Nestor Canclini (1997) em seu livro “Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização” nos questiona: o que significa pertencer a uma cidade? Para o autor, estabeleceu-se uma ideia de que em determinado espaço, há, apenas, uma cultura e uma identidade distinta e coerente, essa cultura se forma a partir de coleção de textos e objetos que reafirmam e reproduzem os signos desse grupo, assim, a identidade brumadinhense produziu (ou ao menos tentou produzir), por efeito, uma narrativa concordante com a dominação da mineração local.

Nesse intuito, o objetivo desse capítulo é apresentar os apagamentos e silenciamentos simbólicos da memória local nos vários mecanismos de poder que abrangeram o patrimônio (e a identidade) de Brumadinho, isso porque, o poder só se exerce e só existe em ato. Ou seja, ele não é dado por si próprio. O poder é uma relação de força. Se ele se exerce, o que é e como o faz esse exercício? (Foucault, 1999), e ainda, como ele foi exercido pelo Instituto Inhotim e pela mineração na construção da identidade brumadinhense?

Contudo, vale salientar que essa relação não ocorre sem resistência, ou melhor, a partir de uma passividade local, como salientado por Stuart Hall (2006), as identidades que por algum tempo estabilizaram o mundo social, em detrimento da pós modernidade, entram em declínio e fazem surgir novas identidades. Nessas teias territoriais que se traçam pela história da cidade, os termos da minero-dependência constroem embates e rupturas como abordadas por Daniela Arbex (2022) “já que mais de quinhentas pessoas foram retiradas do seu lugar de origem e acomodadas, pela Vale, em ambientes nos quais não se reconheciam, como pousadas, hotéis ou casas alugadas” (p. 233).

O deslocamento da população e o desmantelamento de comunidades esteve presente também na construção do Instituto Inhotim, não muito distante da discussão da mineração. Contudo, no caso do museu, é possível revisitá-lo na complexidade do conflito, do contraste, do destoante, assim, “colocar o problema nesses termos significa recusar pensá-lo em termos simples, de força/fraqueza, autoridade/resistência, centro/periferia e deslocar a análise para os fenômenos de circulação, de negociação, de apropriação em todos os níveis.” (Revel, 1996, P. 29-30).

Ambos os casos impulsionam a cidade de Brumadinho em duas nomenclaturas distintas: a cidade do Inhotim e a cidade da tragédia, em que possuem correlações na produção da identidade local. Nesse sentido, em um artigo de opinião publicado em 2023

no Jornal local Circuito, o autor Armindo Teodósio intitula que o turismo-dependência não é solução para a minero-dependência, o que evidencia que ambas as questões reverberadas nacionalmente pouco contribuem para o desenvolvimento sustentável local.

A partir dessa perspectiva, compreendendo que a cidade de Brumadinho esteve emersamente inserida no contexto da mineração, desde o período colonial à expansão da extração do minério de ferro na década de 1980, onde se viu, compulsoriamente, refém da minero-dependência, se faz necessário discutir tais questões em conjunto, compreendendo a problemática da identidade de Brumadinho em que se vê, muitas vezes, entre os dois polos midiáticos. Nesse sentido, questiona-se quais as fissuras, conflitos e relações que tais polos se estabelecem com a própria comunidade brumadinhense e seus impactos identitários.

1.1. A cidade da tragédia? A dita “Tragédia-Crime” e os impactos identitários

“Filho, você, que trabalha perto da barragem, fique na parte mais alta, porque aquilo ali está igual a uma bomba, vai estourar a qualquer hora” (Minas Gerais, 2019, p. 101)¹⁹

O termo “Tragédia-Crime” foi veiculado e utilizado massivamente pela mídia brasileira e pela AVABRUM²⁰ (Associação dos Familiares de vítimas e atingidos pelo rompimento da barragem mina Córrego do Feijão) ao tratar sobre o rompimento da Barragem 1, no subdistrito de Córrego do Feijão, em Brumadinho – MG. O termo paradoxal, contudo, nos revela a complexidade do evento que, desde 2019 assola o território da cidade.

A palavra “tragédia” tem origem greco-latina e remonta a literatura grega. Alexandra Marla Marques da Rocha (2017) classifica a tragédia, inicialmente, como um gênero literário muito evidenciado nas obras dos tragediógrafos gregos Ésquilo e Sófocles, como *Agamémnon* e *Édipo Rei*. Para a autora, em a poética de Aristóteles, a definição de tragédia seria uma imitação das ações a fim de trazer o terror (pelo destino – *moira* – impostos pelos deuses) e a piedade (causada pelos heróis que sofrem tal destino e que não o merecem) e expurgar (ou purificar) essas emoções.

¹⁹ Trecho do depoimento de Fernando Henrique Barbosa Coelho à Comissão Parlamentar de Inquéritos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais para apurar as causas do rompimento da Barragem 1, no subdistrito Córrego do Feijão. O depoimento relatava o evento ocorrido em 11 de junho de 2018, quando ocorreu um fraturamento hidráulico com extravasamento de lama na B1, seu pai Olavo Henrique Coelho, o “Seu Lau”, trabalhador da empresa Vale S.A. a 40 anos o informou dos problemas que vinham ocorrendo, o pai de Fernando foi uma das vítimas do rompimento.

²⁰ A associação surge após o rompimento, partindo da necessidade de compartilhamento de informações e notícias sobre os desaparecidos. Em 2022 a associação publicou uma revista nomeada “Brumadinho: A Tragédia-Crime do século” com o objetivo de relatar os acontecimentos referentes ao rompimento, suas vítimas, o trabalho dos bombeiros e ações públicas e sociais de reparação organizadas pela própria AVABRUM.

Nesse sentido,

a vivência dos homens é marcada pelo desejo ardente de liberdade e pela busca intensa do sentido da vida. Estamos suscetíveis à fatalidade, vulneráveis ao que nos provoca dor e sofrimento. O trágico desperta o sentimento de impotência sofrida; somos indivíduos impotentes para alterar um destino trágico, nada sabemos por antecipação. Entre os gregos, o herói diz sim ao destino (moira) restando-lhe assumir a fatalidade como marca indelével na trajetória expressa pelos tragediógrafos (Rocha, 2017, p. 20).

A Tragédia transfigurada discursivamente para a vida real habita o inesperado, o infortúnio, àquilo que não se pode prever ou evitar. Porém, tal configuração não se adequa ao que ocorreu em janeiro de 2019. De acordo com o Relatório Final aprovado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais havia, sim, o conhecimento pela empresa Vale S.A. que a B1 operava com o Fator de Segurança muito abaixo do recomendado (nacional e internacionalmente) e que, a declaração de estabilidade ignorava a possibilidade real de ocorrer a liquefação (Minas Gerais, 2019).

Por outro lado, para Foucault (2002) a perspectiva de crime, como conhecemos, é datada historicamente a partir dos primeiros códigos penais da França, ali ocorre uma ruptura entre a lei civil e a lei moral, saindo, assim, do âmbito da moralidade e da religiosidade e passando a se tornar um poder político. Dessa forma, se a classe política define que determinada ação é nociva a sociedade, se tornará lei e assim, crime. O criminoso, então, é aquele que danifica a sociedade, é o inimigo social (Ibidem., 2002).

Partindo dessa premissa, o crime ocorre havendo uma lei (ou um código penal) que o antecede, no entendimento da comissão parlamentar:

o crime não é um fato natural, mas, sim, um fato social: é crime um fato ocorrido no mundo de inter-relações sociais, causado por ser humano, e que a lei reputa apto a comprometer a harmonia social. [...] No contexto do fato investigado, a comissão entende que o rompimento da Barragem 1 em Brumadinho não é o crime a ser apurado. Em verdade, o rompimento da estrutura foi a causa eficiente e documentalmente comprovada [...] ” (Minas Gerais, 2019, p.153).

Dessa forma, o que foi evidenciado enquanto crime parece não ter sido o rompimento em si, mas todo o contexto que tornou possível seu acontecimento, assim como, os danos decorrentes do mesmo. Contudo, não há como ser tragédia se é crime, e não é possível que um crime, seja também, uma tragédia. Em contínuo, para se cometer um crime é necessário que haja um documento anterior que imponha determinada conduta, ação ou consequência enquanto tal, já uma tragédia, como argumentado, não há antecipação e/ou um conhecimento precedente, ela ocorre sem aviso, sem tempo e sem hora marcada. Cabe-nos perguntar: por que denominar o rompimento enquanto uma tragédia-crime, então?

Evidentemente, um aparato discursivo é produzido a fim de amenizar a responsabilização do evento, esse aparato ocorre dentro e pela relação de poder. Retomando a perspectiva foucaultiana, não há exercício de poder sem um aparato de discurso – de verdade –, nesse sentido, tratar o rompimento como uma tragédia é trazê-lo para o âmbito da má sorte, da lástima, da fatalidade. Entretanto, o desaparecimento dos efeitos anteriores e posteriores ao rompimento começam na linguagem e no discurso, é o “deixar morrer” da sociedade disciplinar (Foucault, 1999).

Não obstante, outros termos foram sendo discutidos tanto na CPI quanto no espaço midiático para tentar definir o ocorrido como, acidente de trabalho ampliado, desastre tecnológico, crime ambiental e/ou crime humanitário (Minas Gerais, 2019). O termo tragédia também é questionado por André Fabrício Silva (2023) em sua pesquisa “Bento Rodrigues e as memórias que a lama não apagou: emoções patrimoniais na (Re)construção das identidades no contexto pós-desastre”, já que

se tivermos como aceitável a ideia de tragédia, seria como se a vontade das vítimas de mudar o curso das coisas fosse enfraquecida diante de um destino inevitável, uma vez que se vê o evento crítico como um fenômeno cultural, com um impacto significativo na maneira como as pessoas pensam, sentem e se comportam em resposta ao sofrimento (Silva, 2023, p. 5)

Contudo, ainda que para o autor o termo desastre seja mais comumente utilizado na literatura, por ter seu significado atrelado ao que causa danos a sociedade, é importante ressaltar que, desde 2001²¹ houve no estado de Minas Gerais, uma série de acidentes de trabalho e desastres, nessa pesquisa, ao tratar sobre o ocorrido, foi utilizado o termo rompimento, que define a ação, mas em termos simbólicos, no que tange aos danos causados a cidade, ressignificamos o termo utilizado na CPI mineira, a “lama invisível”.

1.1.1. A lama invisível

O conceito foi empregado no relatório a fim de representar o terror sofrido por cidades como Barão de Cocais, Nova Lima, Paracatu e entre outras, em que, pós-rompimento da barragem B1, sofreram com testes frequentes de sirenes e alertas de possíveis rompimentos em suas barragens próximas. Mas a lama invisível também pode ser retraduzida pelos impactos consequentes que ocorrem no município de Brumadinho,

²¹ De acordo com a CPI mineira os seguintes rompimentos e/ou acidentes com barragens antecedem Brumadinho: 2001 Mineradora Rio Verde em Nova Lima ocasionou a morte de cinco operários e a destruição da adutora da Copasa; 2010 Mineradora Rio Pomba Cataguases no município de Mirai; 2014 Herculano Mineração em Itabirito resultando na morte de três operários e dano causado a Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas e, em 2015, a Mineradora Samarco (terceirizada da Vale S.A.) com o rompimento da barragem do fundão que destruiu os subdistritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, danificou a Bacia Hidrográfica do Rio Doce e matou 19 pessoas (Minas Gerais, 2019)

como a desterritorialização identitária e os danos do patrimônio natural local, assim, a ideia de invisibilidade aqui é tratada principalmente pelos efeitos anteriores ao rompimento que não são evidenciados, enquanto os efeitos posteriores que não são associados a lama em si, mas as suas consequências, são descredibilizados.

Nesse sentido, cabe trazer-nos a um momento anterior ao rompimento, já que, até 2019 acreditava-se, em termos gerais, em uma relação harmônica entre mineração e Brumadinho. É possível compreender esse processo a partir da reflexão teórica proposta na pesquisa de Elias e Scotson (2000) denominada “Os estabelecidos e os outsiders”, os autores se debruçaram sob uma pequena comunidade nomeada ficticiamente como Winston Parva. Ao separar a mesma comunidade em três zonas, perceberam os conflitos e fissuras ocorridas dentro desse mesmo bairro.

Se no caso estudado por Elias e Scotson (2000), o que separava os grupos da comunidade era a questão temporal, isto é, o período e tempo que aquelas famílias se instalaram no local, em Brumadinho, até 2019, a separação se fazia entre distrito x sede, urbano x rural, assim, o quão mais distante da sede, mais distante dos olhares. Nesse sentido, essa separação muitas vezes foi realizada pela fofoca depreciativa (Elias; Scotson, 2000) ou humor classista (Canclini, 1997), no caso de Brumadinho, era encontrada a partir de termos depreciativos como “pé vermelho” designados a população dos subdistritos e comunidades mineradoras (e das zonas rurais) como as atingidas Alberto Flores, Córrego do Feijão, Tejuco, Parque da Cachoeira etc.

O nome pé vermelho se refere a terra avermelhada causada pela oxidação da magnetita, um óxido de ferro presente no basalto, muito comum em áreas de mineração, os moradores desses subdistritos, maior parte das vezes, estudam na sede do município (onde se concentra as escolas de ensino médio) ou trabalham. Dessa forma, havia uma separação entre as áreas mineradoras (e conseqüentemente, as comunidades que a cercavam) e as áreas não mineradoras. Contudo, em 2021, com a separação do que veio a ser conhecida como ‘zona quente’ para o pagamento do Programa de Transferência de Renda²², o olhar se inverte e o foco passa a ser essas áreas mineradoras em detrimento às não mineradoras, o que, de certa forma, reacende as distâncias territoriais e identitárias que já se presenciavam na cidade.

²² O Programa de Transferência de Renda (PTR) de responsabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGV) substituiu o antigo pagamento emergencial, pago desde 2019 aos moradores de Brumadinho e demais áreas até 1 KM do Rio Paraopeba. No primeiro ano (2019/2020) o auxílio emergencial considerava todo o território brumadinhense e consistia em 1 salário-mínimo para adultos, ½ para adolescentes e ¼ para crianças. Em 2021, contudo, o pagamento integral passa a ser realizado apenas na zona quente. Ver mais: FGV. Histórico do Projeto. Disponível em: <https://ptr.fgv.br/historico-projeto>. Acessado em: dez. de 2023.

Figura 02. Zona quente do PTR (Ilustrativa)



Google Earth – Letícia Peixoto, 2023²³

Essa cisão no território pode ser vista na pesquisa de Keila Guimarães (2020)²⁴ sobre a história e ocupação do bairro Parque da Cachoeira onde a autora aponta que um documento dos anos 2000 dividia o Parque da Cachoeira em “dois bairros”: Parque da Cachoeira e Parque do Lago, essa divisão ocasionou argumentações para o não pagamento do extinto Parque do Lago como zona quente, ainda que, esta separação, para os moradores, não existisse. Ainda, também tendo efeitos na desocupação de ruas e comunidades que construíram sua história como a “Rua da Bahia” no subdistrito de Parque das Cachoeiras, onde, a partir da associação de moradores locais recebeu este nome em homenagem as famílias advindas do estado da Bahia, que construíram sua vida e se assentaram nessa rua (Guimarães, 2020).

²³ A delimitação da área considerada Zona Quente é ilustrativa já que, não está seguindo os limites territoriais dos subdistritos, o intuito é ilustrar o município x zona quente. De acordo com o PTR da Fundação Getúlio Vargas, a zona quente é o território mais intensamente afetado, no polígono apresentado pela fundação, apenas a área dentro do quadrado (Assentamento Pastorinhas) é localizada como área quente, contudo, o quadro representativo acima também considera as seguintes localidades (que recebem 100% do PTR): Córrego do Feijão, Tejuco, Parque da Cachoeira e Cantagalo, Parque do Lago, Alberto Flores, Pires, Monte Cristo, Córrego Fundo e Assentamento Pastorinhas. Ver mais em: FGV. PTR. Disponível em: <https://ptr.fgv.br/node/296>. Acessado em: dez. de 2023.

²⁴ A pesquisa da historiadora Keila Guimarães realizada por meio do Instituto Yara Tupynambá responsável por cursos de arte e ofício como jardinagem, construção civil entre outros para as localidades atingidas pelo rompimento, teve objetivo o relatório das reformas das casas realizadas pelo curso de construção civil, assim como, o histórico da localidade de Parque da Cachoeira, principal beneficiária do projeto.

Nesse sentido, com o deslocamento de moradores de alguns subdistritos atingidos para outros locais e compra em massa pela empresa Vale S.A. de casas consideradas em “áreas de risco”²⁵, tornaram algumas regiões desses subdistritos e comunidades abandonadas e fantasmagóricas, já que, a compra dessas propriedades não vieram acompanhadas de um projeto de reutilização desses espaços.

Figura 03. Casa abandonada em Córrego do Feijão



Fonte: G1²⁶

Essas regiões já conviviam com certas problemáticas acerca da mineração, como abordado anteriormente, mas após o rompimento, em 2019, a sensação de desassossego na cidade se intensificou e a permanência se tornou fragilizada com o aumento do custo de vida local. Se por um lado, brumadinhenses das regiões de Zona Quente passaram a presenciar a saída de vizinhos de suas casas, que passaram a serem identificadas como

²⁵ Interessante enfatizar reportagens recentes (2022) que apontam, inclusive, a compra milionária (100 milhões) do condomínio de luxo Jardim Monte Verde, em Nova Lima, considerado “área de risco” enquanto a empresa entrara com recurso um ano antes contra as indenizações de um milhão para os familiares de vítimas. Ver mais em: PURCHIO, Luisa. A indignação em torno da compra de mansões de luxo pela Vale. Veja Mercado, 31/01/2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/a-indignacao-em-torno-da-compra-de-mansoes-de-luxo-pela-vale>. Acessado em: dez. de 2023.

²⁶ GIRUNDI, Daniel. Brumadinho: 2 anos após rompimento, moradores não veem futuro no local da tragédia. G1, 25/01/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2021/01/25/brumadinho-2-anos-apos-rompimento-moradores-nao-veem-futuro-no-local-da-tragedia.ghtml>. Acesso: dez. de 2023.

propriedade particular da empresa Vale S.A., por outro brumadinhenses moradores da sede que não possuíam casa própria se viram expurgados da região pelos valores exorbitantes de aluguel, que passaram a ser projetados para as diversas empresas terceirizadas que passaram a ocupar o território.

Tais questões são evidenciadas, também, na pesquisa de dissertação de Juliana Godoy Correa de Araújo (2022) denominada “O processo de Planejamento Municipal em Brumadinho/MG: avanços e permanências em situação de minero-dependência”, onde a autora afirma que a empresa Vale S.A. atuou no município “[...] desestimulando e desarticulando o processo de participação popular, bem como contribuindo para a desocupação, o esvaziamento do bairro, que se sugere tenha ocorrido por meio de ações de coerção e cerceamento, apresentado como expulsão” (Araújo, 2022, p. 26).

Esses impactos também assumiram um teor majoritariamente social, e também, racial como apontado pela pesquisa “Raízes da Resiliência” realizada pela Universidade de *Queen Mary* em parceria com o Inhotim, Banda São Sebastião, Associação Cultural Clube Osquindô, Grupo Atrás do Pano, Casa Quilombê e Fundação Cultural Carlos Drummond de Andrade que constatou que as

[...] análises sobre os impactos dos desastres de Minas Gerais apontam que, tanto em Brumadinho quanto em Mariana as populações negras foram as mais afetadas. [...] em 2019, quando ocorreu o rompimento em Brumadinho estima-se que cerca de 63,8% da população atingida nos primeiros 10 km do desastre era negra, sendo que nas áreas imediatamente atingidas estes percentuais chegavam a 70,5% (em Parque da Cachoeira) e 58,8% (em Córrego do Feijão) (Heritage org., 2022, p. 24).

Tais dados podem ser entendidos a partir da compreensão da formação dessas comunidades como Córrego do Feijão, Tejuco e Parque da Cachoeira. Apesar da pouca literatura encontrada sobre a história e ocupação da região, pode-se dizer que, pelo relato dos moradores, a maior parte foi através de grandes propriedades de fazendeiros da região, como também, do estabelecimento dos remanescentes de ex-escravizados após a abolição da escravatura.

Nesse sentido, especialmente as regiões rurais da cidade, onde se concentram a maior parte das mineradoras, foram sendo inicialmente habitadas por famílias dotadas de terras que possuíam parentesco ou contato entre si, como é o caso dos Diniz Murta do Parque da Cachoeira que também possuíam parentesco com a família Meneses do Tejuco, ambas regiões que compreendem a zona quente do rompimento.

Tal caso se repete também na comunidade de Conceição de Itaguá que pertencera até a divisa entre os bairros da Cohab e da antiga comunidade Inhotim a família de fazendeiros Moreira (Oliveira, 2022) que possuíam relações com outras famílias como a família Sales. Dessa forma, destacando-se em Conceição de Itaguá as ruas Maria Madalena de Sales, Cap. Custódio Moreira, José Pinto de Sales, Adelino Horário de Sales, no Conjunto Habitacional Dona Maria de Souza (Cohab) as ruas João Lino Moreira, João da Silva Moreira, Maria Constância Moreira, Lourenço da Silva Moreira, Belmiro da Silva Moreira.

Contudo, a maior parte das pesquisas encontradas sobre as regiões de zona quente, assim como, outras regiões da cidade, estiveram vinculadas aos impactos causados pelo rompimento, o que, em certa medida, dificultou a obtenção de outras fontes que pudessem contribuir para a compreensão desse processo histórico de vulnerabilidade racial de forma mais detalhada. Entretanto, como aponta Quintão *et al.* (2022) a distribuição do Índice de Vulnerabilidade Social no território é desproporcional, já que é menor na região central (sede) e na região dos condomínios fechados distribuídos nas divisas do território, onde se apresenta um índice elevado de concentração de renda na cidade de Brumadinho³⁰, enquanto maior na zona rural mineradora que lida com a precariedade de infraestrutura.

Outrossim, na pesquisa de Sofia Lopes, Maria Teixeira e Maria Parreiras (2021) os dados apontaram que há uma regionalidade sobre o impacto da mineração e do rompimento, já que, de acordo com as autoras, entre os moradores de Córrego do Feijão apenas 12% responderam que nunca pensaram na ruptura da barragem e 50% informaram não considerar a mineração enquanto desenvolvimento (p. 52), apesar que, em outras regiões centrais do município, a pesquisa apontou que 74% consideraram a mineração importante (p.47). O que significa que

[...] a resistência dos moradores do Córrego do Feijão possa ser entendida devido às especificidades da região. Observar-se-á que o ressentimento da população está relacionado ao aprendizado que adquire a partir dos elementos identitários até mesmo que as falas sobrecarregadas de ideologia (Lopes; Teixeira; Parreiras, 2021, p. 51).

Concomitantemente, para Daniela Arbex (2022) a cidade mergulhou em uma guerra sem armas com a destruição de pontes e estradas e o fluxo migratório da zona rural para a urbana que incentivava um *boom* imobiliário na cidade. Essa divisão também ocasionou, dentro da cidade, um *nós* e *eles*, em vista da separação entre zona quente e o

³⁰ A cidade de Brumadinho, de acordo com o IBGE (2020) possui o salário médio mensal de 2,5 salários-mínimos, já no “Mapa da Riqueza” na pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas, Brumadinho ocupa a 4ª posição em Minas Gerais quanto a renda média da população. Ver mais em: FGV. Onde estão os ricos? Municípios 2020. Disponível em: https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/ranking/TOP_Municipio2020.htm. Acessado em: dez. de 2023.

restante do município, como também, o aumento de empresas terceirizadas no município que abrangem as políticas de reparação e, ainda, o aumento do número de trabalhadores de outros municípios e estados.

Essa situação também foi observada no 3º produto do Relatório Descritivo e Analítico feito pela Articulação de Redes e Saberes no âmbito do Termo de Referência 01/2021 da AEDAS (Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social) onde, a partir de rodas de conversas com comunidades rurais, os estudos apontaram que para os moradores “[...] há também a presença de muitos trabalhadores vindos de diferentes locais do país o que descaracterizou as relações sociais. A presença dessas “pessoas de fora” geram insegurança e receio principalmente às mulheres.” (Aedas, 2021, P.47) e que “constata que houve uma grave alteração nos modos de vida da comunidade e que muitas se sentem ‘desalojadas dentro do território” (Aedas, 2021, p. 47).

Sendo assim, o deslocamento da identidade brumadinhense perpassa entre a própria percepção e a percepção do outro que habitam esse espaço em comum. Nesse sentido, Roberto Cardoso de Oliveira (2000) reflete que

a consideração pelos Outros, indispensável à própria autoconsideração seria a verdadeira fonte de dignidade do Nós, tanto quanto do Self, seja ele étnico ou nacional. E a ênfase que estou pondo na dignidade das **identidades ‘desplazadas’, traduzidas, ou mesmo estigmatizadas**, inerentemente ambíguas devido aos azares dos novos contextos sociais e culturais que se vêm inseridas [...] (Cardoso de Oliveira, 2000, p. 19, **grifo nosso**).

Esse outro é, ao mesmo tempo, o próprio brumadinhense a partir da localidade que mora (se é na zona quente ou não, se faz parte da sede ou dos distritos) como também, inclui essa nova realidade do município (moradores de Brumadinho e os trabalhadores terceirizados). A identidade local, assim, está longe de ser evidenciada apenas pela descrição estatística de um polígono geográfico, em vista que vem sendo alterada com a nova realidade que o município se viu inserido.

Em contínuo, a identidade brumadinhense se faz deslocada, isso é, ser de Brumadinho e ser de um subdistrito do município se tornou o mesmo para um olhar externo, seja pelo número de pesquisas acadêmicas que vêm aumentando sobre os danos causados pelo rompimento, seja pela produção midiática divulgada sobre o assunto. Contudo, sob um olhar interno, é possível encontrar fissuras, negociações, discordâncias, conflitos e diferenças que constroem a identidade brumadinhense no pós-rompimento.

Nesse sentido, “pertencer a um grupo social, experimentar a identificação, o reconhecimento e a distinção entre ‘nós’ e ‘eles’, implica necessariamente o compartilhamento de determinadas memórias” (Chagas; Bezerra; Benchetrit, 2008, p. 9). Dito isso, as memórias e histórias compartilhadas pelas zonas rurais, especialmente àquelas mais próximas das áreas mineradoras são diferentes das construídas na sede e

bairros centrais, mas alguns danos causados à cidade como o sentimento de perda, se tratando do pertencimento ao território, são visualizados em todas as regiões.

A perda do desejo de manter-se na cidade também atravessa a insegurança do que acontecerá após o término do pagamento do PTR e das políticas de reparação, o sentimento que transparece, seja nas regiões centrais ou mais afastadas, ainda com as dissidências locais aqui apresentadas, é de uma Brumadinho que já não existe mais, que foi apagada em meio aos destroços da lama de rejeito que abalou a cidade. A partir disso é possível compreender a reinterpretação do termo lama invisível, já que, os efeitos e consequências do rompimento afetam o território ainda hoje.

Nesse sentido, a cartilha chamada “Essa terra é nossa” apresentada pelo AEDAS em conjunto com o CONCATU Consultoria, teve por objetivo apresentar a demarcação territorial dos quilombos, já que, com a mineração e as fazendas da região, a comunidade vem sendo frequentemente diminuída territorialmente. Ainda, apresenta os impactos causados pelo rompimento nas comunidades quilombolas, assim, em um dos relatos é possível depreender sobre a relação da memória traumática relacionada a mineração:

A mineração aqui é coisa antiga, é certo que antes era diferente. Mas com a Vale, o rompimento da barragem, essa lama toda, a destruição foi grande. Muita gente nossa morreu, é muito triste lembrar isso, mas quem ficou vai sofrer as consequências e precisa ser forte... Me dói ver as águas contaminadas e o povo da cidade sem querer comprar as coisas que produzimos aqui. E as crianças sem poder ir para escola, nós sem poder sair para lugar nenhum, tendo que dar uma volta enorme ou então passar por cima da lama. Meu neto viu um corpo lá, nem quero falar disso... Espero em Deus que um dia a justiça seja feita! (Aedas, s.d., p.2).

A mineração, como dito acima e na introdução desse capítulo, sempre esteve presente no município, a extração do minério de ferro na região tornou-a destaque no cenário mineiro, trouxe consigo o Ramal do Paraopeba, a ferrovia e postos de trabalho que, até então, eram voltados para as atividades agropecuárias de subsistência. Ao mesmo tempo, tornou o território um espaço de exploração, construiu alicerces de influência na política local, a partir da candidatura de prefeitos e vereadores, assim como, alimentou ainda mais a dissidência da zona rural (especialmente das áreas mineradoras) tornando-as mais distantes em termos de desenvolvimento, se comparado a sede.

Não obstante que, o discurso historiográfico local associa a exploração do minério ao progresso, nas palavras de Décio Jardim e Márcio Jardim (1982)

[...] a população acredita firmemente na realização de seu destino histórico de passar de um pequenino arraial a um importante município de Minas Gerais. Suas riquezas minerais nunca negaram essa importância e o povo nunca deixou de acreditar no seu progresso (p. 59)

O destino histórico da cidade foi a exploração econômica desenfreada do minério de ferro na região, que, contribuiu, também, para uma marginalização das comunidades próximas às mineradoras, que passaram a lidar com a poluição de ruas e estradas nos tons avermelhados da terra, o mesmo tom que veio à tona com o rompimento. Outrossim, vêm assistindo sua identidade deslocar-se de suas raízes, desconfigurar-se na narrativa da mineração que resumiu a cidade à extração e da extração à tragédia, expulsando a população local de suas casas, bairros e distritos, distanciando-as de suas referências culturais e patrimônios locais, nesse interim, em busca do apaziguamento desse conflito identitário e dessa memória traumática, a política de reparação constrói o Memorial Brumadinho.

1.1.2. Patrimônio local e Memorial Brumadinho

De acordo com a Constituição Mineira, na Seção VI, entre seus artigos 249º ao 255º, a exploração não pode comprometer os patrimônios naturais e culturais daquele determinado território, dando ênfase aos recursos hídricos mineiros (Minas Gerais, 1989). Contudo, patrimônios importantes para as comunidades têm encontrado dificuldades nesse mundo pós-rompimento, como demonstrado no depoimento abaixo, da pesquisa Raízes da Resiliência:

Eu acho que o maior risco que a gente possa ter realmente de acontecer algum crime ou alguma tragédia como foi aqui, aí nós somos realmente mais atingidos, mas a própria questão mesmo de tirar, acabar com uma serra, acabar com uma floresta, isso indiretamente prejudica todos nós independente de estarmos envolvidos com uma organização cultural ou não, porque mais do que a cultura que a gente tem, por exemplo, a Serra dos três irmãos, um marco aqui, um símbolo, vamos supor que a mineradora destruiu, ela acabaria com um símbolo cultural, natural da cidade [...] (Heritage org., 2022, p. 32)

A pesquisa, buscou compreender os mecanismos pelos quais o patrimônio pode fomentar a resiliência nessas comunidades afetadas pela exploração mineral. Um dos pontos alavancados, além da questão racial é a relação entre a mineração e a possibilidade de destruição e apagamento dos patrimônios locais materiais e imateriais, isso porque “a preocupação maior é com as pessoas, que dão sentido inclusive aos patrimônios materiais” (*Ibidem.*, p. 46).

Nesse sentido, cabe evidenciar que a Serra Pico dos Três Irmãos citada pelo depoente, situa-se entre os municípios de Brumadinho e Mário Campos e faz parte do Complexo do Espinhaço possuindo mananciais de água importantes para o abastecimento da região. Ainda, se faz representada no Brasão da cidade, sendo considerada por muitos moradores como o maior símbolo do município.

Figura 05. Pico dos Três irmãos



Google Imagens

Figura 06. Brasão da cidade



Google Imagens

O Parecer Único nº 0786382/2018, realizado pela Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento sustentável de Minas Gerais que visava o licenciamento ambiental, aprovou, em 2018, a expansão da exploração na mina da Jangada (vizinha da mina de Córrego do Feijão, onde ocorreria o rompimento). Essa mina situa-se no contexto geológico na parte sul da Serra dos Três Irmãos, e, como dito, a serra possui um grande manancial aquífero que abastecia as comunidades rurais próximas como Tejuco e Córrego do Feijão.

Após o rompimento, o abastecimento de água da região ficou comprometido e em 2022, foi firmado um Termo de Compromisso³¹ entre a Vale S.A., o Ministério Público, a AECOM (Empresa de Auditoria Ambiental) e a COPASA (Companhia de Saneamento de Minas Gerais) que viria a resolver o problema de captação de água nessas comunidades, contudo, em 2023, o Requerimento Estadual nº 586 instituía o pedido de uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos para discutir “A restrição de acesso a água das nascentes na comunidade do Tejuco, Município de Brumadinho: o direito humano de acesso à água potável”³² o que demonstra a pouca preocupação por parte dos órgãos responsáveis com este patrimônio natural, ainda que sua proteção conste na constituição estadual, como citado anteriormente.

³¹ Processo n.: 5010709-36.2019.8.13.0024.

³² A audiência pública ocorreu no dia 19 de Abril de 2023. Ver mais: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. Requerimento de Comissão. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/atividade-parlamentar/projetos-de-lei/projeto/?tipo=RQC&num=586&ano=2023>. Acessado em: dez. de 2023.

Outro exemplo quanto ao dano direto ao patrimônio local e que conseqüentemente impactou a identidade da comunidade, foi a destruição do Patrimônio Histórico e Arqueológico conhecido como Muro de Pedras, na localidade de Ponte das Almorreimas (Aedas, 2021). Em reportagem de Frei Gilvander publicada no Youtube no ano de 2020, há uma entrevista com a moradora Cléria de Lourdes Apóstolo Nogueira que está em frente a uma placa do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) com o escrito “Sítio Arqueológico Muro de Pedras” que, de acordo com ela, foi colocada a pouco tempo na localidade de Córrego do Feijão. Para ela, a diferenciação entre um muro e outro é a visibilidade das duas regiões:

[...] Córrego do Feijão tá sendo uma região muito visitada, né? É uma região que tá no olho da mídia, muitas reportagens, com certeza já teve uma pessoa que já teve aqui uma visão para esse muro e que quis proteger e o que que acontece com a comunidade de Ponte dos Almorreimas, é uma comunidade escondida, esquecida, onde muitas pessoas não têm conhecimento nem do local, muitos até criticam que os moradores não querem que façam lá uma adutora para mandar água para Belo Horizonte, mas é porque não conhecem a região. Então a nossa região, Ponte das Almorreimas, é uma região que tem que ser protegida pelo IPHAN [...] - Trecho do vídeo “Vale destrói Muro Histórico e Arqueológico em Brumadinho, MG. Cadê o IPHAN, MP e a Lei 3924/1961?”, 2020.³³

O Trecho acima nos remonta duas comunidades: Córrego do Feijão e Ponte dos Almorreimas, em que, compartilham um patrimônio comum, o muro de pedra, porém, o que parece ocorrer é que a política de reparação ou mesmo, o enfoque dos órgãos responsáveis quanto aos impactos identitários e patrimoniais dessas localidades partem, principalmente, de uma escolha que leva em consideração a visibilidade da região, e não, necessariamente, a importância do patrimônio em si. Nesse sentido, cabe refletir que a comunidade de Córrego do Feijão foi a mais afetada geograficamente pelo rejeito e acabou se tornando o epicentro da reparação.

Não obstante, a construção do Memorial de vítimas do rompimento que recebeu o nome no projeto de “Memorial Brumadinho” também vem sendo construído em Córrego do Feijão. O projeto arquitetônico da empresa Gustavo Penna Arquiteto e Associados apresenta um percurso com três espaços: Espaço Meditativo, Convivência e Testemunho que passam pelas histórias e memórias das 272 vítimas fatais e culminam em um mirante

³³ Ver mais em: Frei Gilvander Luta pela Terra e por Direitos. Vale destrói Muro Histórico e Arqueológico em Brumadinho, MG. Cadê o IPHAN, MP e a Lei 3.924/61?. Publicado em 2 de janeiro de 2020, 12m24s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FI5r9vEX8H4&ab_channel=FreiGilvanderLutapelaTerraeporDireitos. Acessado em: dez. de 2023

voltado para o local arrastado pela lama de rejeitos, agora, repaginado com um lago (a 3 metros abaixo do mirante) como um “espaço de contemplação”.

Figura 07. Projeto do Memorial Brumadinho - Mirante



Gustavo Penna Arquiteto e Associados - GPA&A

Porém, o que há de se contemplar? Qual o tipo de memória se pretende criar dentro e nesse memorial? Para Ulpiano de Meneses (2018) as práticas da memória coletiva tem se complexificado com os avanços da privatização da memória dentro dos campos dos monumentos memoriais, isso porque, assumem uma dimensão performática. Neste caso em específico, parece tratar-se do que o autor chama de paisagem mnemônica / *memoryscapes*, isto é, onde o espaço é o ativador da memória e é ele que se torna responsável em acender uma consciência crítica.

Contudo, há de se levar em consideração que a inauguração do memorial marcada para janeiro de 2023, foi adiada pela falta de acordo sobre a governança e gestão do espaço de memória, dificultando o diálogo entre a AVABRUM que buscar ser a associação responsável para gerir o memorial e a Vale S.A. que custearia vitaliciamente o espaço. Mais um conflito se estende nessa construção, conflito este exposto por Meneses (2018) entre o direito de esquecer e o dever de lembrar. É evidente que, o maior acidente de trabalho no Brasil exige e invoca o dever da memória, o esquecimento, neste caso, só colaboraria com a injustiça causada à essas famílias.

A responsabilidade de gerir o memorial parte, também, de uma narrativa. Há, por um lado, o desejo dos familiares em ressignificar esse luto em luta pelas vítimas, contar suas histórias ao máximo de pessoas que estejam dispostas a ouvir, nesse caso, um pouco da ideia trágica de Aristóteles, purificar e expurgar essa emoção de raiva, revolta e tristeza,

o que, para Meneses (2018) o museu (o que nesse caso, seria o memorial) possui a aptidão de articular cognitivo e afetivo, onde, afeto e emoção se associam semanticamente à movimento.

Por outro lado, o desejo da empresa em gerir ou dividir a gerência do espaço é obter certo controle dessa narrativa. A construção do Mirante voltado para onde ocorreu a “tragédia-crime” é exemplo de um possível risco apontado por Laurie Clark (apud Meneses, 2018) em espaços de memórias traumáticas, ao qual denomina-se de “comércio de mementos da morte” ou a criação de contextos de *dark tourism* (turismo das trevas, em tradução livre), uma certa contemplação e mesmo, uma admiração dos eventos traumáticos sem uma reflexão consciente de suas implicações.

Retornando a Ulpiano Meneses (2018) o autor alerta para a necessidade de desnaturalizar o passado e o presente, isto é “[...] significa aqui se convencer que os processos e eventos históricos não são fatalidades, mas fruto, dentro das circunstâncias, dos interesses de causa” (p. 8), nesse sentido, a governança do memorial pelos familiares é o caminho mais próximo do dever de memória, em vista das narrativas possíveis de serem vinculadas ao espaço, contudo, o que pouco se vê discutido quanto ao memorial é a participação da própria comunidade em que este é construído, isto é, os moradores de Córrego do Feijão.

De acordo com Leonardo Vilaça Dupin e Edilson Pereira (2022), nos processos de escolha e construção do memorial, apenas os membros da AVABRUM teriam sido ouvidos e ainda, com uma limitação de escolha definida pela própria mineradora que escolheu dois projetos para serem votados de forma *online*. Como bem apontado pelos autores, a construção do memorial não substitui outras ações reparadoras que não vêm sendo seguidas, como a falta de água potável já evidenciada nesse capítulo, ainda

[...] prevalece uma narrativa dos eventos catastróficos que tende a minimizar os contínuos conflitos gerados pela exploração e arruição da paisagem como era antes percebida e vivida pelas comunidades locais. Ao invés de observar a paisagem como um marcador da passagem do tempo e dos efeitos da mineração em geral, os memoriais enfocam um tempo-evento específico, de modo a singularizá-lo, isolando-os da cadeia de eventos e alterações no ambiente provocadas pela mineração a séculos (Dupin; Pereira, 2022, p. 12).

Nesse sentido, ainda que o município seja, em termos territoriais, o quarto maior do estado de Minas Gerais, tendo uma extensão territorial de 642 km², ao nos depararmos com a palavra Brumadinho, não nos deparamos mais com a minero-dependência apenas, mas sim a uma ideia de que fomos arrastados, destruídos pela lama, notícias jornalísticas resumem o município às políticas de reparação que, como apontado nessa primeira parte, poucas vezes são vinculadas à identidade local e, comumente transformam a narrativa da cidade, em cidade da Tragédia, parecendo substituir o título anterior, a cidade do Inhotim.

1.2. A cidade do Inhotim? Museu Inhotim como patrimônio destoante

O Museu Inhotim visualizado como um espaço de contemplação das artes contemporâneas e natureza, compõe em sua área total de 140 hectares, um acervo de 4,3 mil espécies de plantas de diferentes continentes e obras dos mais variados artistas nacionais e internacionais (Inhotim, 2023). Esse espaço é considerado como o maior museu aberto da América Latina e do mundo chegando a marca, desde sua abertura, de 4 milhões de visitantes, um número 100 vezes maior que a atual população da cidade de Brumadinho.

É preciso, entretanto, refletir que “[...] todo espaço é portador dos traços da história (ou de aniquilamento desses traços...). É de responsabilidade do museólogo, juntamente com a comunidade do território em questão assinalá-los (Bellaigue, 2009, p. 2). Sendo assim, a história do Inhotim não começa em 2002 para Brumadinho, ainda que mundialmente nos seja contada dessa maneira. Para entendermos o papel do instituto no território é preciso contar uma outra história, cabe-nos indagar, quem eram as pessoas que faziam parte dessa comunidade anterior? Onde elas aparecem na história do Instituto Inhotim? Como o museu participa da história da cidade produzindo ao mesmo cultura e apagamento, memória e esquecimento, nostalgia e contemplação?

O pesquisador e antigo morador da comunidade Valdir de Castro Oliveira (2022) nos adianta que o termo “Inhotim” possui duas prováveis origens: a primeira, originada pela resposta à ordens de comando “Sim, Senhor” pelas pessoas escravizadas que trabalhavam no local, abreviada coloquialmente por “Inhô sim”; a segunda, em referência à Joaquim Rodrigues Ribeiro, na abreviação de Senhor “Inhô” e “Quim”, e transformada no passar dos anos em “Inhotim” ou “Inhoquim”. Desse modo, o autor reforça que

[...] o certo é que o nome ‘Inhotim’ é resultado do status do senhor em relação a seus escravos, considerando que o senhor exercia poder sobre seus próprios escravos e sobre aqueles que viviam em fazendas próximas, que trabalhavam na mineração aurífera que ali existiu ou que atuavam como tropeiros e acampavam periodicamente no pouso do Inhotim [...] foi derivado da relação hierárquica escravagista, embora não tenhamos logrado descobrir exatamente quantos escravos possuía Joaquim Rodrigues Ribeiro, o “Nhoquim”, para dimensionar a razão de seu poder na localidade [...] (Oliveira, 2022, p. 67)

O nome da região parte de uma relação hierárquica que se distancia da história idealizada sobre um geólogo inglês chamado Timothy, o que, pelo contrário, a pesquisa de Oliveira (2022) acrescenta que sequer há dados sobre alguém com este nome nas redondezas. A explicação para esta história pode estar vinculada ao processo de vendas de jazidas, ocorrido após o relatório *“The Iron Ores of Brasil”* que propiciou a vinda de diversos estudiosos e representantes de empresas estrangeiras para a região e que,

discursivamente parecia mais atrelada a narrativa do museu, já que, seu surgimento enquanto instituição vinha também, pela mineração.

Historicamente esse processo veio sendo desenvolvido após abolição da escravatura em 1888, muitos ex-escravizados passam a morar na região próximos às densas matas locais, onde ficaram conhecidos como “mateiros”. Os mateiros foram sendo contratados como guias, a partir de 1910, por engenheiros e geólogos que frequentaram a região para as suas pesquisas, como a matriarca Dona Constança que permaneceu morando no local após a abolição e sua filha, D. Carmelinda Rodrigues da Silva³⁴ que constituiu sua família na comunidade (Oliveira, 2022).

Outrossim, a comunidade Inhotim existente desde o século XIX era composta por núcleos familiares que possuíam dinâmicas e funções naquele micro universo. De acordo com Valdir de Castro Oliveira (2022) muitas famílias se especializavam em determinados serviços e profissões, o que permitia um funcionamento econômico interno, especialmente com o Pouso de Tropeiros que servia de descanso para os viajantes que traziam mercadoria dos centros mineradores e da capital.

Após o término da construção do Ramal do Paraopeba em 1917 (ano de inauguração da Estação Ferroviária de Brumadinho) pela Estrada de Ferro Central do Brasil, o tropeirismo perdeu forças na região, sendo substituído pelas máquinas a vapor que transitavam pelas linhas férreas que cruzavam o território. Evidentemente, esse processo culminou no aumento populacional tanto no córrego do bananal (que viria ser a sede do município) quanto na comunidade do Inhotim.

A comunidade se desenvolveu a partir da década de 1920, construindo sua sociabilidade pela religiosidade local e a tradição agropastoril. Dessa forma, para simbolizar esse processo social, a comunidade se unia em mutirões para construir espaços considerados importantes para o desenvolvimento local, como a construção do cruzeiro de Santa Cruz e a festa homônima, a chegada da MIPASA (Minas Paraopeba) a construção da Escola Rural do Inhotim (dec.. de 1950), o campo de futebol do Santa Cruz (dec.. De 1960), todos esses espaços foram apartados da comunidade a partir da década de 1990 com a chegada do empresário e idealizador do Instituto Inhotim, Bernardo Paz.

Esse processo de desmantelamento da comunidade foi abordado por Borges (2015) que compreende que o Instituto se instala em um espaço social e culturalmente

³⁴ Dona Carmelinda Rodrigues da Silva nascera quando a Lei do Ventre Livre vigorava, contudo, enquadrava-se na condição de ingênua, isto é, filhos de escravizados que continuavam a viver e trabalhar nas fazendas até os 21 anos. D. Carmelinda se casou com o português José Fernandes de Souza que viera de Bonfim e se estabeleceu em Inhotim mas, ao que tudo indica, teve um filho deste relacionamento, Ataíde Fernandes, e outros filhos conhecidos na comunidade como Zé Preto, Lourenço, Maria Chatinha e Ana. Ao fim da vida, morava próximo onde, hoje, é a galeria Adriana Varejão. (Oliveira, 2022).

desterritorializado, o que é reforçado pela descrição sobre o Instituto, onde “do solo ferroso de uma fazenda da região nasceu, em 2006, um dos maiores museus a céu aberto do mundo” (Inhotim, 2023), assim,

esse gradativo esvaziamento da comunidade funcionou também como um forte fator de pressão para fazer com que os moradores que resistiam às negociações fossem instados a também venderem suas propriedades para o museu, já que, a cada dia, sentiam crescentes dificuldades para mobilizar e organizar a coletividade para promover as costumeiras festas do Cruzeiro ou de Santo Antônio ou outras atividades coletivas que marcavam o colorido e o ritmo da vida social local (Oliveira, 2022, p. 25).

A compra da Capela Santo Antônio e a demolição do Salão São Vicente de Paula trouxeram indícios da distância que o Instituto parecia buscar daquela comunidade. Na ata da Associação Comunitária do Inhotim de 6 de novembro de 2004 citada na pesquisa de Thais Mendes Alves (2018) demonstra a reclamação quanto a destruição do campo de futebol local para a nova estrada Souza Noschese/Inhotim/Brumadinho e com a inauguração do CACI (Centro de Arte Contemporânea Inhotim) “[...] vários residentes da comunidade foram impedidos de transitar livremente nos seus locais públicos e alguns ainda sofreram humilhação de serem revistados pelos guardas de segurança” (Alves, 2018, p. 57).

Para Laura Faria (2016) ocorre um processo de segregação socioespacial, onde, reforçado com a ideia de turismo sustentável e ambiental, o Inhotim constrói, para a autora, uma fetichização da natureza. Se há natureza, não há, portanto, violência? Nesse intuito, para Borges (2015) o culto a beleza parece redimir qualquer violência, já que parece nos acalantar a paisagem modificada com uma natureza que, também, substituiu o bioma local, mas que se apresenta como um templo de contemplação, beleza e graça. Por outro lado, também pode-se dizer de uma violência simbólica associada não só à esse fetiche da natureza ou deslocamento dessa comunidade do território, mas sobretudo ao desconhecimento sobre a comunidade por diversos visitantes e turistas que vem a região, construindo uma perspectiva de “cidade do Inhotim”.

Essa separação que ocorre entre o museu e a comunidade foi reforçada com a construção da nova estrada de 3,17 quilômetros que interliga o Instituto Inhotim diretamente a MG 0-40³⁵. Anunciada pelo governo de Minas após seis meses do rompimento e tendo sido concluída recentemente, a ligação asfáltica teve por objetivo “oficialmente” desafogar o trânsito do centro da cidade, ainda que outras medidas complementares quanto ao trânsito não foram implantadas.

³⁵ Ver mais em: VALE, João Henrique do; OLIVEIRA, Junia. Estrada será construída para ligar o Inhotim até a MG 0-40 em Brumadinho. Estado de Minas. Publicado em 25/07/2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/07/25/interna_gerais,1072375/estrada-sera-construida-para-ligar-o-inhotim-ate-a-mg-040-em-brumadinh.shtml. Acessado em: jun. de 2020.

O que ocorre, na prática, é um favorecimento do Instituto que agora se vê ainda mais distante do município, já que, seu acesso e conseqüentemente seus visitantes, admiradores e turistas não precisam passar por dentro da cidade. Em pesquisas anteriores como a da professora Diomira Faria (2012) já apontavam que o maior retorno econômico graças ao Instituto ficava majoritariamente na capital mineira (Belo Horizonte), e pouco retornava ao município em que o museu está inserido. Tais políticas, como também, o recente anúncio de um investimento de 400 milhões pela empresa Vale S.A.³⁶ a serem distribuídos nos próximos 10 anos em troca da gratuidade às quartas-feiras e ao último domingo do mês refletem o papel do Instituto dentro do município.

Esse movimento de distanciamento, e, em certo sentido, apagamento, é reverberado por outras ações, como o projeto da construção de empreendimentos imobiliários e turísticos dentro do território Inhotim, que, iniciado em 2012, foram retomados recentemente. Em reportagem do Estado de Minas de 10 de agosto de 2023 com o título “Finalmente, Inhotim terá hotel boutique para atender os visitantes”, o jornalista Carlos Altman afirma ser uma boa notícia para quem deseja visitar o Inhotim por mais de um dia e que deseja se hospedar em um resort de luxo, com o empreendimento da empresa Clara Resorts a matéria afirma que haverá o fortalecimento do “roteiro turístico da região e gerando em torno de 600 empregos diretos e 1000 indiretos para a população local³⁷”

Concomitantemente, a narrativa de empregabilidade e de salvação social associada ao museu vem sendo construída por autoras como Sibelle Diniz e Diomira Faria (2012) onde

[..] será que a localização de Inhotim, situada em um território dominado pela mineração e vizinho de um dos bairros mais pobres de Brumadinho, gera externalidades positivas para os residentes, devido à maior acessibilidade ao emprego, à cultura, à arte contemporânea? Segundo a artista plástica Marlette Menezes, ‘somente a existência de Inhotim em Brumadinho já é uma enorme vantagem para os jovens da região (Diniz; Faria, 2012, p. 12).

Porém, outras pesquisas como Meneses (2012), Faria (2016) e Alves (2018) apontam que cargos executivos e de tomada de decisão raramente são ocupados por brumadinhenses. Essa conjuntura ocorre principalmente pela pouca qualificação de mão de obra na cidade para atuação no Instituto, já que, as faculdades presentes no município não possuem cursos como Museologia, História, Artes Plásticas ou que sejam voltados às

³⁶ Ver mais em: RAMOS, Carolina. Vale destina R\$ 400 milhões a Inhotim, que não cobrará ingresso às quartas. Jornal Estado de Minas. Publicado em 24/06/2023. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/cultura/2023/06/24/interna_cultura,1511671/vale-destina-r-400-milhoes-a-inhotim-que-nao-cobrara-ingresso-as-quartas.shtml. Acessado em: dez. de 2023.

³⁷ ALTMAN, Carlos. Finalmente, Inhotim terá hotel boutique para atender seus visitantes. Estado de Minas. Publicado em 10/08/2023. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/turismo/2023/08/10/interna_turismo,1543989/finalmente-inhotim-tera-hotel-boutique-para-atender-os-visitantes.shtml. Acessado em: jan. de 2024.

ciências da informação ou ciências biológicas, aos jovens da região é reservado comumente às vagas de jovem aprendiz³⁸ ou aos cargos de monitoria.

O Inhotim assim se configura como um espaço complexo e destoante, onde, ao mesmo tempo recebe em 2010, o título de Jardim Botânico pela Comissão Nacional de Jardins Botânicos e Reserva Particular do Patrimônio Natural pela Portaria ICMBio/MMA (Faria, 2016) e vem produzindo dinâmicas de acesso e democratização às artes em projetos como o Nosso Inhotim e exposições de artistas negros brasileiros como a de Abdias Nascimento (Inhotim, 2021), enquanto, por outro lado, parece se construir e reconstruir em cima de um território esvaziado, solitário, frio e desconectado da cidade. E onde está essa comunidade, no museu?

1.2.1. Galeria Praça: Brumadinho na arte contemporânea

Figura 08. Obra Rodoviária de Brumadinho – Galeria Praça



Foto: Letícia Peixoto Silva, 2023.

A Galeria Praça, projetada pelo arquiteto Paulo Orsini e inaugurada em 2004 é uma das galerias mais visitadas do Inhotim, em razão da sua localização central que serve para

³⁸ O programa jovem aprendiz ou aprendiz legal baseia-se na lei federal n. 10.097 de 19 de dezembro de 2000 que permite a contratação de menores a partir dos 14 anos por empresas de grande e médio porte visando a aprendizagem por atividades teóricas e práticas e a inserção do jovem no mercado de trabalho a partir de um contrato de trabalho especial.

ponto de encontro de grupos e visitantes (Inhotim, 2023). Ao ar livre, duas obras permanentes fazem referência à cidade de Brumadinho, Rodoviária de Brumadinho (2005) e Abre a porta (2006) de John Ahearn e Rigoberto Torres.

Em contraponto, a expressão “Retrato na Parede” do poeta mineiro Carlos Drummond de Andrade foi utilizada pelas reportagens do jornal local Tribuna entre os anos de 2005 a 2009 (Fernandes, 2021), organizado por moradores e ex-moradores da comunidade Inhotim. O jornal teve por objetivo lembrar as memórias afetivas ali vividas, como também evidenciar o apagamento da comunidade que ali existira, contrariando o esquecimento imposto pelo Instituto, já que agora a população estava “[...] apenas museificados, assim como os moradores do povoado de Inhotim, transformados em estátuas e afixados em paredes do Instituto Inhotim” (Faria, 2016, p. 57).

Contudo, é preciso compreender o contexto dessas obras não só nesse sentido de apagamento, como muito evidenciado nos estudos, mas também a partir de um outro tipo de discurso. Ulpiano de Meneses (1994) aponta que na conceituação dos objetos de museu, a partir da metonímia, tais objetos transmudam-se num ícone de valor emblemático, mobilizado para afirmação ou reforço de uma identidade, poder-se-ia considerar que ambas as obras são figuras de linguagem que referenciam o contexto original (a comunidade) que não se faz mais presente fisicamente, e que, definitivamente, não a substituiu.

Neste caso, evidencia-se principalmente a obra Rodoviária de Brumadinho que conta com a representação do coreto da rodoviária (destruído recentemente, como abordado na introdução) e com o antigo forró. De acordo com Anna Meneses (2012), durante o processo de criação, os artistas se instalaram na rodoviária da cidade a fim de conseguir voluntários para a produção dos bustos de pasta e gesso. Nesse sentido,

no espaço de trabalho da rodoviária, ficavam à mostra os bustos, ainda em gesso, que já haviam sido feitos. [...] Cabe ressaltar que ao pintar a escultura é como se os artistas desvinculassem a técnica e o material utilizados dessa maneira de retratar e que até hoje está atrelada aos pedestais e à imagem de pessoas importantes. Como se apenas estas personalidades pudessem ser assim retratadas (Meneses, 2012, p. 131).

A ideia de fazer de pessoas “comuns”, de brumadinhenses, bustos que viriam a ser fixados permanentemente no Museu, traz o aspecto de uma obra *site specific* onde o trabalho feito só tem significado naquele espaço, com uma busca de identidade espacial (Beneti; Rosa, 2018). Nesse sentido, não é possível resumir a obra a um retrato na parede como, também, não é possível instituí-la de um valor simbólico como uma alternativa desculpabilizadora. Assim,

[...] remontar (museograficamente) ao passado é reinventar *um* passado, uma vez que dele guardam-se apenas restos. Contudo, à tentativa de ‘esquecer as dificuldades do presente’ alia-se muitas vezes um

movimento de promoção passadista que, vinculando o conceito de patrimônio aos objetos materiais busca afirmar que a memória e a história estão sendo preservadas, sem conflito, sem contestação, sem produção inovadora. (Chagas, 2012, P. 66).

Reinventar o passado aqui seria, então, trazer à tona essa comunidade a partir das obras supracitadas, dentro de um discurso de homenagem, nostalgia e memória afetiva dessas manifestações culturais como o congado local, ou dos espaços de convivência brumadinhense como o forró da rodoviária. Contudo, não evidencia também os pontos de tensão e conflito que se fazem dentro da própria história de formação do museu. O que se faz evidente, nesse contexto, é que essa relação conflituosa perpassa por uma reivindicação da memória por moradores (de Brumadinho) e antigos moradores (da extinta comunidade).

Muito mais do que o papel executado pela obra, a falta de reconhecimento de uma história que antecedeu o museu caminha em uma linha tênue entre a preservação e a destruição, que vem ditando as práticas sociais optadas pelo Instituto, isso porque, ao observarmos outras galerias e se compararmos à Galeria Praça, o que se evidenciou na pesquisa após a visita realizada em 2023 à obra foi uma falta de manutenção e conservação que divergiam das fotografias publicadas no site oficial do instituto, onde aparecem mais conservadas.³⁹

Figura 09. Obra Rodoviária de Brumadinho em detalhes



Letícia Peixoto Silva, 2023

Figura 10. Obra Rodoviária de Brumadinho em detalhes



Letícia Peixoto Silva, 2023

³⁹ Ver mais em: INHOTIM. Abre a porta; Rodoviária de Brumadinho. Disponível em: <https://www.inhotim.org.br/item-do-acervo/abre-a-porta-rodoviaria-de-brumadinho/>. Acesso em: dez. de 2023.

Sabe-se que não há como retornar a comunidade ao que hoje é o Instituto, contudo, a obra remete a um passado e toma a palavra de uma comunidade que se tornou inaudível. Na perspectiva de Octave Debary (2017) “o museu guarda a história entre suas paredes” (p. 37), o que significa, em síntese, que todo museu é um retrato na parede. O objeto museológico marca um vazio, uma ausência trazida do passado pelo presente, transforma-se em uma nova narrativa a fim de brandar ou evidenciar uma determinada memória.

O Inhotim faz assim, desse patrimônio artístico, uma alegoria, isto é, ilustra uma situação de perda em que, ao mesmo tempo, remonta uma transitoriedade (Gonçalves, 1996). Desse modo, existe uma articulação de imagens e lugares que buscam assegurar a rememoração, um *Theatrum Memoriae* (Meneses, 1994) onde “é habitado pela questão da sobrevivência dos objetos destinados a serem perdidos; menos do objeto enquanto tal e mais pelo que contém de potencial narrativo e memorial (Debary, 2017, p. 57).

De todo modo, as obras têm um papel crucial na narrativa museológica do Inhotim, pelo local onde estão inseridas, em uma das primeiras galerias do Instituto, como também, pelo discurso que apresenta. Entretanto, a falta de conservação preventiva ou mesmo de uma restauração das antigas cores vivas que lhes caracterizava, também reflete um novo perigo de desmantelamento, não mais da comunidade, mas da pouca memória que restou dentro do Instituto. A obra é, assim, o resto, mas não no sentido daquilo que não nos interessa mais ou aquilo que descartamos, mas entendida como aquilo que restou. Essa perspectiva quanto àquilo que restou reforça-se principalmente com a presença da Capela Santo Antônio, que compõe a obra *Abre a porta* (2006) no espaço externo da Galeria Praça.

Figura 11. *Abre a porta* (2006)



Foto: Letícia Peixoto Silva, 2023.

Figura 12. *Abre a porta* (2006) – em detalhes

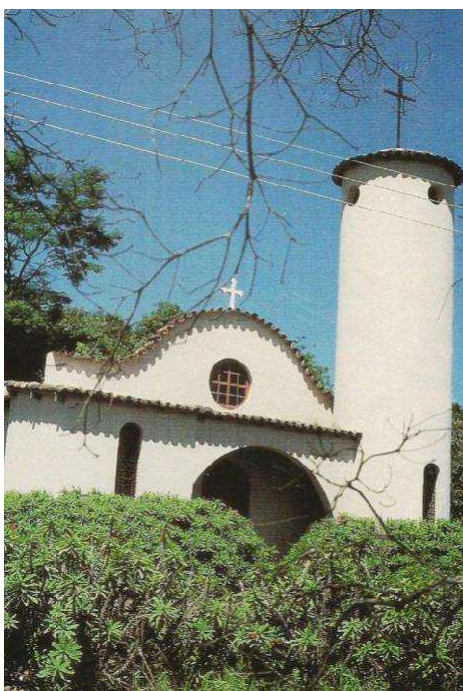


Foto: Letícia Peixoto Silva, 2023.

. A Capela Santo Antônio hoje também é um espaço de visitação, tendo sido adaptada ao Instituto sem suas características originais, sua história foi construída por meio

de mutirões dos moradores locais e recebera esse nome graças a D. Conceição⁴⁰ que havia feito a Santo Antônio uma promessa e tendo sido planejada por Padre Dante Angelilli⁴¹ (Oliveira, 2022). Contudo, antes mesmo de ter sido comprada e mesclada como parte das obras do museu, foi sendo, lentamente, desapropriada da população que, sem a associação, sem a escola local e com a diminuição da vida comunitária e religiosa na região, não conseguiram resistir no território, o que fez com que, em 2008, a capela fosse definitivamente comprada e totalmente desapropriada da comunidade pelo empresário Bernardo Paz.

Figura 13. Capela Santo Antônio



Memorial de Brumadinho⁴²

A obra como aquilo que restou parecer narrar que sua mera existência basta como lembrança à comunidade, seja na obra Rodoviária de Brumadinho ou na obra Abre a Porta, essa negligência encontrada não parece se apresentar em outras obras e galerias do instituto, o que nos parece ser apenas um lembrete, onde “um dos mais cruéis exercícios

⁴⁰ D. Conceição era mulher de Lísio Pacífico Homem de Andrade, diretor da MIPASA (Minas Paraopeba S.A.) empresa de mineração que explorava as jazidas da região. O casal se instalou na região e contribuíram para a construção de vários espaços como a Capela, a Escola Rural e a Associação de São Vicente de Paula (Oliveira, 2022).

⁴¹ Figura central na religiosidade local, o Padre Dante formado também em arquitetura, foi responsável pelo projeto de várias paróquias na cidade. Seu estilo considerava objetos que fossem comuns às pessoas como pedaços de carroças, cifres de bois, ferraduras, tachos entre outros, o padre faleceu em 2009 e recebe o nome de uma sala dentro da Casa da Cultura Carmita Passos.

⁴² Memorial de Brumadinho. Publicado 27/06/2013. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=554605044585520&set=gm.144598785735877&idorvanity=143708579158231>. Acessado em: 12 de jun. de 2020.

da opressão econômica sobre o sujeito é a espoliação das lembranças” (Bosi, 1994, P. 436). Dito isso, tal questão é mais evidenciada ao visualizarmos a Capela como atualmente um espaço de contemplação ou, a obra Continente-Nuvem da artista Rivanne Neuenschwander, reaproveitada em uma antiga casa da extinta comunidade.

A obra Continente-Nuvem apesar de construída em uma antiga casa da comunidade, não há uma menção dessa memória e história, porém, tal ruptura só se realiza com o contexto original da casa, mas como apontado por Meneses (2012) a artista se apropria, também, de um certo contexto histórico cultural “não à toa, pede à curadoria botânica que faça no entorno um jardim aos moldes do século XIX” (p.111). Não obstante, numa mesma perspectiva do monumento antigo apresentado por Choay (2014) a obra não é apenas um espaço reciclado, mas é “com uma mesma simplicidade desenvolta, desmantelados em bocados e fragmentos e reinseridos em seguida em novas construções, para as embelezar e decorar” (Choay, 2014, p. 41).

Figura 14. Galeria Rivanne Neuenschwander – Continente Nuvem



Inhotim, 2023⁴³

Entretanto, ainda que haja essa tentativa de ruptura e não menção da origem da casa, ela se mantém viva na memória dos ex-moradores e funcionários, assim,

⁴³Disponível em: <https://www.inhotim.org.br/item-do-acervo/galeria-rivane-neuenschwander/>. Acessado em: dez de 2023.

entre os funcionários do Inhotim, a casa, antes de ser obra, e mesmo posteriormente, ficou conhecida como casa da vovó. Já entre os ex-moradores era a casa da dona Maria. [...] A casa da Dona Maria, ou da vovó, reflete as noções de pertencimento e enraizamento que estão fortemente presentes no Inhotim. Não raro, alguns funcionários afirmam que nasceram e cresceram ali. (Meneses, 2012, p. 114-115).

A obra e o espaço transcendem as intenções da artista, se torna um interstício entre a intenção e a recepção, revisita o conflito e perdura um pertencimento dessa comunidade que já foi, o que também ocorre com a Galeria Praça, ainda com o dismantelo da obra que se apresenta. Parafraseando a poeta mineira Adélia Prado: o que a memória ama fica eterno, a dissolução da comunidade e sua transformação em um deslugar (Borges, 2015) também encontra pontos de colisão e resistência nessa identidade deslocada, ainda que, como bem salientado por Oliveira (2022), apenas a tentativa institucional de recriar o lugar não substituiu o sentimento de perda.

1.2.2. Nosso Inhotim

O primeiro processo construído a fim de reaproximar a comunidade com o museu e amenizar os conflitos identitários expostos nesse capítulo foi, em 2007, a criação da Diretoria de Inclusão e Cidadania. As pesquisadoras Roseni Sena, Rosalba Lopes e Juliana Gazzinelli (2011) no artigo “Desenvolvendo um território com inclusão e cidadania” abordam que o intuito dessa Diretoria é realizar trabalhos nas cidades de Brumadinho, Rio Manso, Moeda e Bonfim, nesse mesmo cenário, inclusive, que se desenvolve o projeto do Centro de Memória (Centro Inhotim de Memória e Patrimônio – CIMP) em 2008, com parceria da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) e a Fapemig (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais), mas que viria a ser fechado em 2014.

Nesse sentido, na pesquisa já citada das autoras Sibelle Diniz e Diomira Faria (2012), ao assumirem os pontos de conflito entre comunidade e museu apontam que “vários projetos estão e estarão sendo realizados conjuntamente, visando fortalecer a cultura e a identidade local” (Diniz; Faria, 2012, p. 11). Contudo, no mesmo ano, na pesquisa realizada pelo museólogo Mário Chagas aponta que, existe uma hierarquização do Instituto, onde, mesmo sendo financiado com mais de 50% de verba pública, naquele período, apenas um dia era destinado a visitação gratuita da população local, assim “encontra-se o traçado de uma política que hierarquiza os usos e os usuários dos bens musealizados, estabelecendo quem pode, quando pode e de que forma pode utilizar o museu e os seus acervos.” (Chagas, 2012, P. 53).

Outros programas também fizeram parte desse processo como o Inhotim Encanto, e em 2008, a Rede de Artesãos (Sena; Lopes; Gazzinelli, 2011). Contudo, em 2015, com a queda da *commodity* de minério de ferro e a crise do mercado siderúrgico brasileiro, o

Inhotim passa a ter dificuldade em financiar seus projetos (Faria, 2016) o que faz com que muitos desses projetos sejam interrompidos ou finalizados, a própria Diretoria de Inclusão e Cidadania é desfeita neste mesmo ano passando a se configurar como um setor do Departamento Educativo (Alves, 2018), e que se mantém até hoje.

Em alguns programas, contudo, persistiram as dificuldades apontadas, especialmente aqueles voltados para a educação continuada de jovens estudantes da rede pública de ensino de Brumadinho. Vale ressaltar o Laboratório Inhotim, criado em 2007, que tem por objetivo a expansão de uma consciência crítica a partir da experimentação desses jovens às linguagens artísticas como, também, a discussões quanto ao acervo do museu e o Jardim Botânico (Inhotim, 2023). Essa experimentação também perpassa pela intervenção desses jovens dentro e fora do museu, atuando em praças municipais ou a partir da visita de outros espaços museológicos.

Outro programa que também se destaca por sua continuidade quanto a formação continuada é o Jovens Agentes Ambientais, existente desde 2008. O programa possui como objetivo promover inclusão socioambiental fomentando as discussões sobre meio ambiente, sustentabilidade e se expandindo inclusive para outros formatos como à distância e encontros virtuais, somado às ações musicais do instituto formado pela Escola de Música e a Escola de Cordas, também com o enfoque em jovens brumadinhenses, especialmente a Escola de Cordas que funcionando desde 2012, se expandiu com a criação da Orquestra da Câmara em 2019 formada por alunos que desejam seguir carreira musical e, de acordo com o Relatório Institucional do Inhotim de 2021, atendeu cerca de 25 bolsistas.

Apesar da importância basilar desses projetos que se mantiveram durante os anos, a maior característica foi o enfoque voltado para uma formação continuada de estudantes das escolas da rede pública de Brumadinho. Evidentemente, este grupo tem um papel importantíssimo dentro da sociedade local, contudo, o restante da população brumadinhense só se viu inserida recentemente, com o programa Nosso Inhotim. O atual programa Nosso Inhotim⁴⁴ surge em decorrência dos efeitos do rompimento da barragem B1, em córrego do feijão, somado à políticas de reparação que vem ocorrendo no município.

Concomitantemente, de acordo com a instituição “um programa de democratização do acesso, desenvolvimento social e relacionamento comunitário, criado para e com os moradores de Brumadinho” (Inhotim, 2023). Esse programa permite que a população

⁴⁴ Recentemente, de acordo com os eventos realizados pelo Educativo do Inhotim, o nome será alterado para Inhotim + Brumadinho, já que, representaria melhor os objetivos do programa em reaproximar a instituição da comunidade local. Contudo, como ainda não foi publicado no site oficial ou em alguma publicação, mantivemos o Nosso Inhotim, nome original do projeto.

brumadinhense visite gratuitamente o museu em qualquer dia, desde que comprove a residência no município e, ainda, permite que os inscritos no programa consigam um desconto de 50% em eventos realizados no Instituto.

O programa Territórios e Redes também conta com outras ações a fim de estender esse processo de reaproximação. Um desses projetos é o Raízes da Resiliência, já citado neste trabalho, que juntamente com outras instituições do Vale do Paraopeba “[...] busca mensurar o valor do patrimônio cultural do Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais, de forma colaborativa com comunidades locais” (Inhotim, 2023). No que tange ao fortalecimento das iniciativas locais de cultura, arte e patrimônio tem contribuído juntamente com as políticas de reparação a Vale (Instituto Terra), Circuito Veredas e a Associação de Turismo de Brumadinho e região (ATBR) no programa “Céu de Montanhas⁴⁵” que conta com 37 empreendimentos de comunidades e associações locais que abrangem a gastronomia, artesanato, música e cerâmica.

A mudança de postura recente do Instituto, que também inclui a recente mudança da diretoria parece demonstrar uma preocupação social até então dormente em suas políticas museais. A criação do Nosso Inhotim faz parte do Programa Território e Redes⁴⁶, que possibilitou, ainda, a abertura da Biblioteca Inhotim a colaboradores, visitantes e pesquisadores para a consulta do acervo e vem produzindo encontros com líderes da comunidade. Nesse sentido, é possível utilizar-se da perspectiva de José Neves Bittencourt (2008), que, a partir da reflexão sobre a Declaração de Québec, de 1984⁴⁷, argumenta que o novo museu instituído nas documentações é um espaço de ação, dessa forma, deixa de privilegiar o objeto em si, e passa a tentar compreendê-lo como suporte de memória e mediador das relações sociais.

Durante o processo de pesquisa dessa dissertação, estive presente em um desses Fóruns de Escuta dos encontros com o Inhotim em setembro de 2023, uma das ações vinculadas ao programa Território e Redes e o projeto Nosso Inhotim. A partir de uma dinâmica que privilegiava a escuta, foram escolhidos quatro escutadores internos do

⁴⁵ Ver mais em: Céu de Montanhas. Disponível em: <https://ceudemontanhas.com.br/sobre/>. Acessado em: 20 de dez de 2023.

⁴⁶ Ver mais em: INHOTIM. Programa Território e Redes. Disponível em: <https://www.inhotim.org.br/institucional/educativo/territorios-e-redes/>. Acessado em: 20 de dez. de 2023.

⁴⁷ A Declaração de Québec realizada na 16^a Assembleia Geral do ICOMOS e celebrando os festejos de aniversário de 400 anos da fundação de Québec, no Canadá, teve por objetivo retomar as discussões anteriores iniciadas na Mesa de Santiago, no Chile, em 1972. Dessa forma, buscou-se a partir dessa Declaração estabelecer os princípios básicos dentro da Nova Museologia, inaugurada discursivamente pela Carta de Santiago. Assim sendo, manteve-se a ideia de museu a serviço da sociedade e a partir dele foi criado em 1985, o Movimento Internacional para uma Nova Museologia. Interessante ressaltar, também, a Declaração de 2008, também realizada em Québec, sobre o *spiritu locu*, isto é, o espírito dos lugares. Nesse documento mais recente, assinalou-se a importância dos museus em salvaguardarem, protegerem e promoverem os espíritos dos lugares, sua essência, dimensão material, narrativas, comemorações e manifestações.

instituto, em geral, membros do Educativo Inhotim, onde, possuíam a função de organizar os grupos formados por associações locais como membros da ASCAVAP (Associação de Catadores do Vale do Paraopeba), representantes do poder público, professores e diretores da rede pública de ensino, ativistas ambientais, quilombolas, representantes indígenas, empreendedores culturais da região e estudantes.

Além disso, a dinâmica fora separada em dois dias, a partir da disponibilidade dos grupos, um no dia 20 de setembro e o outro no dia 30 de setembro. O evento também foi realizado como parte das atividades da Primavera de Museus 2023 do IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus) que teve como tema “Memórias e democracia: pessoas LGBTQ+, indígenas e quilombolas”. Esse encontro partira de questionamentos a serem respondidos em rodas de conversa nestes quatro grupos distintos. A partir dos grupos, os participantes da dinâmica responderiam três perguntas: 1. Como o grupo define o Inhotim? 2. Qual a relevância de Inhotim para Brumadinho? 3. Como o Inhotim pode ser um museu relevante no território que está inserido?

Figura 15. Encontros com o Inhotim 2023 – Fórum de Escuta



Foto: Brendon Campos
Fonte: Diretoria de Educação Inhotim, 20/09/2023

Após a discussão, os grupos selecionaram um relator e apresentaram os pontos mais relevantes encontrados em conjunto pelos participantes, assim como, alternativas e potenciais alcançáveis e possíveis de serem aplicadas pelo museu. Foi observado também, a heterogeneidade dos participantes convidados, permitindo assim que a

metodologia de escuta pudesse compreender os pontos em comum desses grupos diversos. Neste evento, a seleção dos grupos de trabalho foi realizada de forma aleatória, a partir da separação de pulseiras coloridas, o que no meu caso, foi o grupo de pulseira azul, composto majoritariamente por mulheres. Assim, a partir das discussões realizadas e o aval das participantes, os conceitos, termos, ideias e impressões refletidas sobre as perguntas iam passando para um painel de papel que seria apresentado para o restante dos grupos pelo relator escolhido.

Figura 16. Encontros com o Inhotim 2023 – Fórum de Escuta – Apresentação



Foto: Brendon Campos
Fonte: Diretoria de Educação Inhotim, 20/09/2023

Nesse intuito, atuei como a relatora do grupo azul. Contudo, observando também a apresentação dos outros três grupos foi possível elencar alguns pontos que iam se repetindo durante as apresentações orais. Assim, um dos pontos mais evidenciados neste fórum e que está em concordância com essa pesquisa é o distanciamento do Instituto com a comunidade, seja por meio do fortalecimento de projetos locais, artesãos, artistas e produtores de cultura, seja, também, pela construção de um ideário que o museu não nos diz respeito, como se, o espaço fosse apartado do território.

Dessa forma, ficou evidente algumas fissuras e conflitos que existem e, por vezes, passaram despercebidos pela administração do Museu, todavia, alguns outros pontos relacionados à potencialidade da instituição em ser um contraponto da minero-dependência local também surpreendeu a pesquisa, isso porque, em geral, para os grupos,

o Instituto possui um potencial de desenvolvimento sustentável que ainda não se evidenciava nas ações com as comunidades locais.

Em consequência dessas ações voltadas para o encontro com a comunidade, em janeiro de 2024, o Instituto Inhotim resolve realizar a primeira ação do ano voltada para os jovens brumadinhenses. Diferentemente do evento anterior, o museu aqui parecia atuar como um mediador entre a juventude e a cidade de Brumadinho. Ainda, contou com três escutadores, duas externas (incluindo a mim) e um interno (educador do instituto). Tal escolha parecia antever o interesse do Instituto em entender tanto a perspectiva dos jovens selecionados a partir de várias gerações dos projetos de formação continuada, já citados anteriormente, como também, a utilização de membros externos ao instituto como escutadores permitindo uma proximidade de vivências.

Figura 17. Encontros com o Inhotim – Juventude – Dinâmica de apresentação



Foto: Lucas Vieira Ribeiro
Fonte: Diretoria de Educação Inhotim, 20/01/2024

O objetivo deste evento foi produzir uma carta de intenção da juventude brumadinhense, especialmente estes jovens que passaram pelos projetos do Inhotim, sobre suas perspectivas quanto a cidade de Brumadinho. Para tanto, os grupos circundavam as três perguntas, cada qual, responsável por um mediador/escutador: a primeira: “Quem somos nós?” Que ficou sob responsabilidade do educador interno do museu; a segunda e a terceira respectivamente sob a responsabilidade das escutadoras externas, sendo “Qual a relação de Brumadinho com as juventudes?” e “O que nós, jovens, esperamos enquanto cidadãos brumadinhenses?”

Dessa forma, após as discussões realizadas, foi possível notar o sentimento conjunto da desvalorização da cidade com a juventude local, além disso, a sensação de terem seus discursos invalidados nas políticas locais, de não serem escutados, percebidos, notados nas políticas públicas do município e, ainda, a limitação territorial que ocorre principalmente com as comunidades rurais. Interessante perceber que, nesse momento, o Inhotim não estava ali para ser o foco da discussão, mas, sim, um mediador capaz de repassar as demandas ali discutidas para os órgãos responsáveis.

Utilizar-se do papel que ocupa dentro do município a fim de trazer não só as questões levantadas pelas diversas comunidades que veem participando desses encontros, como também, da relação destas comunidades com o próprio município, apreende uma ação totalmente nova e sem precedentes realizada pelo Instituto. Dentro dessa percepção, é possível elencar que o museu Inhotim vem realizando uma autorreflexão sobre o seu papel social dentro do território brumadinhense, diminuindo a distância que fora construída desde seu surgimento.

Esse movimento não o faz fora de um contexto que vem sendo construído dentro da própria museologia contemporânea, onde “denunciar o museu como espaço de um projeto político desconectado das reais necessidades das populações passa a ser a principal missão do próprio museu. Uma outra forma de dizer: ‘dessantificação do espaço’” (Bittencourt, 2008, p. 46). Nesse sentido, parece assumir, dentro dessa nova conjuntura pós rompimento, novas possibilidades de negociação que antes e devido ao contexto que se insere o Instituto Inhotim, não pareciam possíveis.

Longe de apagar as rupturas e dissidências que ocorreram no passar dos anos de consolidação do museu, neste novo momento reaparece como patrimônio destoante, destoa-se de um contexto artístico contemporâneo e botânico apenas para rerepresentar-se como um museu inserido em um território. É possível recorrer, assim, ao termo utilizado por José Neves Bittencourt (2008) ao apontar a questão da heterotopia, isto é, um lugar que é um “outro lugar”, assim, o Inhotim é, além de destoante, possui a capacidade de sobrepor em um único lugar, diversos espaços e lugares que, por si só, seriam incompatíveis.

Nesse sentido, o Inhotim é ao mesmo tempo um espaço que esteve encrustado nas relações de poder locais, como abordado anteriormente, nesse sentido, a ação e perpetuação das críticas a partir do jornal tribuna, à época, feitas por moradores e ex moradores da extinta comunidade Inhotim, a publicação de livros e estudos que enfoquem e reflitam esse processo de desmantelamento permitem elucidarmos as questões dos dizíveis e indizíveis que circundam o papel social do Instituto no município.

Assim, é preciso dessacralizar o Museu Inhotim entendendo suas nuances e dissidências dentro do território brumadinhense, nesse campo entre a memória e a história

do Instituto, evidenciada pela Galeria Praça, cabe compreender que a história (representada, simbolicamente, pelas obras dessa galeria) é “a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais” (Nora, 1993, P. 9). Entretanto, ainda que problemático, é preciso se atentar sobre a importância desse local, já que, como o próprio Pierre Nora (1993) nos faz refletir, só “há locais de memória porque não há mais meios de memória” (p. 7), isto porque, não é mais possível retornar a comunidade para aquele território.

Por outro lado, a expansão de projetos que visam a reaproximação do museu com as comunidades brumadinhenses, marcam um novo momento de diálogo e negociação dentro do território das identidades, para Ulpiano de Meneses (1994), o museu é percebido, assim, como um recurso estratégico a esse serviço, o que neste caso, não se reflete como uma identidade homogênea que traga o Instituto como salvador social do território brumadinhense, mas sim, como um mediador, um instrumento que possa ser utilizado e que permita a cicatrização das feridas identitárias históricas que ocorreram em nossa cidade.

**CAPÍTULO 2 -
EM BUSCA DO PATRIMÔNIO
BRUMADINHENSE: O PAPEL DAS
INSTITUIÇÕES LOCAIS NOS PROCESSOS
IDENTITÁRIOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO**

Compreender o patrimônio, é construir sua relação com a história da (s) comunidade (s), já que, foi a partir das novas comunidades políticas⁴⁸ nacionais, impulsionadas pelos movimentos revolucionários do final do século XVIII, em que o processo patrimonial se construiu a fim de legitimar estes novos grupos. O recenseamento, os limites territoriais demarcados pelos mapas e o museu tiveram um papel fundamental, a nação, inaugurada pelo período moderno, imaginou-se enquanto comunidade (Anderson, 2008) e foi concebida enquanto unidade.

É a partir dessas instituições de poder, em conjunto com a legitimada autoridade do especialista, que, de acordo com o antropólogo José Reginaldo dos Santos Gonçalves (1996) se organizou a narrativa nacional calcada na materialidade patrimonializada. Essa materialidade, no entanto, atuou na homogeneização de processos identitários sobrepostos em um mesmo território, assim,

nos discursos sobre patrimônios culturais, a 'perda' é uma imagem por meio da qual as diferenças e a fragmentação são colocadas para fora das práticas de apropriação, como algo que lhes é totalmente externo. Operando desse modo, esses discursos asseguram que o objeto principal dessas práticas, a cultura nacional ou o 'patrimônio cultural', permaneça ilusoriamente como algo coerente, íntegro e idêntico a si mesmo. (Gonçalves, 1996, p. 24).

Nesse sentido, a perspectiva sobre a cultura refletida no patrimônio esteve usualmente vinculada a uma ideia de fixação e de imutabilidade, assim, coube aos museus e órgãos de preservação produzirem alegoricamente essa coerência, destarte, ambos os processos se consolidaram enquanto instrumentos de fabricação de patrimônios (musealizados ou não) e, ainda, modelos institucionais preservacionistas (Lima, 2016), que lhes conferiu o poder de legitimar e valorar o bem cultural.

Nesse processo de valoração, a autenticidade se tornou o âmago do patrimônio (Heinich, 2018), e por consequência, refletiu diretamente na política de preservação brasileira. Deste modo, a arcaica recém fundada república herdara, em si, traços distintos do período imperial. Em vista disso, vale ressaltar a ressignificação do Museu Histórico Nacional e da Biblioteca Nacional originados no Império, que mantinham acervos como a coleção Imperatriz Teresa Cristina, doada por D. Pedro II que contava com 21 mil fotos da família e das viagens pitorescas do imperador pelo país (Carvalho, 2012).

Concomitantemente, desde a criação do SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), em 1937⁴⁹, estimava-se um novo projeto de uma cultura

⁴⁸ A comunidade política para Weber (1999) funda-se sob um território e as pessoas que o habitam. Ainda, as relações estabelecidas nessas comunidades vão além do aspecto econômico, tendo, especificamente, um funcionamento de dominação ordenada e regulamentada (instituído por 'leis') e podendo utilizar-se, muitas vezes, da coerção física.

⁴⁹ Substituiu a Inspetoria dos Monumentos Nacionais.

genuinamente brasileira, a partir da centralização das decisões vinculadas ao órgão (Gonçalves, 1996). Porém, a política do SPHAN foi marcada, especialmente em suas primeiras décadas de funcionamento, pela preservação arquitetônica, focada no que Maria Cecília Londres Fonseca (2009) denominou como pedra e cal, baseando-se no tombamento de edifícios e prédios (em grande maioria do período colonial). Ainda, nesse sentido, ideias de desenvolvimento, civilização e modernização perpassaram a disputa imagética do patrimônio.

A partir do final da década de setenta do século XX⁵⁰, a mudança paradigmática permitiu que as políticas patrimoniais avançassem nas discussões acerca dos novos conceitos de patrimônio, constituídos para além das calcificações da cultura (Bhabha, 1998). A política patrimonial brasileira começa a tomar forma, retomando a luta social por reconhecimento de outros patrimônios e suas características imateriais, como evidenciado pelo Decreto 3.551/2000.

Entretanto, ainda que haja avanços nas discussões teóricas, em relação as ações executadas pelos meios institucionais, como no caso do IEPHA (Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais) estudado por Luciana Souza (2013; 2018) e a própria perpetuação da autoridade dos especialistas, instituições, núcleos de decisão e intelectuais que atuam, em conjunto, para a teatralização do poder (Vaz; Camargo, 2016) frente às comunidades locais, engendram questionamentos com como tem sido, na prática, os processos de patrimonialização.

Assim, tais questões evidenciam a importância de investigar os significados que compõe a patrimonialização, em que se veem calcadas nessas seleções jurídico-burocráticas, isto é, o processo e ato que transforma o objeto em patrimônio ou semióforo (Pomian, 1984). Esse processo passa a distinguir, diferenciar ou elevar determinado bem a um patamar social reconhecido nas instâncias estatais (Souza, 2018). Dessa maneira, indaga-se se “o patrimônio aparece como nada mais do que o estado peculiar resultante de alguns objetos submetidos a certos tipos de operações, através de gestos, escritos, palavras, leis, trocas financeiras etc.” (Heinich, 2018, p. 183).

Nesse sentido, um primeiro questionamento que se faz é se os processos de patrimonialização geram processos de identificação e se a recíproca é verdadeira, e, por outro lado, se a partir das identidades multifacetadas da sociedade contemporânea, pode-se criar, ainda que distante das vias institucionais, a patrimonialização. Isso porque

⁵⁰ Em 1979, com a entrada de Aloísio Magalhães na presidência do SPHAN (Atual IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e a abertura gradual do período ditatorial, a noção de patrimônio histórico foi substituída por ‘bem cultural, a posição do presidente acercava uma aproximação entre os profissionais e as comunidades locais e a perspectiva de um patrimônio cultural teve maior veemência a partir deste período (Gonçalves, 1996).

compreende-se, nessa pesquisa, o patrimônio como um conceito nômade (Choay, 2014), que se metamorfoseia entre campos de conhecimento e contextos sociais distintos.

Nessa perspectiva, o presente capítulo elenca alguns aspectos teóricos do patrimônio, mas especialmente tem por objetivo a análise desse processo prático em conjunturas que saem dos grandes centros urbanos, isto é, se essas mudanças teórico-metodológicas alcançaram a política patrimonial local. Assim, a contextualização dos processos patrimoniais perpassa sua relação com a institucionalidade, implementando um olhar analítico a partir do estudo da cidade de Brumadinho, em Minas Gerais.

Ainda, vale salientar que o discurso jurídico é também um mecanismo de poder. Para Michel Foucault (2002) em “A verdade e as formas jurídicas”, o indivíduo ocidental foi construído a crer em uma separação, uma antinomia entre o poder político e o saber, não obstante, crê-se que o poder jurídico (por se tratar do saber) é apartado do poder político, ao mesmo tempo (e paradoxalmente) faz parte da santíssima trindade da república (executivo, legislativo e judiciário), contudo, a discussão de leis e de suas implementações se faz necessária no campo do patrimônio, em vista que, para o autor, as práticas jurídicas foram formas pelas quais a sociedade definiu tipos de subjetividade e formas de saber.

Nesse sentido, entender as leis e suas formas de implementação é entender também o funcionamento das disputas sociais de um mesmo território, compreendendo que há vários atores nesse campo como os órgãos governamentais, o poder local e as associações comunitárias (Veloso, 2006). O conflito do patrimônio se faz, *a priori*, por essas legislações, decretos e regulamentos que engendram determinados domínios do saber patrimonial, definem, elegem, estipulam, selecionam e, também, apagam.

A partir dessa perspectiva, buscou-se analisar o processo de patrimonialização local a partir dos relatórios da política do ICMS Cultural, organizados pelas diretrizes e portarias do IEPHA (Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais), em especial o Quadro III referente a Salvaguarda e Promoção do Patrimônio Cultural, como também, a legislação municipal em conjunto com a atuação do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo a partir da documentação acessada. O levantamento destas legislações se faz relevante para compreendermos como é levada a política patrimonial do município, a partir das instâncias legitimadas em contraposição às ações efetivamente realizadas.

Outrossim, esta análise parte da perspectiva de algumas pesquisas como a de Luciana Souza (2018) no tocante da institucionalização do campo patrimonial mineiro, especialmente a partir da criação do IEPHA, em 1971, que influenciou diretamente a política de patrimônio dos municípios de Minas Gerais. Como também, as reflexões de Hugues de Varine (2012), Fraçoise Choay (2014), Maria Cecília Londres Fonseca (2009),

José Reginaldo Santos Gonçalves (1988; 1996; 2009) quanto ao campo patrimonial, perpassando-as por um olhar local, isto é, o patrimônio institucionalizado brumadinhense.

1.1. As leis municipais e a institucionalização patrimonial de brumadinho

Durante o final do século XIX e início do XX, com a constituição do conhecimento científico como paradigma, fragmentado em disciplinas, passou a se diferenciar quem é especialista e quem há de ser estudado, quem detinha o conhecimento e quem o podia receber, em detrimento àqueles que eram objeto de coleta e pesquisa. Nesse aspecto, a valorização da figura do especialista, engendrou na política de preservação nacional, uma patrimonialização do extraordinário (Fonseca, 2009).

Da política nacional à estadual, Minas Gerais ocupou um dos principais papéis na construção da identidade nacional brasileira, especificamente nos moldes patrimoniais, em que foi vista como a herdeira da continuidade ibérica (Souza, 2018), assim, “essa visão especializada selecionou Minas Gerais como uma referência”, como o berço de uma sociabilidade ‘inteiramente brasileira’ a partir do barroco” (*Ibidem.*, p. 184). Nesse sentido, a idealização da mineiridade (Ramalho, 2014), vista como uma essência identitária mineira entrelaçada com a história colonial e o barroco, motivou os primeiros anos de criação do IEPHA⁵¹ e suas políticas de preservação. Sendo assim:

as decisões sobre os tombamentos seguiam, assim como o Iphan, um movimento político-burocrático que passava por diferentes instâncias. Após a seleção/identificação do bem a ser tutelado pela equipe técnica, seguia-se a elaboração do dossiê. O material recebia o parecer do presidente do IEPHA, que enviava o processo do Conselho Curador para a deliberação final; e a partir de 1985, a homologação do tombamento se efetivava pelo Secretário de Estado da Cultura (Souza, 2018, p. 208).

Esse processo burocrático favoreceu os processos de tombamentos em vista de outras formas de patrimonialização, desse modo, serviu de exemplo para os municípios mineiros, especialmente após a década de 1990 com a descentralização decisória do IEPHA nos assuntos relacionados aos patrimônios regionais. Entretanto, a homologação da chamada Constituição Cidadã em 1988⁵², também trouxe novos moldes, tanto para a política estadual quanto para as políticas municipais, ampliando a percepção quanto ao

⁵¹ A descentralização de decisões do IPHAN perpassa o contexto de criação do IEPHA na década de 1970, com o incentivo federal a partir dos encontros de governadores para a criação dos Institutos Estaduais. Entretanto, vale destacar que Minas Gerais já possuía o Arquivo Público Mineiro fundado inicialmente em 1895, o IHMG (Instituto Histórico de Minas Gerais), inaugurado em 1906, o Museu Mineiro, fundado em 1910 e a Inspetoria Estadual de Monumentos, em 1926. (Souza, 2013; 2018).

⁵² O art. 216 da Constituição Federal de 1988 instituía uma ampliação do patrimônio cultural brasileiro, trazendo não apenas os seus aspectos tangíveis, como também, a imaterialidade como patrimônio passível de ser protegido, assim, a Carta Magna brasileira possibilitou avanços nas políticas públicas patrimoniais na esfera estatal.

patrimônio cultural nacional, instituindo em seu artigo 30º a responsabilização dos municípios frente ao patrimônio cultural local.

Nesse sentido, a cidade de Brumadinho teve um papel precursor no que tange à legislação e às políticas públicas patrimoniais, já em 1997, a Lei municipal n. 939 aprovou a criação do Conselho Municipal de Patrimônio, um ano depois da Resolução 01/96 do IEPHA que instituía a existência de planejamento e de política municipal de proteção ao patrimônio (Souza, 2013). A política de criação dos conselhos municipais foi amplamente debatida como forma de interiorizar, no aparelho estatal, as políticas do patrimônio (Starling, 2009). No entanto, apesar da expansão desses órgãos deliberativos pelas vias legais, sua existência não garante, em si, uma participação na decisão desses patrimônios. Na perspectiva de Janice Gonçalves,

a disseminação de dadas memórias, por meio de iniciativas como a instituição de monumentos, museus, centros de documentação ou arquivos, não necessariamente favorece o estabelecimento de vínculos significativos entre o público-alvo e os acervos patrimoniais aí implicados” (2018, p. 71).

É preciso, nesse sentido, não apenas apontar sua importância, mas também problematizar os processos patrimoniais da cidade evidenciado pela sua legislação, assim como, seus impactos na execução da política local. Outrossim, a partir de uma análise da lei original, pôde-se constatar que o Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural de Brumadinho possuía como atribuição majoritária, a execução e fiscalização de tombamentos que fossem dotados de valor estético, ético, filosófico e científico (Brumadinho, 1997), seguindo os moldes da política estadual⁵³.

A valoração do bem cultural atravessa pelo campo da especificidade, está muito mais vinculada a “quem” o dá, do que ao “que” foi dado, isto é, quem define o valor de um patrimônio são as pessoas (especialmente aquelas dotadas de legitimidade pelas instâncias estatais de preservação) e não o objeto em si, nesse sentido, Baudrillard (2015) chama a autenticidade de fantasma sublime, isso porque, a ideia do termo é refletir esse aspecto criado, fantasmagórico, ilusório de uma transcendência e elevação do dito comum em que se coloca sob os objetos instituídos de autenticidade, desse modo, a própria construção do autêntico e não-autêntico habita o discurso mais do que a materialidade. E assim, muito mais do que a autenticidade em si, quem a confere?

Portanto, os valores estéticos e históricos não são compartilhados de modo homogêneo por um mesmo grupo (Veloso, 2006). Entretanto, poucos grupos possuem a

⁵³ Em 1995, Minas Gerais aprova o decreto-lei n.12.040 que dispunha sobre a distribuição de parte da arrecadação do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) para os municípios e instituía uma parcela para o patrimônio cultural local, mais tarde ficaria conhecida como “Lei Robin Hood”.

autoridade de ditar essa valoração. Tal questão se evidencia com a lei municipal 1191/2001 em que, a composição do conselho detalhou-se em seu artigo terceiro, sendo:

- I. Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos;
- II. Um representante do órgão municipal de cultura;
- III. Um representante **do poder legislativo**;
- IV. Um representante do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente;
- V. Um representante da Ordem dos Advogados do Brasil, subseção na Comarca de Brumadinho;
- VI.** Um profissional **de nível superior** com formação em História ou Antropologia, a ser **indicado pelo Poder Executivo**;
- VII.** Um profissional **de nível superior**, com formação de Arquitetura e Urbanismo ou Artes Plásticas, a ser **indicado pelo Poder Legislativo**;
- VIII. Um representante das associações comunitárias;
- IX. Um membro de entidade cultural não governamental. (Brumadinho, 2001, p.1, **grifo nosso**).

A partir desta composição, pôde-se conceber que apenas 2/7 não estão inclusos em instituições de poder e/ou no âmbito de especialidade. Essa relação reitera a leitura crítica quanto à patrimonialização brasileira, recomendada por José Reginaldo Santos Gonçalves (1996). Na trilha deste autor, cabe examinar como a autoridade cultural remaneja o que pode ou não ser considerado patrimônio. Ainda, cabe ressaltar que a falta de acesso as atas e deliberações do Conselho⁵⁴, dificulta a pesquisa a compreender os critérios além dos instituídos pela lei supracitada e suas alterações realizadas respectivamente em 2015 e 2020.

Na Lei Municipal n. 2171/2015, a composição do conselho altera-se, tendo, assim, cinco membros de secretarias do poder executivo e cinco representantes da sociedade civil. Entretanto, em seu artigo 3^a, §4 instituía que a presidência do Conselho “será sempre um representante da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura” (Brumadinho, 2015, p.1). Novamente encontra-se na organização do conselho, o papel do especialista do patrimônio sendo o único capaz de presidir as decisões, tendo sido alterada apenas com a lei mais recente n. 2540/2020. Tal legislação permite a eleição de não-representantes do poder

⁵⁴ A pesquisa precedente a esta, intitulada “Memória e Identidade Brumadinhense: Análise da experiência na construção de um Museu Comunitário” (Silva, 2021) também se debruçou sob algumas leis municipais a fim de compreender a política de memória local. Entretanto, desde o ano de 2019 (início da pesquisa) até a produção da presente dissertação (2023), houve uma série de tentativas de acesso ao Conselho Municipal, por ofício, e-mail, ligação e presencialmente, no entanto, todas malsucedidas, em suma o que foi conseguido foram 9 atas não sequenciais que constam nesse trabalho.

público para a presidência, porém, na prática, se verificou pouca rotatividade no cargo máximo do conselho em que se manteve o mesmo presidente desde 2014⁵⁵.

Entretanto, é preciso compreender que a construção de um conselho patrimonial como abordado por Luciana Souza e Nilson Moraes (2013) parte de uma ideia de espaço constituído por múltiplas experiências e vivências de diferentes sujeitos, com o intuito de produzir uma discussão ampla sobre a preservação dos patrimônios elencados. Dessa forma, essa falta de rotatividade contrapõe essa construção e produz um processo excludente, isso porque, se o cargo máximo de um conselho é sempre exercido por um mesmo agente, seja público ou privado, essa participação é restringida a uma aptidão construída apenas e por esse sujeito, justificado por uma experiência adquirida, muito mais do que pelo interesse democrático.

Tal processo pode ocasionar uma falsa noção de coesão social que inibe o campo de luta que se faz dentro e por meio da seleção de patrimônios, ainda, como salientado por Mariza Veloso (2006) apresenta-se um perigo de apropriação politqueira e privatista do patrimônio cultural, que consiste em negar que a legitimidade do patrimônio é resultado da produção coletiva. Dessa forma, grupos que não possuem as qualificações adequadas, dentro dessa lógica tecnicista, acabam perdendo espaço nesses locais de discussão.

Contudo, as leis alteradas a partir de 2020 apresentam novas roupagens às discussões patrimoniais locais, como é o caso do nome do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Natural, Paisagístico de Brumadinho, que na mesma lei n. 2540, passa a se chamar Conselho Municipal de Patrimônio Cultural. Essa mudança do nome do conselho também é um aspecto importante de tentativa de adaptação aos novos moldes do patrimônio, ainda que de forma tardia. A perspectiva do conceito antropológico de cultura dentro do patrimônio permite que o vejamos de forma híbrida, correlacionada e partindo do pressuposto da transformação, nesse sentido, a valorização de todo patrimônio enquanto cultural, além de expandir a possibilidade de patrimonialização, também expõe esse processo mutável que, em primeiro momento, parecia ser invisível na legislação local.

Contudo, a falta de acesso aos processos internos do conselho, como as deliberações, resoluções e indicações quanto ao patrimônio cultural local, como já exposto, dificulta compreender a relação entre a legislação e as ações executadas. A legislação, apesar de ser relevante para o patrimônio e sua salvaguarda e proteção, não garante, por si só, a efetivação de ações. Na pesquisa de Juliana Gazzinelli (2014) foi evidenciada a

⁵⁵ Apesar de não termos tido o acesso as atas de eleição do conselho, pôde-se constatar essa informação pelo currículo lattes do Diretor do Setor de Patrimônio da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, que informa ser, desde 2014, o presidente do Conselho. Também, seu nome consta na placa do centenário da estação rodoviária de Brumadinho em 2017 e nas informações mais recentes encontradas nas documentações do ICMS Cultural dispostas no IEPHA (2018; 2019; 2020; 2021; 2022).

dificuldade de acesso às atas e deliberações locais e afirma que “as atas de reuniões, onde, obrigatoriamente teriam que tratar assuntos sobre o patrimônio municipal, estão perdidas e/ou incompletas e sem assinaturas dos conselheiros” (*Ibidem.*, p.110).

Até 2014, havia apenas sete bens de natureza material tombados pelo município, porém, não constavam os decretos nos livros de tomo da cidade (*Ibid.*). Em nossa pesquisa também encontramos as mesmas complicações metodológicas, conseguindo ter acesso há apenas nove atas que não possuíam uma continuidade ou sequência, e em maior parte, relacionavam-se aos gastos do Fundo de Patrimônio do município, como também, não conseguindo ter acesso aos livros de tomo e registro local.

Porém, vale destacar que além da legislação vinculada ao Conselho Municipal de Patrimônio, entre os anos de 2001 e 2020, foram aprovadas e reformuladas outras leis correlacionadas às questões eminentes ao campo patrimonial local. Interessa-nos, entre elas, evidenciar o Plano Diretor de Brumadinho, de 2006⁵⁶, a lei municipal n. 2007/2013, que instituí o Centro de Memória do município, as leis 1744/2009 e 2537/2020 referentes ao Fundo de Patrimônio Municipal (FMPC) e a lei mais recente 2539/2020 que cria a Política Pública de Preservação de Brumadinho, que compõe a institucionalização do patrimônio em magnitude.

1.1.1. Plano Diretor

O Plano Diretor como instrumento de planejamento municipal está em consonância com a Constituição Federal, cumpre papel fundamental na política de desenvolvimento territorial das cidades, homologado pela lei complementar n. 56/2006 institui como objetivo em seu art. 3, inciso terceiro, a preservação do Patrimônio Histórico e Artístico, em especial “às áreas de interesse ambiental localizadas nos perímetros de proteção aos mananciais” (Brumadinho, 2006, p.1).

Nesse sentido, há, desde o início do plano, uma preocupação com a questão ambiental local, Juliana Godoy (2022) em sua pesquisa quanto ao planejamento municipal, evidencia que a cidade “[...] apresenta mais da metade do território (65,8%) ainda constituído por áreas consideradas rurais” (p.45), o que justifica a especificidade do plano quanto ao patrimônio voltado para o meio ambiente.

Ainda, o Plano Diretor reforça como princípio na distribuição territorial, o patrimônio enquanto produto da sociedade a ser defendido e utilizado coletivamente (Art. 4º, V.), tendo força coercitiva sob a propriedade privada (Art. 6º, II.) e, não obstante, estando nos centros da política urbana (Art. 7º; Art. 9º; Art. 11º; Art. 18º); e políticas econômicas sustentáveis

⁵⁶ Recentemente o poder público local tem organizado a aprovação de um novo Plano Diretor, no entanto, por não ter sido homologado, o plano de 2006 se mantém em vigor.

para a exploração turística (Art. 29º; IV, b.). A relação entre a exploração turística e o patrimônio local é complexa, como será apontada mais à frente. Porém, é preciso elencar que a legislação enquanto documento norteador das políticas patrimoniais permite, ao evidenciar essa exploração turística como finalidade do patrimônio, o risco da fetichização do bem cultural (Veloso, 2006), isto é, do esvaziamento significativo desde patrimônio.

1.1.2. O Fundo de Patrimônio

O incentivo à criação de um fundo para o patrimônio também fez e faz parte das políticas do IEPHA para efetivação dos repasses financeiros aos municípios. A lei estadual n. 18.030 de janeiro de 2009 estipula a criação do fundo enquanto critério somatório no índice de Patrimônio Cultural, isto é, o percentual repassado está intrinsecamente ligado à nota atribuída para o município., em que, se ter um fundo é um dos critérios a ser avaliado.

Em agosto do mesmo ano, Brumadinho aprovou a lei n.1744/2009 que instituía o Fundo Municipal de Patrimônio Cultural (FMPC) seguindo as premissas da política estadual. O Fundo Municipal, nesse primeiro momento, vinculava-se a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, tendo seus recursos deliberados pelo Conselho Municipal da cidade. Em seu artigo terceiro, prescreve a destinação:

- I. ao fomento das atividades relacionadas ao patrimônio cultural do Município visando à promoção das atividades de resgate, valorização, manutenção, promoção e preservação do patrimônio cultural local;
 - II. à melhoria da infraestrutura urbana e rural dotadas de patrimônio cultural;
 - III. à guarda, preservação e restauração dos bens culturais protegidos existentes no município;
 - IV. aos projetos que, através de pelo menos um edital por ano, forem aprovados para serem custeados pelo FMPC;**
 - V. na aquisição de equipamentos, material permanente e de consumo para o desenvolvimento das atividades do Conselho Deliberativo.
- (Brumadinho, 2009, p. 1, **grifo nosso**)

Ainda, o trecho grifado acima é reforçado no artigo sexto, onde

será aberto pelo menos um edital por ano, facultando às pessoas físicas ou jurídicas apresentação de projetos a serem custados pelo FMPC e, estes serão examinados e selecionados pelo Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural (Brumadinho, 2009, p. 2)

Os projetos instituídos pela legislação do Fundo de Patrimônio levavam em consideração uma série de aspectos socioculturais como a arte circense, exposições, manutenção de museus, bibliotecas e arquivos como também, bolsas de estudo na área cultural (Art.7º; §1º). Dar-se a entender um esforço da política municipal, nesse período,

em “fazer da cultura viva o quadro de toda prática patrimonial” (Varine, 2012, p. 112), um grande avanço se comparado ao Plano Diretor, explicitado anteriormente.

Entretanto, em 2020, com a aprovação de quatro novas leis relacionadas ao patrimônio municipal, a lei municipal n. 2537 alterara a legislação acima, retirando o edital, método burocrático muito utilizado pela via pública para garantia da isonomia, como também, excluindo os aspectos supracitados passíveis de receberem, por seus projetos, recursos do fundo. Assim, em parágrafo único, institui que hoje

Todas as ações que visam ser financiados pelo Fundo Municipal de Patrimônio Cultural de Brumadinho deverão ser apresentadas ao Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Brumadinho, o qual terá competência para dar parecer indeferindo ou propondo alterações ao projeto original. (Brumadinho, 2020, p.3).

A termos de comparação, o arrecadamento municipal apenas do repasse feito pela Lei Robin Hood (Lei Estadual n. 12040/95), em 2010 foi de R\$ 86.023,60 enquanto, em 2021, o valor quadruplicou para R\$ 351.101,63⁵⁷. Desse modo, cabe refletir os motivos que levaram à política municipal a alterar a legislação anterior, tornando-a menos expansiva culturalmente, e retirando um instrumento isonômico. Hugues de Varine (2012) reflete quanto aos perigos dos desvios econômicos que envolvem o patrimônio, em que se prioriza os fins comerciais e econômicos sem um respeito aos aspectos culturais e significativos da comunidade.

A alteração da lei, ainda que singela e tímida, abre brechas para que esses processos de apropriação do patrimônio alcancem o fim desejado apenas pelo poder público. Dessa forma, sem um processo isonômico, os valores patrimoniais repassados às comunidades locais são definidos e redefinidos pelo Conselho de Patrimônio, que como exposto, possui pouca rotatividade em seu cargo máximo. Consequentemente o que se nota é uma autocontemplação passiva (Choay, 2014) do patrimônio, sem uma discussão participativa.

A legislação local regride aos moldes de 2001, voltada apenas à decisão dos especialistas e dos agentes do patrimônio. Nesse sentido, a reflexão de Machado (2018) aponta o papel do lucro simbólico que envolve a concentração dos processos de patrimonialização, e indaga-nos quem lucra, se não há uma perspectiva quanto a obrigação ética (e moral) da participação. Veloso (2006) indaga, na mesma linha, sobre os modos de apropriação do patrimônio, seja pela manifestação cultural ou pela elite local.

Nesse interim, a apropriação para José Reginaldo dos Santos Gonçalves (1996) é um processo próprio ao patrimônio, perpassado pela perda, de modo que articula a relação

⁵⁷ Os dados foram retirados do site de prestação de contas da Fundação João Pinheiro que administra aos recursos da Lei Robin Hood. Disponível em: <http://robin-hood.fjp.mg.gov.br/>. Acessado em: abril de 2023.

intrínseca entre o patrimônio e a propriedade. Desde o conceito de nação, a propriedade patrimonial – em termos conceituais - antes ligada ao direito familiar passa a ser herdada teoricamente pela coletividade. Apropriar-se é, assim, tomar posse de algo, entretanto, na sociedade moderna, a apropriação se torna, muita das vezes, uma objetificação desse patrimônio.

Nesse sentido, os valores históricos, estéticos, arquitetônicos de um dado grupo instituído de poder, passam a funcionar como a régua medidora do que pode ser pertinente a se tornar um patrimônio, da mesma maneira ocorre com a cultura que passa a ser objetificada como apenas uma coisa, resumida a seu valor comercial ou econômico, e sua lucratividade, ainda que simbólica, vincula-se apenas às memórias instituídas por esses grupos hegemônicos.

1.1.3. O Centro de Memória

A criação do Centro de Memória em 2013 pela lei municipal n. 2007/13 também expandiu as possibilidades patrimoniais da cidade, pelas vias legais, vinculada à Secretaria de Cultura, onde teve entre seus objetivos:

- I. Incentivar a recuperação, preservação e o resgate do patrimônio histórico, artístico e cultural do Município;
- II. Ser referência municipal na administração e gestão do patrimônio histórico, artístico e cultural do Município;
- III. **Garantir e ampliar o acesso total da população ao patrimônio histórico, artístico e aos serviços culturais presentes em todos os equipamentos culturais que fizerem ou vierem a fazer parte do referido centro de memória [...].**
(Brumadinho, 2013, p. 1, **grifo nosso**)

No entanto, dez anos após a criação do Centro de Memória - composto, em lei, pela Casa de Cultura, o Arquivo Público Municipal e o Museu Histórico - tem tido grande dificuldade de alcançar os objetivos dispostos na lei supracitada. Como aponta Silva (2021), a legislação não garantiu a efetivação de uma política de memória, em vista que, o Arquivo Público continua em balanço inicial e sem permissão de acesso a pesquisa e a visita⁵⁸.

A Casa da Cultura Carmita Passos, atualmente sede também da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, homenageia uma ex-professora do município a partir da lei municipal n. 1419/2004. De acordo com a Coletânea “Explorando e conhecendo Brumadinho”, publicada em 2015 pela Secretaria de Educação, a casa foi construída na década de 1930 pelos esforços de Paulo Alves e Abelardo Passos, ambas figuras

⁵⁸ Entre 2020 e 2021 a justificativa elencada pelo Arquivo Público para o fechamento de suas atividades esteve vinculada a Pandemia do COVID-19.

influentes da política local no período. Inaugurada como Grupo Escolar Padre Machado, e tendo um breve período como Ginásio São Sebastião, o prédio esteve ligado, desde sua inauguração, a história da educação local. Gazzinelli (2014) argumenta que

o descaso com os bens tombados pelo município é visível quando constatamos o fato de que o próprio poder público interviu na Casa de Cultura Carmita Passos, tombada em 2005, reformando o imóvel (última reforma em 2013), sem respeitar as regras de restauro para sua conservação (p.110).

Contudo, recentemente o poder público, a fim de efetivar o papel do local enquanto espaço expositivo, como elencado na legislação, publicou um processo de concorrência pública para a restauração do espaço, assim como, a construção da Praça Doutor Belfort⁵⁹, que hoje é utilizada como estacionamento. No entanto, o local é voltado para a orientação de turistas e não se tem previsão de quando a restauração do espaço terá início, assim como, quando será possível acessar o acervo que compõe o local.

Na Coletânea mencionada, tal acervo é composto por “fotografias, jornais, documentos e peças históricas” (Brumadinho, 2015, p. 68) e que “esse acervo, referente à memória do povo brumadinhense, possibilita aos seus habitantes e visitantes conhecer e interagir com a identidade histórica e cultural de Brumadinho” (ibidem., p. 69), ainda, tal informação é reafirmada nos materiais de educação patrimonial produzidos no ano de 2020/2021, onde, também, é informado que o local possui “[...] esculturas, pinturas e artesanatos diversos” (Brumadinho, 2020, p. 6) e “[...] realiza exposições e apresentações culturais e ainda abriga o Centro de Atendimento ao Turista” (Idem, 2020, p. 10).

Contudo, tais exposições, apresentações e objetos não possuem um processo (e projeto) contínuo, assim, conta-se majoritariamente com exposições temporárias e de curta duração em temáticas específicas, como a exposição encontrada em 2010, baseada na Copa do Mundo (Silva, 2021) e outros dois exemplos encontrados recentemente: a exposição do grupo menina dança “transforma”⁶⁰ e a exposição realizada por jovens do grupo Batucabrum em homenagem ao mês da consciência negra⁶¹.

59 Concorrência Pública 06/2022 – Contratação de Empresa para Restauração do Complexo Casa da Cultura Carmita Passos e construção da Praça Doutor Belfort. Disponível em: <https://brumadinho.mg.gov.br/servicos/licitacao-em-andamento/?localizar=cultura>>. Acessado: 15 de abril de 2023.

⁶⁰ A exposição ‘transforma’ foi realizada em maio de 2023 e visa enfrentar e prevenir a violência sexual contra crianças e adolescentes. Ver mais: TV SETE (Sistema Educativo de Televisão), Casa da Cultura de Brumadinho recebe exposição “transforma”. Publicado em 31/05/2023, 1m30s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=JPnnou5F2Uw&ab_channel=TVSETE-SistemaEducativodeTelevis%C3%A3o. Acessado em: nov. de 2023.

⁶¹ A exposição contou com desenhos e reflexões de alunos do projeto Batucabrum contra o racismo e homenageando o dia da consciência negra. Ver mais: PORTAL DA CIDADE BRUMADINHO. Batucabrum inicia nesta segunda a exposição “Mês da consciência negra. Publicado em 20/11/2023. Disponível em: <https://brumadinho.portaldacidade.com/noticias/cultura/batucabrum-inicia-nesta-segunda-a-exposicao-mes-da-consciencia-negra-1351>. Acessado em: nov. de 2023.

Além disso, há uma exposição permanente do Arquivo Público (mas que, ironicamente, não abriga o arquivo público) alocada na Estação Ferroviária de Brumadinho. Vale ressaltar que de acordo com o Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro, a organização do arquivo municipal está em estágio inicial (mantêm-se este estágio desde 2020). Indica-se ainda que seu instrumento de pesquisa é a listagem dos bens históricos do município.

Figura 18 – Placa do Arquivo Público Municipal



Foto – Letícia Peixoto Silva, 2023

Para Bibiana Werlei (2017), autora do artigo “Acessibilidade documental e autoridade compartilhada: pela construção de uma história pública⁶²” os arquivos públicos enquanto instituição, tornam o acesso à documentação pública local democratizada, e, ainda “a não institucionalização de arquivos públicos municipais demonstra também o

⁶² O estudo da autora tem enfoque no município de Estrela do estado do Rio Grande do Sul, possuindo cerca de 35 mil habitantes (número bem próximo da cidade de Brumadinho), diz-se que houve um processo colonizador de imigração alemã e é conhecido pelo Festival de Chucrute e campeonato germânico, contudo, a cidade está incluída nos 97 por cento de municípios brasileiros que não possuem arquivos históricos municipais e grande parte da colaboração da história local foi realizada por memorialistas. Apesar de um distanciamento territorial entre a cidade da pesquisa de Werlei e a nossa, nota-se um sintoma em cidades pequenas e/ou interioranas que acabam por ter suas narrativas oficiais forjadas e construídas em cima de interesses dominantes, enfatiza-se a necessidade de expandir esses estudos na área do patrimônio, especialmente.

descaso e a irresponsabilidade dos órgãos públicos e seus agentes para com a salvaguarda dos documentos historicamente produzidos em cada localidade” (Ibid., p. 433). Nesse sentido, a autora reitera que “meramente existir, sem fazer parte da população e sem ser percebido como relevante socialmente, não garante a funcionalidade do arquivo” (Ibid., p. 445).

Outrossim, dificuldades análogas à efetivação da Casa da Cultura perpassam também a organização do arquivo. Porém, a estação ferroviária (dito Arquivo público) possui uma exposição permanente aberta à visitação. A exposição vinculada ao Patrimônio Ferroviário⁶³ local, é composta por objetos referentes a estação juntamente com um Memorial dos Trabalhadores e o Memorial João Fernandes do Carmo, a ver:

Figura 19 – Exposição sobre a Estação Ferroviária de Brumadinho

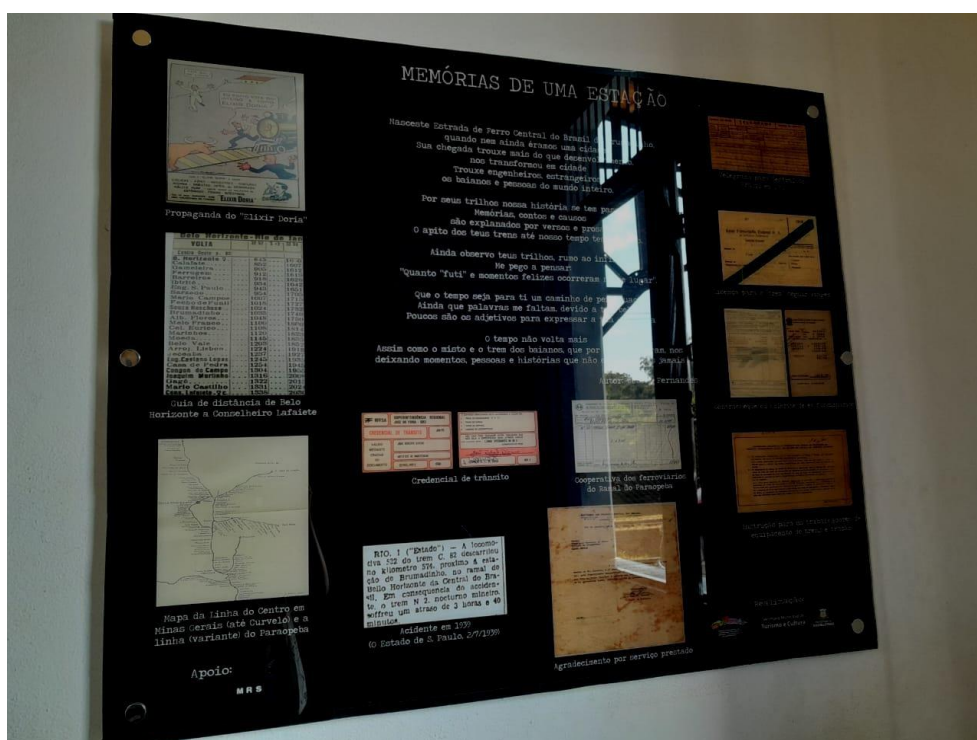


Foto – Letícia Peixoto Silva, 2023.

João Fernandes do Carmo, a título de exemplo, foi um dos políticos mais influentes na constituição da cidade de Brumadinho, tendo sido o responsável pela doação de vários terrenos e construções como o Hospital Municipal João Fernandes do Carmo, o terreno da Estação Ferroviária de Brumadinho, dentre outros. Os bairros ‘Jota’ e ‘Do Carmo’ fazem alusão direta a sua família, e no centro, ao fim da Avenida Vigilato Braga, a fazenda da

⁶³ Com a extinção da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) na lei federal n. 11483/2007 coube ao IPHAN a administração, conservação e restauração dos bens móveis e imóveis da memória ferroviária, buscando a promoção e a difusão desse patrimônio.

família Jota ainda se faz presente, administrada pelos remanescentes familiares. Os trabalhadores, por outro lado, estão alocados na exposição com suas carteiras de trabalho, alguns deles, inclusive, são apontados como doadores da exposição, mas não é contada as suas histórias.

Figura 20 – Memorial João Fernandes do Carmo

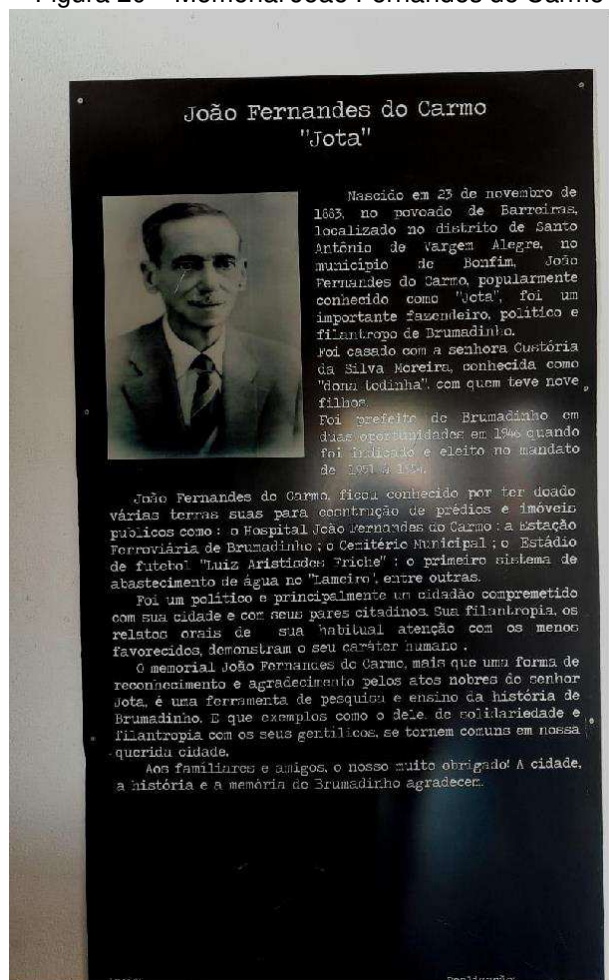


Foto – Letícia Peixoto Silva, 2023.

Assim, a única exposição aberta ao público contempla um acúmulo de objetos relacionados aos ofícios da ferrovia com pouca preocupação com a narrativa apresentada entre quem trabalhou na ferrovia e quem doou o terreno, enquanto uma sala é disponibilizada para a história e trajetória do político local (Jota), um quadro apenas é colocado como homenagem aos trabalhadores locais, sem identificação clara de quem são, como pode ser visto a seguir:

Figura 21 – Memorial dos Trabalhadores da antiga RFFSA



Foto – Letícia Peixoto Silva, 2023.

Maria Cecília Londres Fonseca (2009) aponta a necessidade de pensar a produção dos patrimônios culturais enquanto narrativas, discursos que permitem mapear os signos encrustados nessas histórias, nesse sentido, estes espaços possuem um papel memorativo (Assmann, 2011). A memória viva, para Aleida Assmann (2011), implica uma memória suportada nas mídias, isto é, nos objetos, museus, memoriais, locais de memória, assim, nesse mesmo intuito, Pierre Nora (1993) aponta que, só existem esses locais por não termos como acessar a memória. Estes espaços são mediadores memoriais, movimentando-se entre a memória e o esquecimento.

Porém, como sugerido por Jean Davallon (2015), apenas a existência destes espaços não basta, é preciso que haja uma operação de produção das práticas culturais e sociais, que essa significação seja transmitida e aceita, que haja um compartilhamento dos saberes, experiências e valores. Tal operação é pouco visualizada nas práticas locais, especificamente quanto ao compartilhamento e transmissão desses saberes, isso porque, estes espaços de referência, por diversos motivos não se possui acesso a seus acervos, como nos casos da Casa da Cultura e do Arquivo Público. Consequentemente, se torna difícil dimensionar as narrativas que engendram a memória local, assim como, também, acabam por autenticar uma ideia de homogeneidade identitária brumadinhense, pelos meios legais e institucionalizados.

Não obstante, a legislação aponta a construção de um Museu Histórico na cidade, que efetivaria, de acordo com o art. 5º, inciso II, a seguinte função no Centro de Memória:

Museu Histórico: Órgão colecionador e expositor que abriga objetos tridimensionais originados de atividade humana ou da natureza, reunidos artificialmente sob a forma de coleções, referência peça a peça; é,

também, de finalidade recreativa, educativa, cultural e científica; testemunha época ou atividade; organiza-se segundo a natureza do material e a finalidade específica (Brumadinho, 2013, p. 3).

Entretanto, até o momento dessa presente pesquisa, o município ainda não conta com a construção desse museu em seu território. Ainda que, a descrição da finalidade do museu pareça seguir os parâmetros da função social desse espaço, ele inexistente fora da legislação, sequer há ações, publicações e/ou pronunciamentos que intentam a construção dele. Em contínuo, sem o acesso ao acervo da Casa da Cultura, aos documentos do Arquivo Público municipal e sem um museu que exponha a história e o patrimônio cultural local, a política patrimonial monopoliza o acesso à informação, nesse sentido,

[...] aqueles que monopolizam o acesso a informações e decisões asseguram para si mesmos certas fontes de superioridade em termos de poder e status. A destreza necessária para a aquisição de saber é uma dessas fontes. Segundo uma tradição antiga, o saber, inclusive o saber de como adquiri-lo, é visto apenas em uma qualidade de meio de conhecimento. Normalmente se dá pouca atenção ao saber como meio de poder. Entretanto, as duas coisas são praticamente inseparáveis. Comunicação, transmissão de saber – de grupo para grupo ou de indivíduo para indivíduo –, e conseqüentemente também a recusa de transmitir um saber, nunca dizem respeito apenas ao aspecto cognitivo das relações humanas, mas incluem sempre as relações de poder (Elias; Scotson, 2000, p. 165).

1.1.4. A política de preservação do patrimônio cultural

O ano de 2020, como dito anteriormente, foi um ano de revitalização da legislação local. A Lei Municipal n. 2539/20 instituiu, por fim, uma política municipal de preservação do Patrimônio e expande a valoração do patrimônio cultural a partir de seu aspecto histórico, estético, científico, paisagístico, artístico, arqueológico, ecológico, arquitetônico e outros.

Esse conjunto de leis parecem referir-se a um interesse recente de organização patrimonial local, principalmente após a visibilidade da cidade frente ao rompimento da barragem em Córrego do Feijão, no ano de 2019, como explicitado no capítulo anterior. Assim, a política de preservação constituída busca uma integração entre o poder público e as entidades da sociedade civil, assim como, instituiu a criação de condições e mecanismos para o acesso aos bens culturais (Art. 6; I) e a manutenção e asseguramento da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de um banco de dados de divulgação e promoção do patrimônio local tombado e registrado (Art. 43; Art. 47).

Nesse sentido, essa repaginação da legislação, ainda que sem alteração da lei do Centro de Memória, compreende a problemática supracitada de acesso a estes bens culturais, e permite, ao menos em termos legais, a expansão do patrimônio local para além dos órgãos institucionais. Ainda, a Lei Municipal 2538/20, que instituiu o Programa de

Educação Patrimonial Redescobrimdo Brumadinho, na cidade reverbera a transversalidade da educação para o patrimônio nas escolas públicas do município

Concomitantemente, a lei também possui uma descrição detalhada quanto ao bem tombado, os procedimentos de tombamento, de vigilância, proteção e reparo, assim como, o termo de abertura do livro de tomo e de registro em seus anexos, no entanto, vale ressaltar que desde 1997 com a criação do Conselho de Patrimônio, assume-se que o poder executivo terá um livro de tomo e de registro, o que nos leva a acreditar que, o desinteresse do poder público municipal em compartilhar a documentação referente aos processos de patrimonialização, tenha relação com a falta dessa documentação ou por outro lado, a produção recente dela.

1.2. Os processos do ICMS Cultural

O ICMS Cultural é uma política pública organizada pelo IEPHA em consonância com a Lei estadual n. 12.040/1995 e suas demais alterações n. 13.803/2000 e 18.030/2009, sendo esta última, a atual legislação que dispõe dos processos de repasse da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação e Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).

Nesse sentido, os percentuais de distribuição para o patrimônio cultural se organizam a partir de atributos a serem pontuados e somados que norteiam o tombamento, registros imateriais, educação patrimonial, criação do fundo municipal e da política de proteção do patrimônio. Há, ainda, uma separação dos atributos entre o tombamento a nível estadual e federal e os tombamentos a nível municipal, como também acontece com os bens móveis e imóveis, de forma simplificada a pontuação ocorre da seguinte maneira:

Quadro 01. Anexo II da Lei Estadual 18.030/2009 pela Deliberação Normativa do CONEP n. 20/2018.

	Atributo	Característica	Sigla	Nota
FEDERAL E ESTADUAL	Cidade ou distrito com seu núcleo histórico urbano tombado no nível estadual ou federal	Até 2.000 domicílios	NH e/f 05	5
		De 2.001 a 3.000 domicílios	NH e/f 08	8
		De 3.001 a 5.000 domicílios	NH e/f 12	12
		Acima de 5.000 domicílios	NH e/f 16	16
	Somatório dos conjuntos urbanos ou paisagísticos , localizados em zonas urbanas ou rurais, tombados no nível estadual ou federal	Área de 0,2 a 1,9 hectares ou que tenha de 5 a 10 unidades	CP e/f 02	2
		Área de 2 a 4,9 hectares ou que tenha de 11 a 20 unidades	CP e/f 03	3
		Área de 5 a 10 hectares ou que tenha de 21 a 30 unidades	CP e/f 04	4

		Área acima de 10 hectares ou que tenha acima de 30 unid.	CP e/f 05	5
	Bens imóveis tombados isoladamente no nível estadual ou federal, incluídos seus respectivos acervos de bens móveis, quando houver	De 1 a 5 unidades	BI e/f 02	2
		De 6 a 10 unidades	BI e/f 04	4
		De 11 a 20 unidades	BI e/f 06	6
		Acima de 20 unidades	BI e/f 08	8
	Bens móveis tombados isoladamente no nível estadual ou federal	De 1 a 20 unidades	BM e/f 01	1
		De 21 a 50 unidades	BM e/f 02	2
		Acima de 50 unidades	BM e/f 03	3

MUNICIPAL	Cidade ou distrito com seu núcleo histórico urbano tombado no nível municipal	De 20 a 2.000 unidades	NH mun 03	3
		Acima de 2.000 unidades	NH mun 04	4
	Somatório dos conjuntos urbanos ou paisagísticos , localizados em zonas urbanas ou rurais, tombados no nível municipal	Área de 0,2 hectare a 1,9 hectare ou composto de 5 unid.	CP mun 01	1
		Área acima de 2 hectares ou composto de 10 unidades	CP mun 02	2
	Bens imóveis tombados isoladamente no nível municipal, incluídos seus respectivos acervos de bens móveis, quando houver	De 1 a 5 unidades	BI mun 01	1
		De 6 a 10 unidades	BI mun 02	2
		Acima de 10 unidades	BI mun 03	3
	Bens móveis tombados isoladamente no nível municipal	De 1 a 20 unidades	BM mun 01	1
		De 21 a 50 unidades	BM mun 02	2
		Acima de 50 unidades	BM mun 03	3

Fonte: Deliberação Normativa nº 20/2018 - IEPHA

Essa pontuação, contudo, privilegia os bens tombados estaduais e federais em detrimento aos municipais, e, ainda, privilegia a preservação em formato de tombamento em relação a outros modelos de preservação do patrimônio. Nesse sentido, “a limitação, durante mais de sessenta anos, dos instrumentos disponíveis de acautelamento, teve como consequência produzir uma compreensão restritiva do termo ‘preservação’ que costuma ser entendido exclusivamente como tombamento” (Fonseca, 2009, p. 61).

Para Pacheco (2017) o processo político-administrativo de transformação de um bem em patrimônio, isto é, o tombamento, atribui-lhe um valor que originalmente não o pertence. Assim, a seleção e administração desses bens culturais partem das ideias, concepções e visões institucionais do estado e perpassam para os municípios, desse modo, ao mesmo tempo que possuía uma oportunidade de descentralização decisória e uma maior democratização cidadã nos processos patrimoniais, por outro, a pontuação e

as deliberações normativas definem, em certa medida, o que deve ser valorado. Nesse sentido, os Sistemas Municipais de Patrimônio Cultural enquanto critérios a serem pontuados são compostos por três grandes eixos: Proteção, Gestão e Salvaguarda, a ver:

Quadro 02. Macroprocessos do Sistema Municipal de Patrimônio Cultural e seus conjuntos documentais

QUADROS	Conjuntos Documentais e Pontuações Máximas conforme Anexo II da Lei 18030/2009
QI – GESTÃO	A – Política Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural e outras ações (PCL – 4,00 pontos)
	B – Investimento e Despesas Financeiras em Bens Culturais Protegidos (FU- FUMPAC– 3,00 pontos)
QII – PROTEÇÃO	A – Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural (INV-IPAC - 2,00 pontos)
	B – Processos de Tombamento de Bens Materiais na esfera municipal (NH, CP, BI, BM ⁶⁴)
	C – Processos de Registros de Bens Imateriais, na esfera municipal (RI)
QIII – SALVAGUARDA E PROMOÇÃO	A – Laudos técnicos do Estado de Conservação dos bens materiais protegidos, na esfera municipal
	B- Relatórios de Implementação das Ações e Execuções do Plano de Salvaguarda dos bens protegidos por Registro, na esfera municipal
	C- Programas de educação para o patrimônio e ações de difusão (EP – 2,00 pontos)

Fonte: IEPHA

A partir desse quadro, a presente pesquisa optou por dar ênfase em alguns documentos enviados para análise, como os processos de inventário, tombamento e registro, os relatórios de implementação das ações de salvaguarda e os programas de educação patrimonial e ação de difusão. De antemão, não foram encontrados nos relatórios do IEPHA, os livros de tombamento e registro dos bens materiais e imateriais municipais, também não se teve acesso a esses livros ao contatar o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, dessa forma, o quadro II e III nas questões de inventário, Relatório e Programas de educação permitiram que ampliássemos a perspectiva quanto aos processos de patrimonialização Brumadinhense.

Ainda, foi possível fazer uma relação da pontuação da cidade, desde o ano exercício de 2018 até 2023. Cabe explicar que a organização do ano de exercício é referente ao ano anterior, isto é, o período que de fato foi realização as ações de preservação desses patrimônios. Dessa forma, em termos de estudo da preservação municipal, houve uma análise desde 2016 a 2022, expressos nos anos de exercício posteriores.

⁶⁴ Respectivamente Núcleos Históricos, Conjuntos Urbanos ou Paisagísticos, Bens Imóveis e Bens Móveis pontuação de acordo com o Anexo II da Lei estadual 18.030/2009.

O primeiro dado recolhido dos anos escolhidos para a análise foi o aumento expressivo da pontuação entre 2020 e 2021, tendo tido 10,7 pontos acrescidos. Tal aumento se manteve nos anos posteriores, como pode ser visualizado no quadro abaixo:

Quadro 03. Pontuação de Brumadinho-MG no ICMS Cultural nos anos de exercício 2018 a 2023

ANO DE EXERCÍCIO	QIA	QIB	QIIA	QIIB-III A	QIIC-III B	QIIIC - IIID ⁶⁵	TOTAL
2023	3,70	3,00	0,00	7,00	2,00	1,60	17,30
2022	3,45	1,88	1,50	5,91	1,48	1,70	15,92
2021	2,85	3,00	0,70	7,00	2,00	2,00	17,55
2020	2,90	s/p	0,00	2,10	0,60	1,30	6,85*
2019	2,35	s/p	0,00	2,10	0,60	1,10	6,10*
2018	3,05	s/p	0,00	2,10	0,60	0,80	6,50*

Observação: *0,5 retirados devido ao Anexo IV da Deliberação Normativa 06/2018 e 20/2018 de organização e apresentação dos documentos.

Fonte: Compilação da autora, 2023.

A expansão da legislação em 2020, com a aprovação de quatro novas leis contribuiu nos relatórios de política cultural local (QIA) além de que, o Fundo de Patrimônio Municipal (QIB) passa a ser pontuado apenas em 2021. O aumento da pontuação, em termos gerais, se faz simultaneamente às políticas de reparação da empresa de mineração Vale S.A. no município, iniciadas em 2019 e expandidas no ano de 2020. Nesse sentido, contrapõe-se a argumentação dos trabalhos de Fernandes e Silva (2014), onde evidenciam que a política patrimonial surge em 2014, o que se vê, no entanto, é que pontos relevantes como o inventário de bens culturais materiais e imateriais do município (QIIA), ainda hoje, se mantêm com a pontuação baixa ou nula.

Por outro lado, as pontuações dos bens tombados e registrados (QIIB-QIIIA e QIIC-QIIIB), igualados ou pouco diminuídos possuem relação direta com o tombamento da Fazenda dos Martins, a nível estadual, em 1977⁶⁶ e o Conjunto Histórico e Paisagístico da Serra da Calçada, também a nível estadual, pelo Conselho Curador em 2008, ambos compreendendo os atributos do anexo II do quadro I mencionado.

1.2.1. A Fazenda dos Martins

A Fazenda dos Martins originalmente nomeada Fazenda Boa Vista (Jardim; Jardim, 1982), é considerada uma das construções rurais mais antigas de Minas Gerais. Tombada em 1977 pelo IEPHA, teve como principal arguição para sua proteção seu aspecto

⁶⁵ O Quadro IIID foi unido ao quadro IIIC de Programas de Educação para o Patrimônio da Deliberação Normativa 01/2021 que compreende o ano de exercício 2023.

⁶⁶ Decreto Estadual 18.531/1977.

arquitetônico datado, pelo menos, da segunda metade do século XVIII. Assim, de acordo com o Guia de Bens Tombados do IEPHA (2014), “a fazenda destaca-se pelas peculiaridades do seu conjunto arquitetônico. A casa sede é um belo exemplo de arquitetura rural [...]” (p. 69), a ver:

Figura 22 – Fazenda dos Martins



Fonte: IEPHA

O mesmo documento detalha a construção arquitetônica composta pela casa sede, os pátios, ruínas da antiga senzala, estábulos, roda d’água e posteriormente a construção da capela de Santana (século XX), pelo antigo dono do local, Luís Pereira Campos, devoto da santa (Iepha, 2014). O Instituto afirma que há poucos registros históricos sobre a fazenda em seus primeiros anos e o que se sabe é que fora construída por pessoas escravizadas no período, informação reafirmada pelos materiais de educação patrimonial da cidade. Além disso, nos materiais mais recentes, afirmam que “o próprio Quilombo do Sapé teve sua origem com um ex-escravo da Fazenda” (Brumadinho, 2020, p. 12) e que “o local é repleto de história e representa a memória dos afrodescendentes de Brumadinho” (*Ibidem*).

Não obstante, o livro História e Riquezas de Brumadinho dos irmãos Décio e Márcio Jardim (1982), apontam a publicação de um artigo de jornal à época em consonância com o dossiê de tombamento do IEPHA, que consistia na construção da fazenda ter sido realizada por um bandeirante e que sua neta se casou com Manoel Rodrigues Rabelo, naquele período, um comerciante de pessoas escravizadas. Ainda, a relação entre a fazenda e a formação do quilombo do sapé não estariam associadas

diretamente, como abordado pela cartilha patrimonial supracitada, na realidade, João Borges, liderança negra que construiu o quilombo na pós-abolição, pertencia a Fazenda do Carmo, em São José do Paraopeba (*Ibidem*), e a comunidade quilombola teria se originado em conjunto com outros libertos das fazendas da região, incluindo a Fazenda Boa Vista (dos Martins).

Nesse sentido, o que se leva a crer é que a Fazenda dos Martins tinha por principal fonte de renda o comércio de compra e venda de escravos e na narrativa historiográfica brumadinhense “a fazenda representa um grande patrimônio para o município; é a lembrança do tempo dos grandes senhores de escravos” (Jardim; Jardim, 1982, p. 38), o que nos remete ao fato do pouco interesse no resgate histórico e de informações mais assertivas quanto à esse patrimônio é também, uma forma de corporificar a narrativa colonial no patrimônio local.

Dito isso, a escassa informação de figuras como João Borges e do papel da Fazenda no Vale do Paraopeba são também escolhas dentro da seleção patrimonial. Assim, o que é evidenciado como relevante, nesse caso, para o patrimônio mineiro das cartilhas patrimoniais locais é a arquitetura colonial. Desse modo,

[...] os diversos tipos de bens culturais e rituais considerados como patrimônio corporizam precisamente repositórios informativos e símbolos de acontecimentos que não espanearam a interpretações e atualizações constantes para que melhor se implemente a função mnemotécnica contemporânea que lhes compete (Cadavez, 2019, p. 59-60)

Fonseca (2009) expõe o mesmo nível de crítica à Praça XV no Rio de Janeiro, em que o espaço foi patrimonializado por sua relevância arquitetônica e histórica, a fim de representar o período da colônia, porém, oculta-se que foi palco do convívio da sociedade multifacetada que ali circulava. Dessa forma, a Fazenda dos Martins foi e é palco de uma disputa memorialística do período colonial. Mas a falta de resgate histórico impõe a narrativa arquitetônica como a única valoração potente a ser considerada. Destarte, a própria unificação de duas histórias distintas (João Borges e o Quilombo do Sapé) e de duas fazendas (Fazenda do Carmo / Fazenda dos Martins) permitem evocar essa homogeneização alegórica do patrimônio pelo patrimônio.

Essa homogeneização alegórica reflete, em certo ponto, a escolha de patrimônios elencados de forma emblemática e/ou figurada para representarem a memória e história proposta, mas, mais do que isso, representarem uma imagem *sui generis* do patrimônio, em que só se pode patrimonializar objetos e locais que possuem uma essência extraordinária, capaz de produzir uma logoização (Anderson, 2008), como nos cartões postais. Assim, a unificação das histórias é colocada como uma forma representativa em

um só patrimônio (Fazenda dos Martins) que efetua duas funções: a magnitude arquitetônica e a história quilombola.

A exemplo disso, o poder público municipal publicou a Concorrência Pública 03/2022, em que visa a restauração da Fazenda, assim como, a construção do Centro de Referência dos Afrodescendentes. Essa construção, à primeira vista, aparenta buscar amenizar os contrastes identitários manifestados na patrimonialização da fazenda, já que, ao produzir o centro de referência, empenha, também, o descongelamento do imóvel do espaço/tempo colonial para as discussões e ações contemporâneas afrodescendentes.

Por outro lado, a identidade cultural perpassa pelo reconhecimento de um indivíduo e de um grupo enquanto tal, o que significa que nem sempre um patrimônio é constituído por identificação e/ou identificações fomentam o patrimônio. Assim, nada garante que a fazenda, enquanto patrimônio alegórico, executará o que se propõe quanto a uma reescrita histórica ou mesmo, um pagamento de uma certa dívida histórica precedente para com as populações quilombolas locais.

Nesse sentido, o caso da estação ferroviária de Marinhos pode ser evidenciado em contraponto. Patrimônio tombado a nível municipal, próximo territorialmente das comunidades quilombolas, é construído a partir da análise dos relatos dos moradores locais e apresentados na pesquisa de Gazzinelli (2014), como um lugar de memória representativo, ainda assim, apesar da importância desse bem cultural, em um limbo de quase dez anos em que se separa essa pesquisa e a da autora supracitada, sua restauração não ocorreu até o presente momento⁶⁷.

Figura 23 – Estação Ferroviária de Marinhos

⁶⁷ Em 2018, pelo Processo 2018.20.0098 instituía-se a restauração da estação de Marinhos, entretanto, até a presente pesquisa, não se consolidou. Vale lembrar que no documento de ano de exercício de 2023, apresentado pelo município ao IEPHA, há uma fotografia do imóvel em estado de degradação eminente.



Letícia Peixoto Silva, 2023.

Dessa forma, reitera-se a reflexão de Souza e Moraes (2013) onde, “[...] o perigo que se destaca é o de se produzir a ideia de coesão social através de alguns exemplares do patrimônio reafirmando representações isentas de diferenças: trata-se, portanto, de um movimento de neutralização das disputas, dos conflitos” (p. 140-141). Assim, a problemática não está no valor arquitetônico e representativo da Fazenda dos Martins, que possui e merece ser evidenciado, mas sim, em sua formulação enquanto discurso onde, pouco se questiona sua origem, função e adaptação nas narrativas locais enquanto, novamente, invisibilizam-se outros patrimônios com um viés mais identitário e considerado menos notável arquitetonicamente, como a Estação Ferroviária de Marinhos.

1.2.2. Conjunto Histórico e Paisagístico da Serra da Calçada

O Conjunto Histórico e Paisagístico da Serra da Calçada é o representante mor do patrimônio natural e ambiental de Brumadinho. O Conjunto se estende entre os municípios de Brumadinho e Nova Lima, compondo a Serra da Moeda, a Serra da Calçada e a Serra do Rola Moça (Parque Estadual da Serra do Rola Moça) e foi tombado pelo Conselho Curador pela Deliberação CONEP nº 04/2008, a ver:

Figura 24 – Serra da Calçada



Fonte: IEPHA

A proteção desse bem cultural ganha notória visibilidade por também ser a origem de muitos aquíferos da região (Brumadinho, 2015) e dividir as bacias do rio Paraopeba e Rio das Velhas. De acordo com o Guia dos Bens Tombados, produzido pelo IEPHA (2014) e Jardim (1982) o nome deriva dos caminhos pavimentados por José de Paula Peixoto, apelidado de milhão e meio devido a sua fortuna, e que uniam o Vale do Paraopeba a Serra da Moeda interligando-os à estrada real, possuindo dessa forma, edificações e ruínas como a antiga fábrica de São Caetano da Moeda Velha e o Forte de Brumadinho.

Figura 25 – Ruínas do Forte de Brumadinho



Fonte: IEPHA

Ainda, de acordo com Jardim e Jardim (1982) o forte de Brumadinho era uma antiga casa clandestina de fundição de moedas (Daí a origem do nome da Serra da Moeda, como também, do município vizinho de Moeda). Com o intuito de realizar o mesmo serviço e com um menor valor que a coroa portuguesa executava à época se ergueu a construção em uma localização estratégica, no complexo do espinhaço. Nos limites da cidade de Brumadinho, o patrimônio natural se apresenta nas comunidades de Casa Branca e Palhano e em sua extensão há o Mirante do Topo do Mundo, onde de acordo com as cartilhas patrimoniais locais “[...] o **turista** se depara com locais fascinantes” (Brumadinho, 2015, p. 9, **grifo nosso**).

A relação turística na região, no entanto, ocasionou um processo de gentrificação da população local, especialmente com a expansão de condomínios e loteamentos fechados. Nessa perspectiva, a pesquisa de Floriana de Fátima Gaspar (2005) quanto aos aspectos de urbanização na cidade aponta que, apenas na comunidade de Casa Branca, são cerca de 17 loteamentos no que ela denominou como “região dos condomínios”, ainda, a maior parte desses moradores são da classe média-alta urbana que buscam um refúgio natural próximo a capital, assim

esse padrão de consumo traz pressões para que os lugarejos e vila da vizinhança, entre elas a sede do distrito histórico de Piedade do Paraopeba, se transformem em cenário de consumo para esses novos moradores, com a implantação de restaurantes e bares sofisticados, que nada têm em comum com a cultural local. O valor agregado às

mercadorias destinadas a esse público, acaba apartando a população local do comércio ou mesmo das raras opções de lazer da região. Somado à privatização da natureza, que transforma cachoeiras e cursos d'água antes abertos ao uso público, em áreas privadas e de acesso bastante restrito, são mudanças na dinâmica das atividades locais que diminuem as opções de lazer dos moradores de baixa renda, diminuindo também sua qualidade de vida (Gaspar, 2005, p. 21).

Dessa forma, esses espaços patrimoniais voltados à natureza passam a ser frequentados e almejados por essa elite urbana, enquanto a população local, majoritariamente das zonas rurais da cidade, passa a ser reterritorializada. Cabe dizer, ainda que, apesar do hiato de mais de quinze anos entre a pesquisa de Gaspar, realizada nos anos de 2004/2005 e a presente dissertação, a questão discursiva quanto aos condomínios ainda se apresenta na mídia local. Em julho de 2021, o Jornal Circuito Notícias anuncia o empreendimento 'visionário' de Alexandre Gripel, corretor imobiliário que visa construir o primeiro loteamento AA da região de Belo Horizonte, na comunidade de Palhano.

A porção do complexo do espinhaço não se inclui na proteção estadual do conjunto analisado. Em 2008, a ONG (Organização Não Governamental) Abrace a Serra da Moeda foi criada a fim de reivindicar a criação do Monumento Natural Estadual da Mãe D'água⁶⁸ buscando a proteção das comunidades locais contra a exploração mineral desse lado do aglomerado de serras. Se por um lado, a região sofre riscos de exploração por parte da mineração, por outro, arrisca-se a ser privatizada pelos condomínios e loteamentos fechados.

Nesse contexto, o patrimônio aparece como algo externo à realidade concreta, o que Varine (2012) denomina como desvio da função patrimonial, voltado para a exploração puramente econômica e comercial sem qualquer cuidado com os aspectos culturais e significativos da comunidade de pertencimento daquele território. Para o autor, “um dos papéis da educação patrimonial é conscientizar os cidadãos contra a alienação de seus bens culturais por razões financeiras ou outras” (Varine, 2012, p. 64), no entanto, as menções referentes ao Conjunto Histórico e Paisagístico estão envoltas do seu potencial turístico para os visitantes.

1.2.3. Institucionalização municipal: os bens materiais e imateriais

A patrimonialização local, assim, se apresenta a termos gerais por um aspecto de exploração turística, em que grande parte do patrimônio natural da cidade é cercado por

⁶⁸ Sobre o Abrace a Serra da Moeda. Disponível em: <http://abraceaserradaMoeda.blogspot.com/p/sobre.html>. Acesso em: 11 de abril de 2023.

loteamentos e condomínios fechados (Gaspar, 2005) ou por hotelarias. Não obstante, os materiais de educação patrimonial privilegiam sempre os mesmos bens culturais com potenciais turísticos ou com raízes coloniais como: a Fazenda dos Martins, o Forte de Brumadinho, o Inhotim, a Estação Ferroviária de Brumadinho, a Casa da Cultura Carmita Passos e o Mirante Topo do Mundo. Cabe ainda elencar os bens culturais que estão enumerados nos relatórios acessados, a ver:

Quadro 04. Relação de bens culturais protegidos a nível municipal entre os anos de exercício 2018 a 2023

BEM CULTURAL	CATEGORIA	ANO DE PROTEÇÃO (DECRETO, INVENTÁRIO etc.)	ANO DE EXERCÍCIO
Matriz Nossa Senhora de Piedade	TOMBADO	24/2010	2018
Estação Ferroviária de Brumadinho	TOMBADO	56/2004	2018
Estação Ferroviária de Marinhos	TOMBADO	57/2004	2018
Fazenda Antônio Du'ducá	TOMBADO	-	2018
Fazenda Gorduras	TOMBADO	53/2004	2018
Casa de Cultura Carmita Passos	TOMBADO	30/2009	2018
Forte de Brumadinho	TOMBADO	14/2009	2018
Corporação Musical Nossa Senhora da Conceição	REGISTRADO	262/2014	2018
Corporação Musical Santo Antônio de Suzana	REGISTRADO	263/2014	2018
Corporação Musical Santa Efigênia	REGISTRADO	261/2014	2018
Guarda de Congo e Moçambique do Sapé	REGISTRADO	264/2014	2018
Guarda de Moçambique do Aranha	REGISTRADO	265/2014	2018
Jubilei de Nossa Senhora da Piedade	REGISTRADO	266/2014	2018
Cachaça Artesanal	INVENTARIADO	-	2018
Capela de São Vicente de Paula	INVENTARIADO	2014	2018

Corporação Musical São José	INVENTARIADO	2021	2019
Corporação Musical São Sebastião	INVENTARIADO	2020	2019
Inhotim	INVENTARIADO	2014	2019
Clube de Voo Livre	INVENTARIADO	2014	2019
Cerâmica Artística	INVENTARIADO	2014	2019
Igreja de Nossa Senhora do Rosário	INVENTARIADO	-	2022
Igreja Matriz de São José	INVENTARIADO	2014	2022
Igreja Matriz de São Sebastião	INVENTARIADO	2014	2022
Santuário de Monte Cristo	INVENTARIADO	2014	2022
Igreja do Rosário em São José do Paraopeba	INVENTARIADO	2014	2022
Sítio Histórico Quilombo do Sapé	INVENTARIADO	2014	2022
Orquestra da Câmara de Inhotim	INVENTARIADO	2021	2023
Guarda de Moçambique de Nossa Senhora do Rosário de Piedade do Paraopeba	INVENTARIADO	2020	2023
Guarda de Moçambique do Brumado	INVENTARIADO	2021	2023
Guarda de Moçambique do Córrego Ferreira	INVENTARIADO	2021	2023
Grêmio Recreativo Arraial do Buscapé	INVENTARIADO	2019	2023
Grupo de canto e dança Negro por Negro	INVENTARIADO	2019	2023

Fonte: Compilação da autora a partir dos relatórios do ICMS Cultural – IEPHA

Apesar da grande gama de bens culturais expandidos nos três eixos de proteção (Tombamento, Registro e Inventário) somados em 32 bens culturais a nível de proteção municipal⁶⁹, nos materiais de educação patrimonial distribuídos e disponibilizados de forma

⁶⁹ Importante evidenciar que as folias, as violas e as rodas de capoeira que também compõe a listagem não foram adicionadas por se tratar da política de mapeamento estadual, organizadas pelo IEPHA desde 2018. De toda forma, vale citar as Folias de Reis da Irmandade de Nossa Senhora Aparecida, da comunidade de Ribeirão e a Folia de Reis de São Sebastião da sede, os violeiros

física e/ou online⁷⁰, apenas os citados anteriormente em conjunto com as categorias Corporações Musicais e Guardas de Congo e Moçambique aparecem, no entanto, no caso dessas duas últimas expressões culturais, há pouca explicação da variedade que compõe a listagem supracitada, isto é, pouco se reflete sobre as histórias e especificidades das cinco corporações e cinco guardas registradas e/ou inventariadas.

Além disso, de acordo com documentação enviada pelo município, a maior parte dos bens culturais teria sido inventariado em 2014, porém, tanto na pesquisa de Gazzinelli (2014) quanto pelo quadro 3 apresentado na pesquisa, a pontuação do município em termos de política de inventário (QIIA) está zerada até 2020, e, ainda, é pontuada em 0,70 (de um máximo de 2,00 pontos) apenas em 2021. Nesse sentido, as informações levantadas são difusas e contraditórias como no caso da Corporação Musical de Conceição que nos relatórios de 2019 é apresentada como bem inventariado e retorna a bem registrado em 2021 e a Corporação Musical de São José aparece como bem inventariado em 2014 nos relatórios de 2019, enquanto nos relatórios de 2023 é colocada como tendo sido inventariada em 2021.

Outro exemplo é a Corporação Musical de São Sebastião, fundada em 1929 (Brumadinho, 2015) o que a torna uma das mais antigas corporações musicais da cidade, aparece pela primeira vez nos relatórios de 2019, mas, no documento de 2023 seu inventário teria sido realizado em 2020. Como também, o caso do Coreto da Rodoviária, instituído como bem a ser inventariado nos anos de 2018 e 2019, presente nas cartilhas de educação patrimonial de 2020 e destruído com a reforma da Praça da Rodoviária (Paulo Alves) em 2021.

Dessa forma, a partir dos documentos acessados é possível perceber que após o rompimento da barragem em 2019 e os holofotes nacionais e internacionais voltados para a cidade, a política patrimonial local foi aferida com uma grande mudança de postura, comprovada com o aumento da nota no ICMS Cultural e o número significativo de bens patrimoniais, em que se demonstra certa pressa do poder público local em apresentar-se como um município turístico, evidenciada também, pela exposição Brumadinho de Braços Abertos (2023).

Por outro lado, a grande problemática levantada não é se tais patrimônios representam ou não uma identidade brumadinhense, mas sim, se geram um processo de

Guilherme Antônio Maciel Cândido e João Paulo Pereira Castro que fazem parte da lista de bens registrados do IEPHA. Ver mais: Bens Registrados do IEPHA. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-aco-es/patrimonio-cultural-protetido/bens-registrados>. Acesso em: 10 de maio de 2023.

⁷⁰ Cartilha de Educação Patrimonial (online s.d.); Conheça Brumadinho (online, 2015); É bom viver em Brumadinho (físico, 2015); Guia Cultural de Brumadinho (físico, 2020); Educação Patrimonial – O que é Patrimônio, Vol. 1 (físico, 2020); Educação Patrimonial – Patrimônio Brumadinhense (físico, 2020); Passaporte Cultural (físico, 2020).

identificação com a comunidade local. Os registros imateriais têm forte apelo popular, entretanto, como saber a história desses eventos, dessas pessoas se, sua representação é apenas alegórica? Nesse sentido, Meneses (2018) aponta sobre a dimensão política e socioeconômica do patrimônio, em que, a questão da memória e desses bens culturais estão pautadas na lógica da mercadoria, assim, o autor reflete sobre a problemática de resumir a construção patrimonial apenas como atrativo turístico.

Por essa mesma perspectiva, Ponte (2019) aponta que numa primeira fase, o reconhecimento do patrimônio se faz pelas comunidades locais a fim de produzir planos de ação, divulgação, inventariação que melhorem a gestão dos bens culturais, tal processo não se apresenta nos relatórios do ICMS Cultural de Brumadinho, ainda que, a maior parte dos bens constados na lista estão distribuídos nas comunidades e distritos municipais, nesse sentido, no capítulo terceiro, a metodologia de um inventário participativo e um levantamento dessas comunidades busca contribuir para reaver essa relação desse patrimônio local, institucionalizado ou não, que nos permita mediar, ainda que parcialmente, as memórias e identidades que compõe o município e que não constam nas documentações acessadas.

**CAPÍTULO 3 - RAÍZES DO INTERIOR: POR
UMA PATRIMONIALIZAÇÃO DE
(RE)CONHECIMENTO DA(S) COMUNIDADE(S)**

No decorrer dos capítulos, a cidade de Brumadinho vem sendo alocada em vários espaços e narrativas, foi vista como cidade do Inhotim, cidade da “tragédia” como também, teve seu patrimônio local institucionalizado de forma burocrática, sem vida e sem relatar as histórias e memórias que os cercam e os fizeram serem instituídos. Dessa forma, esse último capítulo de dissertação que fecha as reflexões aqui apresentadas, tende por um outro caminho, busca uma nova narrativa para a cidade.

A própria constituição histórica do território enquanto município se apresentou complexa, com a unificação de distritos que já possuíam suas vivências e referências culturais. Vale ressaltar que, como apresentado por Jacques Revel (1996), trabalhamos com e dentro de uma sociedade hierarquizada, não igualitária e dotada de diversas formas de poder coercitivo. Entretanto, há de se considerar que dentro dessa mesma sociedade há outras formas de circulação, negociação, apropriação e conflitos que coexistem nas entrelinhas das relações de poder e de seus efeitos.

Outrossim, Revel (1996) aponta que, o trabalho de campo consiste “em levar a sério migalhas de informações e em tentar compreender de que maneira este detalhe individual, aqueles retalhos de experiências dão acesso a lógicas sociais e simbólicas que são as lógicas do grupo, ou mesmo de conjuntos muito maiores” (p. 13). Dessa forma, a metodologia encontrada para reconhecer essas comunidades se deu por meio do contato e observação participante dessas manifestações culturais, foi a partir, também, da conversa com lideranças locais, somado a junção de outras fontes que foi possível retomar um pouco dessas histórias.

Nesse sentido, Hugues de Varine (2012) salienta que o essencial é escutar os habitantes e pedir para que eles possam designar aquilo que consideram como sendo patrimônio, e eles próprios fornecerem o máximo de informação possível sobre o assunto. Tal processo se realiza, em grande medida, a partir da construção da memória desses moradores, assim,

o saber constituído por meio da escrita da memória coletiva em memória social possui, assim, um lugar determinante no processo de patrimonialização, e isso, de dois modos. Em primeiro lugar, ele é um elemento do próprio objeto patrimonial. Como no caso do patrimônio material, o saber é o que dá suporte ao objeto (Davallon, 2015, p. 64).

Assim, a memória aqui é tratada nos termos trazidos por Michel Pollak (1992), onde, para o autor, os elementos constitutivos da memória se fazem tanto por àqueles acontecimentos vividos pessoalmente, quanto àqueles que ele chama de “vividos por tabela” por um grupo ou comunidade que a pessoa sente pertencer. Dessa forma, é possível que haja, por meio de uma socialização política ou histórica, uma identificação com determinado passado, uma memória quase herdada de um evento.

Do mesmo modo, Halbwachs (1990) reflete que as “[...] nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembranças pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós” (Halbwachs, 1990, P. 26). Assim, a memória permeia as relações sociais, transita pelos grupos e pelas comunidades e permite elucidarmos, ao menos parcialmente, a história de determinado lugar.

Desse modo, foi possível observar durante a pesquisa de campo que, ao conversar com os moradores e com pessoas que estavam ou estiveram à frente de várias manifestações culturais, uma frase se repetia: “eu não sei muita coisa”, isso porque, como refletido por Mário Chagas (2012) o museu (e nesse caso, a discussão patrimonial) é também um dispositivo disciplinar que individualiza, qualifica e exige certos saberes para usufruir desses bens, o que faz com que, os próprios detentores do patrimônio se vejam apartados das estruturas patrimoniais.

A ideia de não saber muita coisa parecia referir-se, principalmente, ao medo de termos técnicos ou científicos que acreditavam se tratar uma pesquisa acadêmica. A percepção do que Foucault, em 1999, chamara de “reviravolta dos saberes sujeitados” foi apreendida nesse trabalho de campo, já que, sepultados e hierarquizados pela política patrimonial local, os conhecimentos dessas pessoas transpareciam nas conversas com café, em suas varandas, salas, cozinhas e associações, as entrevistas duravam de 30 minutos a 1 hora, enfocadas principalmente sobre os patrimônios de uma determinada localidade.

Nesse intuito, vários relatos seguiam sobre conhecimentos cotidianos que construíram essas manifestações culturais, esses patrimônios que pulsavam nas comunidades. Muitos desses relatos, inclusive, acompanhados de um certo vínculo com memórias afetivas de infância, dos pais, avós, tios, amigos, vizinhos que, *a priori*, pareciam ser irrelevantes para os entrevistados, ganharam força na medida em que a investigação ia avançando, é possível compreender esse movimento como o poder da memória que, para Chagas (2012), é esse potencial de apropriação do poder mnemônico como ferramenta de intervenção social.

Outro ponto observado foi que, em quase todos os primeiros contatos com lideranças locais do Tejuco, Piedade do Paraopeba, Marinhos e regiões da sede havia uma surpresa da disparidade do tema pesquisado, principalmente pelo número recorrente de pesquisas sobre os impactos do rompimento feitos, em sua maioria, por pesquisadores de diversas instituições do país. O interesse em contar sobre uma outra Brumadinho, a partir de uma pesquisa conterrânea, fez com que, na medida que as conversas se desenrolassem além das memórias traumáticas pós 2019, experiências iam sendo

compartilhadas e os próprios moradores passaram a indicar seus vizinhos, amigos, parentes e outros atores de patrimônio que atuavam na cidade.

. Para tanto, a investigação se orientou a partir da perspectiva de Immaculada Lopez (2008) em seu trabalho “Memória social: uma metodologia que conta histórias de vida e o desenvolvimento local”, onde, para a autora, dentro do processo metodológico apresentado seria possível apreender a junção da história das pessoas socializadas dentro de seus próprios grupos, comunidades e instituições, já que, as narrativas se somavam às memórias individuais e coletivas das manifestações culturais e dos patrimônios materiais.

Nessa perspectiva, optou-se por um processo dentro das entrevistas abordado por José Carlos Sebe Meihy (2006), em uma junção de textualização e transcrição. A textualização é a transcrição trabalhada, integrando as perguntas e estabelecendo palavras e expressões básicas que iam se repetindo, o que fez com que as perguntas variassem dentro do processo investigativo, sendo direcionadas a cada região de um modo, possibilitando uma abordagem menos engessada que um roteiro estabelecido de perguntas e respostas, assim como, a transcrição que é a entrevista já em sua fase de apresentação pública, reescrita com as devidas correções gramaticais e frases completas, apresentadas no decorrer do trabalho enquanto depoimentos.

Contudo, vale ressaltar as dificuldades de percurso no decorrer da investigação, como a adversidade em conseguir sistematizar as comunidades e seus patrimônios devido a distância entre as localidades e os poucos horários de ônibus existentes, incluindo a falta de horários em fins de semana, quando, normalmente, as pessoas costumam estar mais disponíveis para a pesquisa. O recorte territorial, por se tratar de uma cidade interiorana, causou certas fissuras na pesquisa, já que, na medida que ia se expandindo os conhecimentos sobre alguns patrimônios, concomitantemente o tempo de uma análise adequada diminuía.

Dessa forma, a perspectiva de uma sistematização partiu de um intuito em demonstrar os caminhos possíveis visualizados a partir desse contato, facilitado pela proximidade subjetiva que possuo com o território. O trabalho empírico, por outro lado, ao deparar-se com as dificuldades das distâncias físicas e espaciais entre as comunidades buscou encontrar outras fontes complementares de informação contidas em notícias, jornais, livros e/ou boletins e alguns trabalhos como de Bernardo Andrade (2014) e Valdir de Castro Oliveira (2022).

Optou-se também em dar ênfase nessa sistematização de outros patrimônios que não estiveram presentes nas fontes consultadas e apresentadas no segundo capítulo. Contudo, compreendendo que os patrimônios listados nos documentos não possuem um espaço de narrativas sobre suas histórias ou que veem enfrentando processos de disputa,

alguns também foram evidenciados como o Jubileu de Nossa Senhora de Piedade. Outros, também, foram trazidos, como o Jubileu de Nossa Senhora das Mercês e os blocos de carnaval da sede que não constam, ainda, enquanto patrimônios institucionalizados.

Nesse interim, um dos pontos observados nesse processo foi o forte apelo católico das manifestações culturais locais, também abordada pelo autor Valdir de Castro Oliveira (2022) onde

[...] ao longo do tempo Brumadinho firmou e constituiu sua identidade cultural religiosa com base no catolicismo e um vasto ciclo de festas e de devoções religiosas que não podem ser apartadas da história e do desenvolvimento do município, como o do padroeiro da cidade de Brumadinho, São Sebastião, comemorada anualmente no dia 20 de Janeiro com a participação maciça da população da cidade (Oliveira, 2022, p. 215).

Ao passar por esses locais, entrevistando e conversando, as festas pareciam representar muito além do seu aspecto de religiosidade, de fé, de devoção, ou, nos casos das colheitas, de seu valor econômico. Na verdade, nas regiões mais remotas da cidade, as festas foram e são vistas como exemplos de sociabilidade, onde os encontros amorosos juvenis ocorrem, onde é possível conhecer pessoas de outros locais, e, onde algumas histórias pessoais se enlaçam com a história da comunidade como a história de lideranças, festeiros, entre outros.

Outro ponto importante de ser evidenciado tem sido a raiz interiorana na cidade, tanto apresentada pelas práticas patrimoniais citadas, quanto pelo parentesco entre as famílias que convivem nesses subdistritos e comunidades rurais. Cabe dizer que até a década de 1950, cerca de 85,98% da população era rural (Oliveira, 2022) e, ainda com o processo de urbanização, até o início dos anos 1990, a taxa de crescimento urbano era 59% inferior do que a média metropolitana na qual o município se insere (Gaspar, 2005).

Nesse sentido, foi percebido a partir dos relatos nas regiões estudadas, comunidades familiares entre descendentes de famílias de fazendeiros, migrantes de outras cidades ou estados, descendentes de ex-escravizados - como foi o caso D. Carmelinda citada no primeiro capítulo deste trabalho -, em que, em uma mesma comunidade se estabelece relações sociais distintas, isso porque, “quando não é o nome das famílias detentoras das terras que batiza o povoado, é o nome de um acidente natural que o faz. O nome do povoado é, quase invariavelmente, derivado do modo pelo qual a área em torno é conhecida” (Jardim; Jardim, 1982, p. 77).

Alguns casos podem ser exemplificados como o distrito de Aranha, que recebera esse nome em homenagem ao fazendeiro local José de Cerqueira Aranha (Jardim; Jardim, 1982), também é o caso da comunidade de Suzana, acredita-se que, o nome recebido

deriva da senhora fazendeira que detinha muitas terras na região⁷¹. Outros casos, entretanto, apresentam apagamentos como a comunidade quilombola de Rodrigues que carrega o nome da família escravocrata local, enquanto os nomes das ruas deste mesmo quilombo, ainda se mantêm com nomes genéricos como Rua Um.

Outros nomes, contudo, vêm sob forte influência da construção do Ramal do Paraopeba, como foi o povoado de Melo Franco que recebeu, em 1918, o nome do Ministro da Viação da época Afrânio de Melo Franco, com a inauguração de sua estação ferroviária homônima (Jardim; Jardim, 1982). A comunidade de Coronel Eurico segue o mesmo exemplo, a antiga estação conhecida como tocas, acabou recebendo o nome do diretor da empresa Central do Brasil Coronel Eurico Souza Gomes, passando a ser o nome, também, do povoado (*Ibidem*).

Figura 26 – Estação Ferroviária de Melo Franco



Fonte: Memorial de Brumadinho⁷²

Figura 27 – Estação Ferroviária de Coronel Eurico



Fonte: Memorial de Brumadinho

A antiga vila de operários de Souza Noschese também recebera esse nome graças a empresa paulista que detinha o direito da jazida de minério local. A empresa construiu a vila para os funcionários, próxima a divisa entre Brumadinho e o município de São Joaquim de Bicas, contudo, com o aumento da exploração do minério de ferro na região, a antiga vila deu lugar ao Terminal de Cargas Serra Azul, e a parada de trem, inutilizada. Além disso, de acordo com Oliveira (2022), essa mesma empresa também tinha o objetivo de

⁷¹ Ver mais em: CINEAR PRODUÇÕES. Brumadinho -MG Suzana. Publicado em 21/06/2023. 13m12s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=dInNFZIVXkc&list=RDCMUC-I0PPSBc_Mt5zZNIjY0gbA&index=3&ab_channel=CinearProdu%C3%A7%C3%B5es. Acessado em: jan. de 2024.

⁷² Memorial de Brumadinho. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=602946804235157&set=pcb.1742733992589007>. Acessado em: out. de 2023.

construir uma usina alto-forno no município, em outra região da cidade, entretanto, na década de 1930, com a dificuldade política e econômica, o projeto não foi concluído e, apesar disso, o local ficaria conhecido como Usina, dando nome a cachoeira da região.

Figura 28 – Estação Ferroviária de Souza Noschese



Fonte: Estações Ferroviárias⁷³

Figura 29 – Cachoeira da Usina



Fonte: Guia de Brumadinho⁷⁴

A comunidade de Monte Cristo, conhecida anteriormente como Córrego do Barro, possuía esse nome por conta do barro que dizem ser, em outros tempos, para a produção de tijolos e telhas. O nome corresponde com o significado da região vizinha, Tejuco. Esta última, era conhecida, a priori, como Mercês dos Três Irmãos, por conta da serra e da santa, mas já vinha sendo chamada de Tejuco, acredita-se também, pelos mesmos motivos, o que acabou se tornando o nome do local.

Na sede, a história parece fixada nas ruas, vielas e becos. Nomes de rua como de Zacarias Roque, líder sindicalista dos trabalhadores de mineradora em Brumadinho (Oliveira, 2022), Maestro Geraldo Cordeiro dos Santos, da Banda São Sebastião que hoje é regida por seu neto e Maria Sapatinha, nascida em Marinhos, conhecida no bairro central Canto do Rio. Contam, ainda, que Dona Maria recebera esse apelido por ter sido casada com um sapateiro conhecido do bairro (Silva, 2021). Tais exemplos corroboram com a reflexão de Elias e Scotson (2000), onde

as pessoas estabelecem relações quando negociam, trabalham, rezam ou se divertem juntas, e essas relações podem ou não ser altamente especializadas e organizadas. Mas elas também estabelecem relações quando ‘moram juntas num mesmo lugar’, quando constroem seus lares num mesmo local (p. 131).

⁷³ Disponível em: http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_mg_paraopeba/souza.htm. Acessado em: Jan. de 2024.

⁷⁴ Disponível em: <https://www.guiabrumadinho.com/CachoeiradaUsina>. Acessado em Jan. de 2024.

Nomes de ruas, avenidas, distritos, povoados e comunidades nem sempre refletem os referenciais culturais daquelas comunidades. Interessante pensar, inclusive, que muitas vezes as comunidades locais constroem patrimônios que se distanciam de suas denominações voltadas à mineração e aos sujeitos políticos e econômicos. Assim, dentro dessa perspectiva, a sistematização contou com dois quadros distintos, um referindo-se aos patrimônios imateriais, associados principalmente às manifestações culturais do município, como também, um segundo quadro, este, relacionando-se aos patrimônios materiais da cidade.

Tais escolhas quanto à sistematização partem, em especial, por compreender o patrimônio a partir da apropriação das coletividades locais, visando novas formas do patrimonializar, da valoração das coisas. Para Antônio Pontes (2019), a patrimonialização é um processo complexo com teias relacionais amplas. Em Brumadinho, manifestações culturais de diferentes origens e formas, estabelecem redes de cooperação entre si, organizam-se entre membros de uma mesma família ou de famílias distintas que se interligam na gestão patrimonial desses bens culturais, assim, as comunidades brumadinhenses, diferente da posição passiva de receptoras apresentadas até então, passam a serem vistas em seus papéis ativos na conservação e preservação desses patrimônios.

3.1. A cidade do patrimônio: sistematizando caminhos possíveis

A palavra patrimônio, derivada do latim *patrimonium*, significa a herança paterna no direito romano, assim, sua origem é vinculada à relação entre a propriedade e a comunidade doméstica⁷⁵ (Weber, 2015), isso porque as famílias patrícias possuíam, sob seus domínios, os espólios de guerra, as artes e a materialidade como sinônimo de poder ou, por outro lado, de subjugação dos povos recém-conquistados. Partindo desse princípio histórico, é errôneo pensar que na Roma cristianizada ou o período medievo estiveram distantes da construção de um patrimônio, ou sequer romperam com as concepções anteriores, pelo contrário, Choay (2014) aponta, inclusive, um processo de reciclagem de símbolos e signos com novas roupagens, como a utilização de casas patrícias como espaços religiosos pela igreja, ou mesmo, a existência simultânea das catedrais e do coliseu na mesma cidade.

⁷⁵ A comunidade doméstica para Weber (2015) é a relação social estabelecida entre familiares e entre as famílias distintas, como no caso das comunidades de vizinhança. Essa sociabilidade se mantém sob os fundamentos da piedade e autoridade, isto é, sob os aspectos de uma fraternidade solidária para com o outro e um respeito pela autoridade declarada (seja o pai, o ancião, o mais velho ou o mais experiente).

Tal questão se faz importante de ser levantada porque a concepção de patrimônio é mutável, tal qual os signos e símbolos dessas comunidades. Assim, os processos que levaram a identificação destas representações foram movidos e motivados pelo contexto histórico, político, social e se viram naturalizadas em um passado objetivamente selecionado. Entretanto, o que ocorreu, na contemporaneidade, é uma produção de monumentos públicos, voltados para a representação figurada de um novo poder: o nacional.

Nesse interim, o processo patrimonial também sofre mudanças, deslocando-se do aspecto privado (o patrimônio dos príncipes, sultões, Igreja, proprietários feudais etc.) para um aspecto público (o Estado, a sociedade, a comunidade)⁷⁶, representado, majoritariamente, pela construção de monumentos capazes de reescrever a história (e a memória) dessa nova nação emergente. O monumento é, nesse primeiro momento, o predecessor do patrimônio.

Todavia, Choay (2014) expõe que a palavra monumento tem por origem etimológica a interpelação entre a materialidade e a memória, isto é, “qualquer artefato edificado por uma comunidade de indivíduos para se recordarem, ou fazer recordar a outras gerações, pessoas, acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças” (p. 17). Assim, o monumento é, em certo sentido, uma mediação memorial (Assmann, 2011), onde, a relação mnemônica do indivíduo ou grupo está associada diretamente ao suporte material representativo, nesse sentido, o monumento, em si, é aquilo que evoca a recordação, um status de testemunho de uma (ou da) história.

Nesse sentido, “quando falamos de nossa casa, de nossa cidade ou de nosso bairro, de fotografias de nossos avós, de pratos ou vinhos consumidos ontem à noite, de canções que cantarolamos, da igreja paroquial vizinha, etc., não pensamos que isto se trata de um patrimônio” (Varine, 2012, p. 83). Dessa forma, os vários significados do patrimônio não se excluem, mas se complementam. Em contínuo, a Portaria n. 375 de 19 de setembro de 2018, publicada pelo IPHAN trata da política do patrimônio cultural material (PPCM), em que um dos princípios⁷⁷, conhecido como indissociabilidade, aponta que “não deve haver separação entre os bens culturais materiais e as comunidades que os tem como referência” (Iphan, 2018, p. 2).

⁷⁶ Esse processo é muito evidenciado pelos Comitês Revolucionários da França pós-1789, especialmente ao que corresponde ao período do terror onde as discussões acerca da conservação ou não dos monumentos dinásticos se intensificam. Na constituinte de 2 de Outubro de 1789, por exemplo, colocava os bens do clero (privado) à disposição da ‘nação’(público).

⁷⁷ Além desse princípio, outros regem as ações voltadas para a PPCM como, humanização, ressignificação, responsabilidade compartilhada, colaboração, participação ativa, atuação em rede, desenvolvimento sustentável, integração, direito à cidade, acesso equitativo, precaução, prevenção, reparação, respeito as diversidades locais e regionais, transversalidade, direito à informação, direito ao controle social (Iphan, 2018).

Partindo dessa premissa, a seleção de bens materiais passíveis de serem patrimonializados e protegidos pelo município levou em consideração os aspectos culturais marcados nessas comunidades. Dessa forma, foi realizado um processo similar ao descrito por Antônio Ponte (2019) onde há, em um primeiro momento, o reconhecimento do patrimônio pelas comunidades locais e, posteriormente, sendo transposto para planos de divulgação, que neste caso, se faz a partir da escrita dessa dissertação.

Quadro 05. Patrimônios materiais passíveis de inventário

COMUNIDADE	DISTRITO	PATRIMÔNIO MATERIAL
Alberto Flores	Sede	Estação Ferroviária de Alberto Flores
Almorreimas	Sede	Capela da Ponte dos Almorreiras
Casinhas	São José do Paraopeba	Igreja Nossa Senhora de Fátima
Conquistinha	Conceição de Itaguá	Mirante da Conquistinha
Coronel Eurico	Aranha	Estação Ferroviária de Coronel Eurico
Eixo Quebrado	Sede	Capela de Nossa Senhora Aparecida
Massangano	São José do Paraopeba	Cruzeiro de Massangano
Marinhos	São José do Paraopeba	Cruzeiro de Nossa Senhora da Conceição
Samambaia	Piedade do Paraopeba	Grota de São João
Taquaraçu	São José do Paraopeba	Ruínas da Capela de Taquaraçu
Tocas	Sede	Cachoeira da Toca / Bar do Beto
Tejuco	Sede	Cruzeiro do Tejuco (Nossa Senhora da Mercês)
Tejuco	Sede	Casa de Maria Solano Diniz
Aranha	Aranha	Venda dos Turcos
Conceição de Itaguá	Conceição de Itaguá	Cruzeiro do Brumado
Conceição de Itaguá	Conceição de Itaguá	Igreja de Nossa Senhora da Conceição
Piedade do Paraopeba	Piedade do Paraopeba	Chafariz Paciência

Ainda que sejam classificados enquanto patrimônios materiais é preciso levar em consideração que todo bem cultural que possui como ponto principal, sua dimensão material, só o faz e só o é devido, também, a sua dimensão simbólica, isto é, sua importância e afetividade atribuída pela comunidade. Nesse sentido, é possível exemplificar tal reflexão a partir da história escutada sobre o Cruzeiro do Tejuco. Os moradores contam que, quando a seca apertava e demorava a chover, uma benzedeira

antiga do povoado chamada Carolina⁷⁸, pedia às crianças que fossem buscar água na biquinha, e, então, após algumas rezas e orações, levava a água até o cruzeiro e molhava as pedras ao seu redor, a chuva não vinha rapidamente, mas sempre chegava ao povoado em um ou dois dias.

Figura 30 – Cruzeiro do Tejuco



Foto: Letícia Peixoto Silva, 2023.

Neste caso, pouco importa a veracidade da história, se de fato a benzedeira podia mesmo trazer a chuva novamente, mas sim, os signos que envolvem o cruzeiro, a dimensão simbólica que estabelece sua importância para a comunidade. Neste mesmo Cruzeiro, no alto do morro, se realizava a Festa de Santa Cruz no dia 3 de maio, os devotos capinavam o caminho até lá, rezavam o terço e soltavam fogos de artifício, essa festa apresentava um caráter mais fechado dentro da comunidade. Assim, cabe dizer que “quando a comunidade os vive, os sente, os conhece vamos perspectivar uma nova forma de patrimonialização. Uma patrimonialização afetiva que garantirá uma mais efetiva salvaguarda e valorização” (Ponte, 2019, p. 49).

O mesmo ocorre com o Chafariz Paciência, este presente no distrito de Piedade do Paraopeba. Ao realizar um trabalho de campo, o pesquisador constrói alguns pressupostos que guiam sua pesquisa, e, evidentemente, já se espera de antemão encontrar algumas respostas às perguntas realizadas. Porém, ao se deparar com a realidade é possível

⁷⁸ Apesar de não termos outros registros sobre a vida de Carolina, sabemos que era uma das descendentes de ex-escravizados da região e que um de seus filhos, Pedro Miguel, foi homenageado com nome de rua no povoado do Tejuco. Mestre de obras, ajudou a comunidade religiosa a reformar a igreja e foi responsável por várias construções no local.

encontrar outros caminhos inesperados, que foi o que ocorreu ao visitar a comunidade a fim de conhecer mais sobre o Jubileu de Nossa Senhora da Piedade.

No primeiro momento da pesquisa, buscava-se encontrar as informações sobre o histórico, a cosmovisão, os métodos que organizam a festividade religiosa. Porém, outros pontos foram sendo evidenciados pelos sujeitos locais e um deles aparecia frequentemente nas conversas, um patrimônio que até então parecia ali, tímido, escondido, mas que fazia parte de todos os relatos: a paciência.

Figura 31 – Chafariz Paciência – Piedade do Paraopeba



Foto: Letícia Peixoto Silva, 2023.

Paciência é um substantivo feminino que apresenta a virtude do ser humano de espera, da capacidade de não desistir, nome propício à biquinha que servia água para toda a comunidade. Nos dizeres da depoente Marla⁷⁹ “desde às 6 horas da manhã, a Paciência já estava cheia de gente com lata d’água. [...] Era muita gente que vinha pra apanhar água numa biquinha, era um cano que saia água, demorava, todo mundo conversando, ‘eu cheguei primeiro que você, deixa eu apanhar primeiro’”.

Em dias de Jubileu, a paciência dos fiéis tinha que ser redobrada pelo número de pessoas que vinham a comunidade participar da festança. Regina e Eduardo⁸⁰, casal morador da comunidade contam que a construção do Chafariz foi realizada posteriormente, em meados da década de 1980 por um outro morador que realiza trabalhos de construção

⁷⁹ Os nomes que constam nesse capítulo em diante são fictícios por questões de respeito a privacidade dos depoentes em consonância com a Resolução n. 466 de 12 de dezembro de 2012.

⁸⁰ Nomes fictícios

civil na região, a ideia era encanar com uma mangueira para que a biquinha ficasse “mais bonita”, contudo, devido à falta de manutenção do espaço, a Paciência acabou secando, para Regina “Se as autoridades tivessem observado direitinho, talvez não tivesse deixado nem estragar demais né? porque tem muita coisa que quando cuida fica muitos anos né, aí foi ruindo, foi estragando, os que eram donos foi, os mais velhos foram falecendo, os mais novos já não vieram interessando como os mais velhos”.

Interessante observar que, para os mais novos não há tanto interesse porque aquela tradição da biquinha d’água fazia parte, também, da vida comunitária. Esse conflito geracional dimensiona a perspectiva de que os valores e interesses da coletividade não são fixos, imutáveis, mas “[...] estão associados a práticas sociais concretas e são construídos e vividos no interior da vida social, com seus conflitos, contradições, consensos e hierarquias” (Veloso, 2006, p. 440). Nesse sentido, os processos identitários não se constroem de forma igualitária para todos de uma mesma localidade, isso porque

uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. Ela tornou-se politizada. Esse processo é, às vezes, descrito como constituindo uma mudança de uma política de identidade (de classe) para uma política de diferença (Hall, 2006, p. 21).

Dessa forma, o depoimento apresentado aponta a necessidade de uma patrimonialização que vise diferentes gerações, já que, só se pode proteger, salvaguardar e preservar aquilo que se conhece, se não há, efetivamente, um trabalho de reconhecimento desses patrimônios, como outras gerações poderão conhecê-lo? Evidentemente, tais questões esbarram na dificuldade do não dito, isto é,” [...] muitos elementos do patrimônio não são considerados como tal por seus detentores ou pela comunidade” (Varine, 2012, p. 66), o que neste caso se faz, principalmente, pelas gerações mais novas que desconhecem essas histórias.

Outra dificuldade que apreende o processo de inventário dos recursos patrimoniais é o direito à propriedade privada (Varine, 2012). Durante a pesquisa em Piedade do Paraopeba, muitos moradores contaram que várias casas foram sendo demolidas ou reformadas, o que as fizeram perder as características originais que possuíam. Outrossim, retornando ao povoado do Tejuco, uma das casas que ainda mantêm as características originais pertenceu a professora Maria Solano Meneses Diniz, que dá nome a escola local. Dito isto, uma dúvida interveio ao conversar com o morador dessa casa, filho da professora, perguntei se ele já havia recebido propostas para o tombamento do lugar, se tinha interesse que a casa se tornasse um patrimônio local, o que recebi, contudo, foi a resposta de que patrimonializar a casa retiraria sua privacidade, que por um lado era bom, o reconhecimento, mas que teria que cumprir normas estabelecidas nos tratos do patrimônio material, ainda que fosse uma propriedade privada.

Figura 32 – Casa de Maria Solano Meneses Diniz - Tejuco



Fonte: Associação de moradores do Tejuco

Situação similar ocorre também no distrito de Aranha, onde há a Venda dos Turcos. De acordo com Oliveira (2022) no início do século XX, uma família libanesa se instalou na comunidade, ainda que libanesa, ficaram conhecidos como turcos, porque, naquele período, pertenciam ao Império Otomano. Comerciantes chefiados pelo patriarca Alfredo Turco, a família Ourives construiu a vendinha simpática que atravessa uma das ruas principais da comunidade.

Figura 33 – Venda dos Turcos - Aranha



Fonte: Memorial de Brumadinho⁸¹

É possível dimensionar assim, o potencial de vários patrimônios materiais para além daqueles institucionalizados, que complementam e representam a vida social dessas comunidades. Evidentemente, não foi possível complementar a história de todos os patrimônios listados, como já alertado anteriormente. Mas as amostras relatadas apresentam uma relação muito similar com seus patrimônios entre comunidades diferentes: vendas de comércio, estações ferroviárias, igrejas, capelas, cruzeiros se mesclam às histórias de Conceição de Itaguá, Aranha, Piedade e São José.

Se o patrimônio material é composto, também, pelo seu simbolismo, tais questões evidenciam a importância de visualizar os significados que compõe a patrimonialidade, isso significa que, a relação patrimônio-patrimonialização- patrimonialidade estão calcadas nos sentidos atribuídos, sentidos estes que estão longe de uma posição neutra e universal, mas são construídos e desconstruídos diariamente nas relações de poder responsáveis pela produção de identidades, memórias e em última instância, da própria cultura.

Dessa forma, a inversão dessa hierarquia do saber a partir de estratégias de autoconhecimento comunitário se faz importante por criar pontes relacionais entre os conceitos e a prática, compreendendo estes processos tanto por seu semblante institucional como por sua característica (possível) de uma patrimonialização afetiva (Ponte, 2019). Neste caso, se o patrimônio material é dotado de signo, o patrimônio imaterial também possui seus suportes materiais.

Outrossim, no início dos anos 2000⁸² uma revisão do Código de Ética para Museus estipulou a cooperação com as comunidades das quais provém os acervos, como também, as comunidades que acessam este acervo. Tais documentos institucionais comprovam que, houve uma mudança de paradigma quanto a musealização/patrimonialização dos bens culturais. A termos nacionais, a publicação do Decreto-Lei n. 3.551/2000 que “institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro” (Brasil, 2000) alargou o olhar quanto a patrimonialização no país, entretanto, vale ressaltar que o status de registro que reconhece as manifestações culturais ainda possui dificuldades de ser protegido, marcas deixadas pela política de “pedra e cal” (Fonseca, 2009), herdada da década de 1930.

Desse modo, o século XXI trouxe consigo novas discussões e novas perspectivas quanto a musealização/patrimonialização, possibilitando uma expansão da cultura material

⁸¹ Memorial de Brumadinho. Publicado em 9/06/2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo?fbid=2005202372957491&set=gm.1351990231663387>. Acessado em: jan. de 2024.

⁸² As alterações foram efetivadas no documento original de 1986 pela 20ª Assembleia Geral em Barcelona, organizada pelo ICOM (sigla) em 2001 e na 21ª Assembleia Geral em Seul, em 2004.

ao enfatizar seu aspecto intangível, que até então, possuía pouca importância nas políticas públicas patrimoniais. Em 2003, a UNESCO publica a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial constituindo um marco institucional para a proteção das manifestações culturais. A carta magna brasileira, apresenta a constituição do patrimônio brasileiro em seu artigo 216:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 1988, p. 126)

Desse modo, seguindo os parâmetros instituídos pela Constituição Federal, é possível compreender a relevância dessa mudança de perspectiva, já que, entre 1937 com o surgimento do Sphan (atual Iphan) até os anos 2000, quando há uma legitimação do patrimônio imaterial pelo Decreto 3.551, são 63 anos de diferença, o que demonstra que tais ações ainda parecem engatinhar nos termos de proteção dos patrimônios imateriais, isso porque,

[...] o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial dá ao Estado a possibilidade de atuar na área do patrimônio cultural a um custo menor que o envolvido em zelar pelos bens culturais físicos. O registro de um bem imaterial o insere num inventário de bens prestigiosos, que equivale quase a uma Legião de Honra. Isso significa um reconhecimento que, muitas vezes, é extremamente importante para os agentes envolvidos em disputas simbólicas (Oliven, 2009, p.82).

Compreendendo esse campo de disputa simbólica, cabe evidenciar a sistematização dos patrimônios imateriais que ainda não constam nas documentações oficiais, o que não faz com que não consideremos as guardas de Congo e Moçambique, as corporações musicais, os grupos de dança afro e quadrilha que já constam como patrimônio institucionalizado, contudo, se faz necessário não só o resgate destes já reconhecidos mas pouco trabalhados dentro das políticas do município, como, também, ampliar outros patrimônios imateriais que se apresentam nas comunidades.

Quadro 06. Patrimônios Imateriais passíveis de Inventário

COMUNIDADE	DISTRITO	MANIFESTAÇÕES CULTURAIS
Suzana	Piedade do Paraopeba	Festa do Milho
Córrego do Feijão	Piedade do Paraopeba	Festa do Feijão
Aranha	Aranha	Festa da Jabuticaba
Coronel Eurico	Aranha	Festa do Leite

Córrego de Almas	Aranha	Festival da Cachaça
Melo Franco	Aranha	Festival da Mexerica
Conceição de Itaguá	Conceição de Itaguá	Festa do Bacon
Conceição de Itaguá	Conceição de Itaguá	Festa de Nossa Senhora da Imaculada Conceição
Tejuco	Sede	Jubileu de Nossa Senhora da Mercês
Centro	Sede	Festa de São Sebastião
São José do Paraopeba	São José do Paraopeba	Festa de São José
Quilombo do Sapé	São José do Paraopeba	Grupo Sorriso Negro
Santa Efigênia (Bairro)	Sede	Bloco Cai Cai do Morro
Santa Efigênia (Bairro)	sede	Bloco Sociedade Alternativa
Centro	Sede	Bloco Banda São Sebastião
Bela Vista (Bairro)	Sede	Bloco Quarando a Madrugada
Jota (Bairro)	Sede	Bloco Cantoras do Rádio
Centro	Sede	Bloco Ex Presidiários
Canto do Rio (Bairro)	Sede	Canto do Rio Futebol Clube
Centro	Sede	Brumadinho Futebol Clube

A seleção dos patrimônios imateriais compostos por esse quadro seguiu alguns parâmetros da Portaria n. 200, de 18 de Maio de 2016, publicada pelo Iphan a fim de instituir o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI) e seus princípios, diretrizes, processos e ações. Nesse sentido, cabe ressaltar o art. 5º, inciso III onde o documento aponta a contemplação da diversidade e da heterogeneidade, priorizando grupos e regiões menos atendidas pela ação institucional.

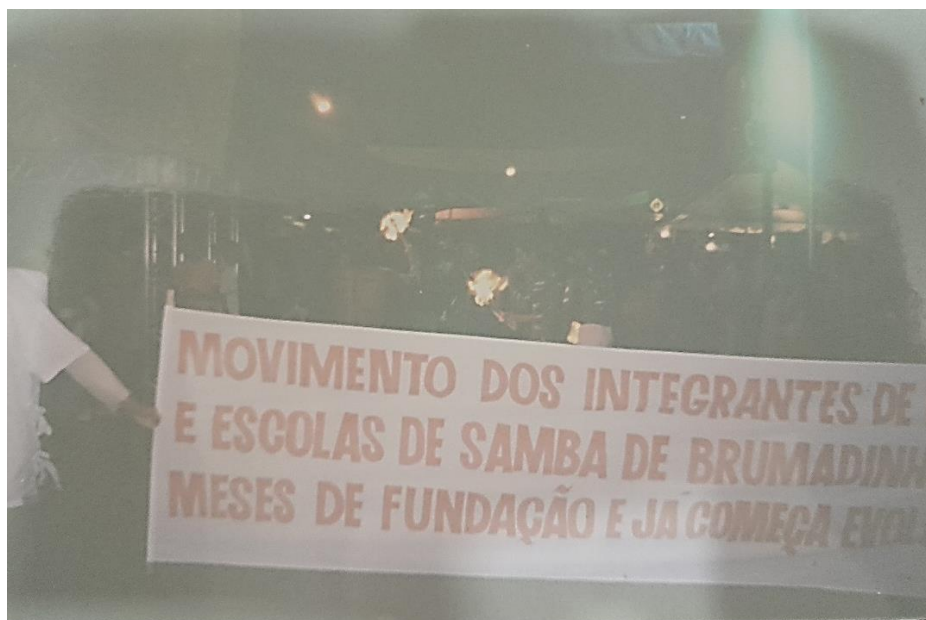
Nesse sentido, algumas manifestações como festas de colheita e religiosas, assim como, o carnaval brumadinhense, estiveram em destaque por seu papel dentro da cidade. Contudo, diferente das festas de colheita e religiosas que vez ou outra apareceram em documentos como o produzido pelo Aedas (2021) em que estavam em processo de inventário ou passíveis de serem inventariados, o carnaval local não aparece com intuítos patrimoniais em nenhuma esfera de pesquisa e/ou documentação, em diversos centros urbanos, a festa tem sido inventariada, registrada e protegida por seu aspecto imaterial, simbólico, enquanto que, em Brumadinho, é vista apenas por e pelo entretenimento.

Mas, assim como ocorreu na pesquisa de patrimônio material, trajetórias diferentes influenciaram as investigações, em primeiro momento, esperava-se a história dos blocos de rua, característica que ainda existe, mesmo fragilizada, na cidade. Contudo, na medida que a pesquisa avançou, descobriu-se que a cidade viu o carnaval surgir com as famosas e antigas escolas de samba locais: Unidos do Progresso, Cai Cai do Morro, Unidos do

Itaguá e o Regional 2001 (uma escola-bloco ou bloco-escola) que desciam a Avenida Quintino Bocaiuva, conhecida popularmente como morro do querosene.

Há, porém, pouco resgate histórico dessas escolas de samba, o que se sabe é que com as faltas de incentivo financeiro, as escolas foram sendo substituídas pelos blocos carnavalescos em um hiato ocorrido durante a década de 1990. Entre a década de 1990 e início dos anos 2000, foi criado o Movimento dos Integrantes de Blocos e Escolas de Samba de Brumadinho (MIBES-BRUM), a associação buscava unificar os blocos locais em busca de maiores incentivos na realização do carnaval, membros do Sociedade Alternativa, Quarando a Madrugada e Ex Presidiários se juntaram a fim de resgatar o carnaval de rua da cidade.

Figura 34 – Movimento dos Integrantes de Blocos e Escolas de Samba de Brumadinho



Fonte: Bloco Sociedade Alternativa

As histórias desses blocos se conectam entre solidariedade e rivalidades saudáveis, tanto no caso do Sociedade Alternativa quanto do Ex Presidiários também expõe um lado de crítica social enrustida em seus nomes. O Bloco Sociedade Alternativa foi um dos primeiros a retornarem após o hiato das escolas de samba de carnaval, foi o responsável, também, por unificar os integrantes de antigas escolas e blocos para a formação do MIBES-BRUM. Em 2002, o fundador do bloco resolvem pegar emprestado os instrumentos da Secretaria de Esportes, Lazer e Eventos e descer a Avenida, em relato, Raul⁸³ nos conta que

⁸³ Nome fictício

Quando foi a noite, aquela quantidade de instrumentos lá, quando foi chegando 18 horas, meu compadre falou ‘tô pensando numa coisa aqui, vai aparecer ninguém, ninguém foi avisado’, eu falei: ‘Vai. Faz o seguinte, pega os instrumentos e coloca aqui em frente de casa e deixa a criançada fazer bagunça, bater de qualquer jeito’. Aí ele fez isso. Aí quando a meninada começou a bater, ‘ah mas vai desafinar’, nós afina de novo. Os jovens começaram a chegar e perguntar ‘vai ter carnaval, vai ser um bloco?’ Vai. Como é que é, tem camisa? Tem camisa não, vamos descer de qualquer jeito, só fazendo barulho. Rapaz, 18:30 ‘tava’ assim de rapaz e criança, aí começou a chegar as mulheres, e aí vai ter camisa? Vai ter camisa não, se quiser improvisar a sua fantasia da forma que você quiser, é só pra gente mostrar que o carnaval tá de pé, e nosso objetivo é resgatar, é trazer o carnaval de volta, dinheiro ninguém tinha (Depoimento Raul, 2024).

Em 2003, os dirigentes do bloco procuram comerciantes locais a fim de conseguirem financiar os abadá daquele ano, a primeira concentração foi na rua Angico, atrás da escola (na época estadual) Padre Machado, onde eram realizados os ensaios e confecções de fantasia. Conseguindo o apoio financeiro necessário, o bloco teve seu primeiro abadá simples, branco com o brasão criado “Bloco de Samba Rock Sociedade Alternativa”.

Figura 35 – Primeiro abadá Bloco Sociedade Alternativa



Fonte: Bloco Sociedade Alternativa

Figura 36 – Abadá Sociedade Alternativa 2023 – homenagem a Brumadinho



Foto: Letícia Peixoto Silva, 2023.

A distância entre a primeira e a segunda figura é de 20 anos, o último abadá representa ao fundo o pico dos três irmãos, com a linha férrea, o trem, aspectos cruciais do patrimônio da cidade. O interesse patrimonial aqui não parte de uma questão histórica, de longevidade, de vínculo com o passado, mas das conexões com a atualidade, as interrelações que fomentam esse patrimônio imaterial. Não obstante, o abadá é um suporte material dessa manifestação cultural, apresenta e representa interesses, disputas e narrativas que permeiam o bloco.

Assim também ocorre com o bloco Ex Presidiários que surge a fim de contestar uma prisão injusta de um dos amigos dos fundadores, durante o período da ditadura civil militar no país, a ideia parte como uma crítica a repressão, mantendo sempre o abadá listrado em preto e branco, imagem associada aos presidiários em desenhos animados, filmes e outras produções áudio visuais. O bloco se concentrava na Rua Governador Valadares, propositadamente ou não, próximo ao Fórum da Comarca de Brumadinho e, mais tarde, passou a se concentrar na Rua Pau Brasil, em frente ao tradicional Bar do Miguelito.

A Construção da Avenida Vigilato Rodrigues Braga, hoje a principal da cidade, permitiu um desfile mais seguro para quem assistisse, já que, havia o costume de se assistir os desfiles em cima da linha férrea, do centro da cidade, o que ocasionava muitos acidentes. Nesse interim, outros blocos coirmãos iam surgindo a partir da colaboração dos blocos mais antigos: Bloco da Banda São Sebastião, Swing do Bicho, Bloco dos Play, Cala a Boca e me beija, Bloco dos Vip, dentre outros. Contudo, com a mudança de gestões municipais, o carnaval foi sendo redirecionado para praças de eventos e estacionamentos da cidade, retornou a Avenida em 2017 com o retorno, também, do bloco tradicional Cai Cai do morro⁸⁴ mas, em 2019 após o rompimento da barragem e nos anos seguintes devido a pandemia do Covid-19, novamente os blocos de carnaval passaram por uma defasagem.

Figura 37 – Programação Carnaval 2017



CARNAVAL Brumadinho 2017

PROGRAMAÇÃO

SEXTA-FEIRA – 24/02/2017	SEGUNDA-FEIRA – 27/02/2017
21:30 - Bloco Cantoras do Rádio	16:00 - Tonico de Váci
22:30 - Far Mosley	19:00 - Swing do Bicho
00:00 - Sanga de Piano	20:00 - Unidos do Itaquá
SÁBADO – 25/02/2017	21:00 - Quorando a Madrugada
16:00 - Copa de Fuzível - 1ª Fase	22:00 - DF's - Rick Allen, Gaspar e Idilber
19:00 - Conando Teicolan	00:00 - Aline Rosa
20:00 - Cai Cai do Morro	TERÇA-FEIRA – 28/02/2017
21:00 - Vip's	14:00 às 18:00 - Mariné
22:30 - Banda São Sebastião	16:00 - Copa de Fuzível - Final
00:00 - Rick e Ricardo	19:00 - Sociedade Alternativa
DOMINGO – 26/02/2017	20:00 - Cala a Boca e me Beija
14:00 às 18:00 - Mariné	21:00 - Bloco São Sebastião
16:00 - Biquinho das Crianças / Projeto Palhaço Festival	22:30 - Savaas
17:00 - Tonico de Váci	00:00 - Alexander Price
19:00 - Maluco Belza	REALIZAÇÃO
20:00 - Ex Presidiários	PREFEITURA DE BRUMADINHO
22:30 - Miancio Naô	
00:00 - Banda Cheiro de Amor	

Fonte: Prefeitura de Brumadinho, 2017.

Figura 38 – Programação Carnaval 2023



CARNAVAL VIVA BRUMADINHO 2023

PROGRAMAÇÃO DOS BLOCOS

BLOCO	DIAS	CONCENTRAÇÃO
Trem de Doido (usuários do CAPS)	16/02	A partir de 13h, no CAPS.
Cantoras do Rádio	17/02	A partir de 18h, na Praça do Jota em frente ao Hashtag Bar.
Quorando a Madrugada	18 e 21/02	A partir de 18h, na Rodoviária.
Swing do Bicho	18 e 20/02	A partir de 18h, em frente a Casa da Cultura.
Sociedade Alternativa	18 e 20/02	A partir de 20h, em frente a Casa da Cultura.
Ex- Presidiários	19/02	A partir de 17h, no Bar do Miguelito.
Bloco da Banda São Sebastião	20/02	A partir de 20h, na rua da Sede da Banda, rua Tacilio Gomes da Costa.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

Fonte: Prefeitura de Brumadinho, 2023.

⁸⁴ Ver mais em: TV SETE (Sistema Educativo de Televisão). Carnaval 2017. Publicado em 26/02/2017. 11m07s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xMi8lyXQMUA&ab_channel=TVSETE-SistemaEducativoDeTelevis%C3%A3o. Acessado em: jan. de 2024.

Relações conflitivas permeiam a patrimonialização em Brumadinho, manifestando-se em disputas por espaços de existência e convivência entre a aceleração da modernidade e as ações locais de descaracterização da memória. Evidentemente, o processo de releitura do patrimônio implica no envolvimento de novos instrumentos de preservação e de promoção (Fonseca, 2009), assim, compreender o carnaval enquanto patrimônio local é, também, permitir a garantia o fortalecimento desses blocos, de suas histórias e memórias.

Nesse sentido, se por um lado,

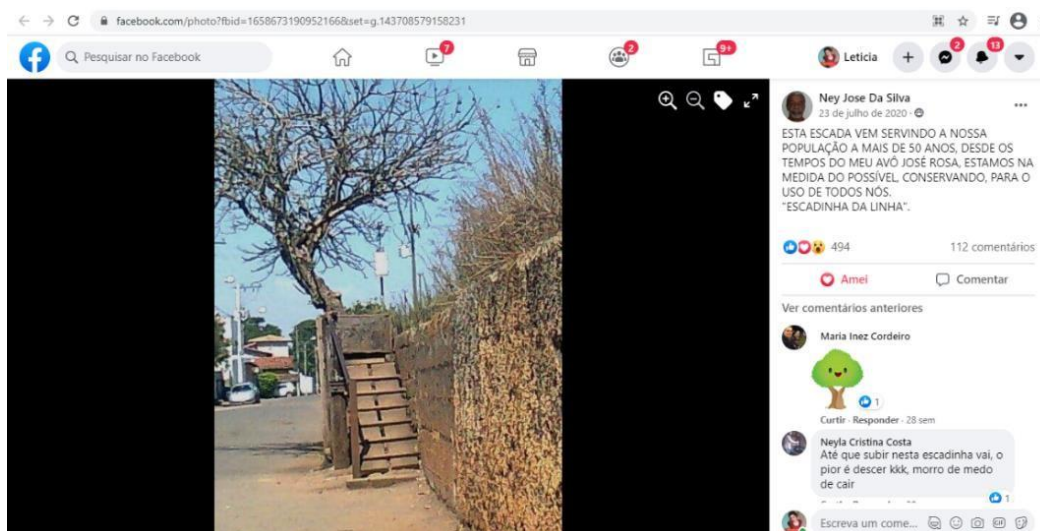
marcar o território pode significar a criação de ícones de memória favoráveis à resistência e a afirmação dos saberes locais frente aos processos homogeneizadores e globalizantes; por outro, assumir a volatilidade desse território pode implicar a construção de estratégias que favoreçam a troca, o intercâmbio e o fortalecimento político-cultural dos agentes museais envolvidos. (Chagas, 2012, P. 74).

Dessa forma, tais patrimônios imateriais supracitados permitem elucidar, ao menos parcialmente, a riqueza patrimonial que compõe a cidade e que devem passar a compor estratégias de fortalecimento sociocultural a fim de suprir as políticas locais que transparecem uma ineficácia no resgate, preservação, promoção e divulgação de suas existências. Não obstante, esse conflito se intensifica com disputas de narrativas mesmo entre patrimônios ditos institucionalizados, ou que passaram por inventário municipal, como foi o caso do Coreto e da Igreja de Nossa Senhora da Piedade.

3.2. Patrimônios em disputa

Alguns patrimônios no decorrer das mudanças do município se perderam ou foram destruídos, como foi o caso do Coreto da Rodoviária (**anexo 06**), enquanto outros, mesmo hoje, ainda não são considerados pelo poder público enquanto patrimônios, como é o caso da escadinha da linha. Este último, estudado em pesquisa anterior (Silva, 2021), se apresentou enquanto um patrimônio da memória afetiva do centro da cidade, as pessoas que iam até a estação ferroviária de Brumadinho utilizavam-na como trajeto, mas também, como ponto de encontros, tanto quanto uma rodoviária, um local de passagem, mas, também, um local de memória.

Figura 39 – Escadinha da linha



Fonte: Letícia Peixoto Silva, 2021.

É possível compreender que não necessariamente uma identificação irá infundir um patrimônio institucionalizado, o que ocasiona um processo de “patrimonialização informal” (Souza, 2018), isto é, que não há necessariamente o reconhecimento jurídico e/ou político sobre determinado patrimônio, contudo, o faz dentro da comunidade ao qual pertence. Assim, mesmo dentro da legitimação oficial, é possível enxergar fissuras, conflitos e disputas, dessa forma, apenas a institucionalização de patrimônios pelo poder público não garante, por si só, o seu acesso e salvaguarda.

Outros patrimônios legitimados continuam em disputas simbólicas por reconhecimento na cidade, como é o caso da Igreja de Nossa Senhora da Piedade, em Piedade do Paraopeba. Nesse sentido, cabe dizer que no mesmo período de construção do Chafariz Paciência parece ter motivado os moradores a também realizarem uma reforma na Igreja, de acordo com os locais, há muitos anos a Igreja ia se deteriorando, o que motivou um mutirão de moradores a reformarem o espaço, para tanto, resolveram fotografar durante a reforma para saberem onde cada coisa estava e foi nesse período que encontraram a placa que evidenciava a idade de 300 anos da igreja.

Figura 40 – Placa Igreja Nossa Senhora da Piedade – 1988



Foto: Associação de moradores de Piedade do Paraopeba

Contudo, a reformulação e reconstrução já havia ocorrido em seus primórdios. Em pesquisa realizada por Bernardo Andrade (2014) intitulada “Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade – Distrito de Piedade do Paraopeba Brumadinho MG: Subsídios históricos para o projeto de reparação” relata que

no início do século XVIII, com o avanço da ocupação da região, a capela possivelmente passou por melhoramentos, tendo sido reconstruída ao menos uma vez. Pelo menos é isso que sugere a escritura de formação do patrimônio da padroeira, lavrada em Sabará em 27 de fevereiro de 1729, onde é mencionado que o doador tratou de ‘novamente reedificar a capela existente naquelas terras. O doador em questão, Bento Rodrigues da Costa, comprara essas terras e capoeiras do Sargento-mor Leslico de Pontes Pinto (p.26).

A Ideia de estratégia social (Revel, 1996) acaba por trazer um ponto interessante na questão das reformas realizadas na Igreja de Piedade do Paraopeba, já que, para a população, para aquele grupo social, era necessário que se fizesse uma reforma por não haver um apoio público e intelectual, especialmente das áreas da conservação patrimonial, que alcançassem essa população no século XX. O grupo, unido pela fé católica enxergava, ali, não uma igreja com formas específicas de construção arquitetônica, mas um espaço de fé e sociabilidade defasado.

Assim, a escolha da coletividade foi preservar, a seu próprio modo, aquela igreja. Em termos das políticas patrimoniais e regras propostas pelo IEPHA, a igreja não pode ser tombada por ter sido descaracterizada, não é, dentro dessa lógica patrimonial de pedra e cal, uma igreja de 300 anos. Mas é importante destacar a disparidade de acesso às estruturas patrimoniais dos municípios mineiros, especialmente se comparado às cidades históricas coloniais, como Ouro Preto, por exemplo, que desde 1938 foi tombado pelo IPHAN.

Mas cabe questionar sobre se Piedade do Paraopeba também seria um centro histórico, se caso tivesse tido os devidos investimentos, e, por outro lado, se já o é para as pessoas que nasceram, viveram e o frequentaram. Há de se levar em conta mais a opinião dos especialistas do que da própria população local? E ainda, se acaso a região local tivesse tido um olhar atento dessa intelectualidade, seria necessário o esforço da própria população em manter e reformar a igreja?

Figura 41 – Altar Igreja Nossa Senhora de Piedade - Reforma Década de 1988

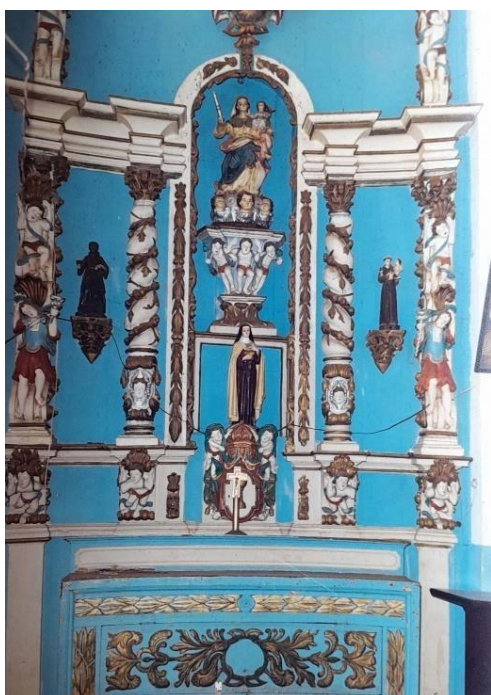


Foto: Associação de moradores de Piedade do Paraopeba

Figura 42 – Detalhe do Altar Igreja Nossa Senhora de Piedade – Reforma da Década de 1988



Foto: Associação de moradores de Piedade do Paraopeba

A Igreja de Nossa Senhora de Piedade é o local privilegiado da convivência local, uma vez que, batizados, casamentos, encontros, conversas realizam-se nesse espaço. Mas o movimento se tornava ainda maior com as festividades do Jubileu de Nossa Senhora de Piedade, instituído em 1907 pelo Padre Ubaldo (Andrade, 2014) que também chegou a contribuir com melhorias físicas na Igreja. O Jubileu possui a raiz etimológica associada a ideia de conduzir, levar e ou transportar as ofertas ou oferecer em forma de cortejo (Carvalho, 2000), dessa forma, as comemorações em jubileu são caracterizadas por suas procissões com os santos por trajetos específicos, que neste caso, se faz na via das sete dores de Maria.

Figura 43 – Oratório de pedra – Via das Sete Dores de Maria

Figura 44 – Imagem Nossa Senhora da Piedade - 1988



Foto: Letícia Peixoto Silva, 2023



Foto: Associação de moradores de Piedade do Paraopeba

Segundo os depoimentos dos moradores a imagem da santa teria vindo de Portugal sob encomenda, em concordância com esse ponto, Bernardo Andrade (2014) conta que, a imagem teria sido doada em 1790 por Bárbara Eliodora Guilhermina da Silveira, esposa de Inácio José de Alvarenga Peixoto a fim de cumprir um voto para alcançar a graça da libertação do marido, quando fora preso na inconfidência, o que acabou não ocorrendo.

Para a comunidade, é a junção entre fé e sociabilidade entre as famílias da região. De acordo com Regina e Eduardo, as pessoas já no dia 31 de agosto se juntavam para lavarem a igreja, as escadarias e os moradores da rua principal pintavam suas casas com cal, para criar uma boa impressão àqueles que vinham ao festejo. Os fiéis vindos de várias regiões do Vale do Paraopeba alugavam casas na região para comemorarem os dias de festas que iam desde o início de setembro até o dia 8, último dia de festa.

Alguns vinham em carros de boi, outros a cavalo, outros desciam a pé, pela divisa do Palhano (comunidade próxima a Piedade), Marla⁸⁵ conta que no caminho paravam em um córrego chamado Lava Pé, onde havia uma nascente de água, dali para frente, as pessoas calçavam seus sapatos (tal processo também é visto no Jubileu de Nossa Senhora das Mercês, na comunidade do Tejuco, que será explorado mais à frente).

Nesse processo de pesquisa também foi descoberto que à época, a comunidade contava com uma banda local, apelidada de Banda do Zuíno devido ao seu maestro Jesuíno Silveira (*In Memoriam*) que atuava nas celebrações locais e no Jubileu. A procissão ocorria nos últimos dias da comemoração, sendo, anteriormente, dia 7 de setembro a

⁸⁵ Nome Fictício

primeira, dedicada ao Santíssimo Sacramento e a segunda, dia 8 de setembro, dedicada a Nossa Senhora da Piedade (atualmente, se manteve apenas a segunda procissão).

A procissão descrita pela depoente Marla conta que era realizada em “duas alas, uma de um lado e uma do outro, os homens eram na frente e as mulheres lá atrás [...] ia acompanhando Nossa Senhora com a vela acesa, outro com a correia no pescoço para pagar uma promessa, então o simbolismo é muito grande”, a imagem da santa carregada por cerca de 4 a 6 homens posiciona-se no meio das alas, que circundavam até a Igreja de Nossa Senhora do Rosário até retornar, novamente, a Igreja de Nossa Senhora da Piedade.

Em 2017, o poder executivo lança o edital de tomada de preços n. 005/2017 a fim de contratar uma empresa especializada para a execução da restauração estrutural da Igreja de Nossa Senhora da Piedade. As obras iniciadas em 2018 têm se estendido até o presente momento, o que fez com que o Jubileu passasse a ser celebrado na Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Em 2020, contudo, as obras da primeira fase de restauração já concluídas, apresentam problemas⁸⁶, quase um mês depois, o poder local asfalta uma das ruas principais que ainda mantinham as características originais⁸⁷. Todo esse processo incerto fez com que a população, em 2023, organizasse um abraço simbólico em volta da igreja, cobrando a retomada das obras, juntamente com a solicitação de uma audiência pública realizada na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, na qual pude estar presente.

Figura 45 – Abraço simbólico Igreja Nossa Senhora da Piedade 2023



Figura 46 – Audiência Pública reforma da Igreja de Piedade do Paraopeba – ALMG 2023



⁸⁶ Ver mais em: BRUMADINHO, Folha de. Primeira etapa de restauração da Igreja apresenta problemas. 13/08/2020. Disponível em:

<https://www.folhadebrumadinho.com.br/noticias/cultura/primeira-etapa-da-restauracao-da-igreja-de-piedade-apresenta-problemas/>. Acessado em: set. de 2023.

⁸⁷ Ver mais em: BRUMADINHO, Folha de. Prefeitura asfalta rua com característica de mais de 300 anos. 23/09/2020. Disponível em:

<https://www.folhadebrumadinho.com.br/noticias/cultura/prefeitura-asfalta-rua-com-caracteristicas-de-mais-de-300-anos/>. Acessado em: set. de 2023.

Fonte: Folha de Brumadinho

Fonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais

Há um descontentamento local quanto a ação investida sobre a Igreja e sobre o povoado, em vista que, poucas informações foram sendo divulgadas no decorrer dos anos. É, novamente, a dificuldade da população em contatar os especialistas responsáveis por esses patrimônios, dentro das falas apresentadas na audiência, a maior parte parecia desejar apenas ser informada sobre os direcionamentos que tanto o patrimônio material quanto imaterial da comunidade, trilhavam.

Nesse intuito, Varine (2012) aponta que “a natureza e a cultura são vivas, enquanto pertencem a uma população da qual constituem o patrimônio. Elas morrem muito depressa quando são apropriadas e codificadas por especialistas externos à população” (p. 19). Dessa forma, se mesmo os patrimônios que constam nas políticas municipais, perpassam por dificuldades de reconhecimento, cabe perguntar sobre aqueles que sequer aparecem.

Alguns pontos aqui elucidados também se apresentaram em outros períodos da história da cidade. Vale lembrar que a igreja de Conceição de Itaguá, por exemplo, foi demolida e reconstruída na década de 1930 e seus destroços foram jogados nas águas do Rio Manso (Jardim; Jardim, 1982). Outro exemplo foi a Igreja de Nossa Senhora das Mercês, que, por estar muito danificada passou, na década de 1960, por reformas que retiraram seu muro de pedras, as cancelas e, em ambas as igrejas, seus cruzeiros, também esfacelados, foram substituídos por uma releitura de “Cristo Redentor”.

Figura 47 – Igreja de Nossa Senhora da Imaculada Conceição – Conceição de Itaguá



Fonte: Visite Brumadinho

Figura 48 – Igreja de Nossa Senhora das Mercês – Tejuco



Fonte: Visite Brumadinho

A construção que substituíra os cruzeiros da região, apresenta uma descaracterização do patrimônio local, como também, parece tentar construir uma padronização das frentes da igreja baseando-se, apenas, na valoração estética, no que se considera ser belo. Isso porque, o Cruzeiro tem um papel representativo nas comunidades rurais que ultrapassa a questão da beleza ou do enfeite, são colocados à frente das igrejas

como instrumentos simbólicos, como extensão material de um signo cultural compartilhado por aquele grupo.

Sendo assim, em “A retórica da perda” de José Reginaldo dos Santos Gonçalves (1996), o autor reflete que nos processos patrimoniais “os remanescentes do passado, assim como as diferenças entre culturas, tenderiam a ser apagadas e substituídas por um espaço marcado pela uniformidade” (p. 22), essa fórmula, em nível municipal, acaba por destituir as comunidades de suas particularidades, como também, as coloca em um processo de homogeneização cultural que de fato, não corresponde a realidade.

É possível, assim, evidenciar outra disputa patrimonial, já que o Jubileu de Nossa Senhora das Mercês exemplifica um patrimônio não institucionalizado que, contudo, possui características muito próximas ao Jubileu de Nossa Senhora da Piedade. A comunidade de Tejuco, assim como muitas da região, teve sua formação entre famílias de fazendeiros, migrantes e ex-escravizados, estima-se que o jubileu seja tão antigo quanto a comunidade local, mais ou menos 200 anos de existência, mas não se possui documentação ou pesquisas que comprovem a data exata.

Evidentemente, em termos de ritos e processos, os jubileus locais possuem pontos similares e destoantes. No caso do povoado do Tejuco, Nossa Senhora das Mercês, na cultura local, é conhecida por ser a padroeira da libertação das pessoas que foram escravizadas. A partir da história oral local, conta-se que a aparição teria ocorrido em um antigo córrego da região, onde aparecera uma donzela para alguns antigos escravos, que, logo depois, encontram a imagem de gesso a beira do córrego. Aqueles que a encontram resolvem levar a imagem para a parte de cima do povoado, mas, todos os dias, a imagem retornava ao seu local de origem, deixando “pegadas” no chão, até ser construída a primeira capela consagrada a santa.

Figura 49 – Imagem Nossa Senhora das Mercês



Foto: Prefeitura de Brumadinho
 Fonte: Portal da Cidade⁸⁸

Após a construção da Capela (que viria ser a Igreja já mencionada), também se passou a presenciar milagres realizados pela santa. Dona Romilda do Carmo Ribeiro⁸⁹, moradora do povoado, conta que, na época da escravidão, uma senhora escravizada chamada Dona Maria Sátira que viveu 102 anos no povoado, teria sido uma das agraciadas pelos milagres de Nossa Senhora das Mercês, mucama de um dos senhores da região, teria sido agredida por uma desconfiança infundada de maus tratos com o bebê que cuidava, o que fez com que tivesse alguns de seus ossos quebrados, mas, por intermédio da santa, teria recebido a cura e sobrevivido.

Tal caso, importante para as celebrações locais, possui algumas lacunas quanto às datas, já que se estima que o jubileu teria surgido após a abolição da escravatura, em 1888, contudo, é possível compreender a relação entre materialidade e imaterialidade que se constrói sobre a imagem da santa, assim como o cruzeiro, a produção do patrimônio cultural está envolto de uma narrativa, de um discurso que permite mapear conteúdos simbólicos (Fonseca, 2009).

Aqui, o que pode ser observado é a relevância da devoção e do Jubileu representados por suportes materiais que apreendem os símbolos intangíveis locais. Mas, dentro dessa perspectiva, também é possível analisar outras nuances da festividade, como, por exemplo, sua nomenclatura. Ainda que, o jubileu seja dedicado a religiosidade, ficou conhecido popularmente como “Festa do Tejuco, como nos informa Vanderson⁹⁰

Todo mundo conhece a comunidade né? Aí pra você falar Festa de Nossa Senhora das Mercês não é só aqui que tem né? Então tem várias outras comunidades, não sei se comemora, não sei se é nessa data também, mas tem e idolatram a Nossa Senhora da Mercês. No papel é Nossa Senhora da Mercês, só que no nosso vocabulário é festa do Tejuco, ‘vamo’ para a festa do Tejuco (Depoimento de Vanderson, 2024).

A Festa do Tejuco ou o Jubileu de Nossa Senhora das Mercês é comemorado no dia 24 de setembro, também instituído como feriado municipal. Os preparativos começam a partir do dia 15, com a realização de novenas e missas celebrativas. Durante a época de novena e missas, os moradores se organizavam para emprestar cadeiras, bancos, mesas, caixotes e o que tivesse para assentar os vários fiéis que vinham participar das

⁸⁸ PORTAL DA CIDADE. Reconhecimento: Jubileu de Nossa Senhora das Mercês passa a ser relevante interesse cultural. Publicado em 23/08/2023. Disponível em: <https://brumadinho.portaldacidade.com/noticias/cultura/jubileu-de-nossa-senhora-das-mercês-passa-a-ser-de-relevante-interesse-cultural-5512>. Acessado em: jan. de 2024.

⁸⁹ Ver mais em: TV SETE (Sistema Educativo de Televisão). Jubileu de Nossa Senhora das Mercês Tejuco. Publicado em 02/10/2018. 10m42s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=DPLf-nnd7x4&list=WL&index=20&ab_channel=TVSETE-SistemaEducativodeTelevis%C3%A3o. Acessado em: jan. de 2024.

⁹⁰ Nome fictício.

celebrações, ainda, as barraquinhas eram construídas de bambu e piteira, uma folha cheia de espinho ao redor, e, algumas vezes, as barracas eram cobertas de folha de bananeira⁹¹.

Os barraqueiros normalmente vinham de outras regiões, todos centralizados na única via principal que havia no povoado. Eram barracas de tiro ao alvo, comidas, bebidas, entre outros produtos e insumos que eram vendidos durante a festa. Ao se recordar do evento, Vanderson nos conta a importância da vestimenta adequada:

Tinha que comprar roupa, tinha que comprar sapato, pra poder ir na festa. Entendeu? A gente não tinha muitas condições, então ficava juntando dinheiro o ano inteiro, meu pai então, minha mãe né? Meu pai trabalhava e minha mãe guardava o dinheiro, ela guardava. Tinha época que a gente comprava, tinha época que não, então a roupa tinha que dar pra aquela festa e tinha que dar pra outra, guardava, e aí da gente usar ela no final de semana ou seja o que for! (Depoimento Vanderson, 2024).

Outrossim, o depoente Pedro⁹² conta que próximo onde hoje é a Escola Municipal Maria Solano Meneses Diniz, havia um córrego onde as pessoas que vinham a pé para a celebração, lavavam os pés para calçar os sapatos. Sapatos eram, nesse momento, artigos de luxo, utilizados em momentos importantes da vida comunitária. Em contínuo, ao adentrar a rua principal do povoado, alguns pagadores de promessa participavam da procissão com pedras na cabeça, velas e outros objetos, a procissão saía da Igreja, entrava na rua José Ribeiro, descia a rua Pedro Miguel e subia a rua Francisco do Prado em frente ao cemitério, dali iam até a porteira da Firmina, onde hoje, é a escola, e de lá retornavam a igreja.

O Jubileu de Nossa Senhora das Mercês ainda não consta nos documentos oficiais do município como patrimônio imaterial. Contudo, a partir da reivindicação da comunidade, foi aprovada, em 2023, a lei estadual n. 24.468 que institui a festa do jubileu como relevante interesse cultural⁹³ do estado de Minas Gerais. Entretanto, apesar de reconhecer o valor cultural da manifestação, o título por si só, não garante a proteção enquanto patrimônio imaterial, o que significa que, os procedimentos administrativos de inventário, registro e da salvaguarda deste patrimônio continuam sob a égide dos órgãos competentes, isto é, na prática, o título permite o reconhecimento, mas não institui a proteção, que fica a cargo do processo de patrimonialização institucional local.

Nesse interim, como abordado por Janice Gonçalves (2018), as demandas do presente envolvem diretamente as disputas de memória e patrimônio, o que faz com que tais discussões tragam consigo as reivindicações de justiça e reparação, nesse sentido, é preciso subverter a ordem do que se considera patrimônio e o que se insere nas políticas

⁹¹ Atualmente as barracas são cedidas pela prefeitura da cidade em parceria com a paróquia.

⁹² Nome fictício

⁹³ O título de relevante interesse cultural foi instituído pela lei estadual n. 24.219 de 15 de julho de 2022, que possui o objetivo de expandir a valorização, promoção e difusão dos bens culturais imateriais do estado.

patrimoniais, isso porque, essa reformulação do patrimônio seja material seja imaterial precisa alcançar outros grupos sociais que, muitas vezes, se veem distantes das questões dos trâmites legais, dos decretos, cartas patrimoniais, leis, dentre outros dispositivos.

Não há patrimônio sem pessoas, e apenas as pessoas podem salvaguardar o patrimônio local. A lei como bem explicitado por Foucault (1999) é um dispositivo discursivo, mas também possui papel que permite a proteção já que, como salienta Varine (2012) um patrimônio não tombado ou catalogado, é pouco visível. Outrossim, para José Reginaldo Santos Gonçalves (2009)

o patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar; é bom para agir. Essa categoria faz a mediação sensível entre seres humanos e divindades, entre mortos e vivos, entre passado e presente, entre o céu e a terra e entre outras oposições. Não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e ser contemplado. O patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas (p. 31).

O processo de uma patrimonialização afetiva é um dos caminhos possíveis para a retomada do território identitário local, resgatar e valorizar os patrimônios já institucionalizados, assim como, reconhecer outros que constituem essas comunidades, são formas de reencontro com o brumadinhense que vem sendo apagado pelos discursos apresentados nesse trabalho. Evidentemente, esse processo é conflituoso, a disputa é eminente no campo patrimonial, contudo, cabe encontrarmos o entrelugar dessas narrativas, é preciso sair desse “não lugar” patrimonial que nos foi imposto, seja pelo Inhotim, seja pelo rompimento ou seja pelos especialistas a fim de reintegrar a heterogênea comunidade de Brumadinho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Brumadinho a partir de 2006 viu o Museu de Arte Contemporânea Inhotim surgir em seu território, apagando uma história antecedente e trazendo consigo uma nova narrativa para aquele espaço. Em detrimento disso, criou fissuras e estendeu conflitos identitários que, por muito tempo, se viram poucos discutidos e evidenciados e que podemos destacar como faces do esgarçamento de laços comunitários e, mesmo, desmantelamento do sentimento de comunidade preexistente. Por outro lado, vêm criando formas de ressarcir essas fissuras, com o projeto Território e Redes, onde busca, pela primeira vez na história do Instituto, uma reaproximação real das comunidades brumadinhenses, principalmente após os eventos ocorridos em 2019, onde Brumadinho sofreu e sofre por consequências decorrentes ao rompimento da barragem B1, em Córrego do Feijão.

O município se viu vinculado a dois extremos, ao Inhotim, espaço de contemplação, de arte, de botânica, de cultura, mas que se via apartado da comunidade, parecia não nos dizer respeito, um espaço a parte da realidade local, e por outro, pelo rompimento da barragem que construiu a ideia de “cidade da tragédia”, embora, como foi exposto pela pesquisa, o que de fato ocorreu foi um desastre anunciado. Tais eventos resumiram a identidade brumadinhense entre arte e contemplação seguido de lama, morte e tristeza. Partindo desse pressuposto, a pesquisa buscou compreender o que era ser brumadinhense, como se colocava os patrimônios dessa cidade que se viu nas narrativas midiáticas, nas reportagens, nas pesquisas e trabalhos acadêmicos entre Inhotim e a “tragédia”.

Algumas perguntas partiram de pontos subjetivos, faziam-me questionar qual era a história da minha cidade para além desses discursos, quais os interditos que se apresentam no cotidiano do município, na formação das manifestações culturais e dos patrimônios materiais e porque não sabemos disso. Uma cidade de extensões territoriais gigantescas, dividida em seus 642 km² parecia apartada de si mesma, de suas comunidades rurais. Nesse sentido, entendendo a complexidade da identidade brumadinhense que se viu defasada por esses acontecimentos, buscou-se pelo patrimônio.

O patrimônio cultural é capaz de narrar, discursar sobre a identidade e a memória do grupo, também remonta e resguarda a história de um local, contudo, também pode ser vetor de apagamentos mnemônicos e homogeneizações a fim de representar apenas uma identidade e cultura em detrimento às outras. No decorrer da pesquisa, foi possível perceber que a política local de patrimonialização possuía pouco interesse nas comunidades, parecia estar centrada em si própria e em suas atribuições técnicas, apenas como forma de preencher os requisitos e burocratizações impostas pelo IEPHA para o recebimento do ICMS Cultural.

Também não havia um espaço museológico que pudesse nos contar o que é ser de Brumadinho, não havia acervos disponíveis e as poucas exposições encontradas perpetuavam uma narrativa oficial dos grandes personagens políticos, dos grandes eventos. Ainda, não foi possível mensurar outras informações, já que, também não foi possível o acesso aos livros de tombo e registro dos patrimônios evidenciados nos quadros de Proteção e Salvaguarda nas documentações do IEPHA, assim como, suas histórias e memórias.

Outrossim, a patrimonialização realizada pelos órgãos municipais parece encontrar-se de forma descontínua, desorganizada e pouco interessada no que àqueles patrimônios citados e enumerados em quadros e tabelas, representam. Manteve-se acervos dentro dos armários municipais, nas caixas arquivos, solidificou em documentações as manifestações culturais sem evidenciar suas singularidades, a fim de condicionar o patrimônio local a um sistema de dominação instituído por e para os especialistas. E ainda, mesmo aquelas que constam nas documentações, parecem estar fadadas à dominação do saber daqueles que estabelecem o que é ou não passível de ser patrimônio, o que é ou não passível de se perder e de se resguardar.

Dessa forma, tais conflitos patrimoniais que se apresentaram durante a pesquisa foram evidenciados pelas escolhas, falas, leis, decretos que demonstraram que estes patrimônios eram visualizados, nas educações patrimoniais, nas políticas locais como atração de turistas e visitantes e pouco para a própria população. Nas entrelinhas, pareciam ser alegorias turísticas econômicas, em nuvem, existiam, constavam, mas pareciam longe, impalpáveis, discutidos em salas de reuniões, passados para papéis e documentos oficiais, mas pouco discutidos com as associações, grupos sociais, comunidades que, de fato, os realizam.

Nesse sentido, não ter conseguido encontrar outras formas de expressão, exposição ou mesmo, apresentação desses patrimônios que pudessem nos dizer o papel dessas instituições de memória no município, nos fez perceber que, dentro dessa política patrimonial existe um distanciamento propositalmente entre aquele que detém o conhecimento considerado científico, que possui as qualificações necessárias, as formas de conseguir os recursos, dos sujeitos viventes no patrimônio, que resguardam e salvaguardam as tradições. A pergunta feita por Spivak (2010) e título de seu livro “pode o subalterno falar?” parece ser respondida localmente como “não, não pode. Deixe que falemos por vocês”, não temos espaços de fala e discussão, não temos políticas que nos ouçam, estamos fadados a constar em documentações como existências, parecemos fadados ao estigma de cidade Inhotim/Rompimento apresentado anteriormente.

Contudo, nem todo conhecimento técnico consegue traduzir a afetividade, é o sentimento que, na maior parte das vezes, move as manifestações culturais

brumadinhenses. Ocorre de forma informal a rede de articulação entre os produtores de cultura e protetores do patrimônio cultural local como os congadeiros, os organizadores de bloco, os músicos de banda, os fiéis, os agricultores, alguns músicos tocam nas baterias de carnaval, algumas baterias tocam em outros blocos, outros, também participam dos congados locais, assim, vão se conhecendo e reconhecendo pelos encontros cotidianos.

Partindo desse princípio, sistematizar esse processo também é reconhecer os recortes, impossibilidades e limites de uma pesquisa, mas que abre espaço para novas discussões no campo patrimonial. A partir dessa investigação foi possível perceber essas redes de apoio, de articulação e de cuidado entre as próprias comunidades que mantêm ainda aspectos de uma cidade interiorana, finca suas raízes do interior mesmo com os processos de urbanização, de degradação mineral ou das dissidências causadas pelo Instituto Inhotim. Assim, o que fica claro para essa pesquisa é que o patrimônio de Brumadinho se faz em comunidade, são amigos, parentes, companheiros que se organizam, conversam e até, disputam, mas mantêm-se resilientes, o que permite a continuação desse trabalho de educação patrimonial informal.

São essas pessoas que, na espreita da política local de patrimonialização, sem espaços expositivos, sem museus, sem especialistas, produzem e mantêm o patrimônio brumadinhense. Entretanto, ainda compreendendo esse processo, é necessário novas pesquisas que possibilitem averiguar essas expressões culturais, patrimônios, manifestações e modos de fazer que se expandem no território local, já que, o presente trabalho permite elucidar suas existências até certo ponto, devido às limitações impostas pelo tempo e por uma produção ainda amarrada à tecnicidade, mas espera-se que, a partir dos pontos elucidados nessa dissertação tenha sido possível contribuir para uma nova perspectiva, uma nova visibilidade sobre o município que não se permite mais ser enxergado apenas como a cidade da “tragédia” ou cidade do Inhotim, mas que é a cidade das festas, do carnaval, da religiosidade, do congado, da folia, do futebol e das memórias de seus moradores.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Thaís Mendes. **Brumadinho-MG e Inhotim: Entre a memória, o museu e o turismo**. Dissertação (Mestrado em estudos latino-americanos). Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História (ILAACH). Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em estudos latino-americanos, Universidade Federal de Integral Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2018.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDRADE, Bernardo. **Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade – Distrito de Piedade do Paraopeba Brumadinho MG: Subsídios Históricos para o projeto de Restauração**. Ouro Preto, 2014.
- ARAÚJO, Juliana Godoy Corrêa de. **O processo de planejamento municipal em Brumadinho/MG: Avanços e permanências em situação de minero-dependência**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.
- ARBEX, Daniela. **Arrastados: Os bastidores do rompimento da barragem de Brumadinho, o maior desastre humanitário do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2022.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: Formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Ed. Unicamp, 2011.
- BARTH, Fredrik. **A análise da cultura nas sociedades complexas**. In: BARTH, Fredrik. O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000, p. 107-140.
- BAUDRILLARD, Jean. **“Capítulo B: o sistema não-funcional ou o discurso subjetivo”**. In: BAUDRILLARD, Jean. O sistema dos objetos. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- BELLAIGUE, Mathilde. **Memória, Espaço, Tempo, Poder**. In: Revista Eletrônica do Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio. v.2, n.2, 2009. p. 87-90.
- BENETI, Mariana Bento; ROSA, Marcia Eliane. **A obra “Rodoviária de Brumadinho” como site específico no espaço social**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – XXIII Congresso de Ciências da comunicação na Região Sudeste: Belo Horizonte, 2018, p. 1-9.
- BITTENCOURT, José Neves. **Québec acabou? Para os próximos 20 anos**. In: CHAGAS, Mário de Souza, et al. **A democratização da memória: A função social dos Museus Ibero-Americanos**, Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008.
- BORGES, Luiz Carlos. **O inhotim que o outro inhotim engoliu: Museu, silêncio e transfiguração de memórias**. XVI ENANCIB Informação, Memória e Patrimônio do documento às redes. Tendências da Pesquisa brasileira em Ciência da Informação, v.8, n.2, João Pessoa, 2015.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos**. 3 ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Editora UFMG, 1998.
- BRULON, Bruno. **Caminhos modernos da Musealização: a fabricação de musealia no Ocidente**. Manaus: Revista Tempo Amazônico, v.3, n.1, 2015, p.42-61.
- BRULON SOARES, B. **Contramuseología: El museo como dispositivo contra la gentrificación de la memoria**. Pasajes, 64, 2021, 35-55. Disponível em: <https://puv.uv.es/pasajes-64.html>. Acessado em: 02 out. de 2022.
- CADAVEZ, CÂNDIDA. **No princípio era o “patrimônio”: Reflexões (possíveis) acerca dos significados e apropriações do patrimônio**. In: MAGALHÃES, F.; COSTA, L.F; HERNÁNDEZ,

F.H; CURCINO, A. *Museologia e Patrimônio – Volume 1*, Leiria: Instituto Politécnico de Leiria, 2019.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e Cidadãos: Conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997, p. 101-148.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto **Os (des) caminhos da identidade**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* VOL. 15 No 42, 2000, pp 7-21. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n42/1733.pdf>. Acessado: agosto de 2022.

CARVALHO, José Murilo de (coord.). **História do Brasil nação: 1808-2010**. Volume 2. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2012, p. 18-35.

CARVALHO, José Carlos. **Jubileu ou Júbilo? O Início do milênio da reconciliação**. *Humanística e Teologia*, Lisboa, 2000, p.201-221. Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/19096/1/Jubileu%20ou%20j%C3%BAbilio%20%20%20in%C3%ADcio%20do%20mil%C3%A9nio%20em%20reconcilia%C3%A7%C3%A3o.PDF>. Acessado em: jan de 2024.

CURY, Marília Xavier. **Metamuseologia – reflexividade sobre a tríade musealia, musealidade e musealização, museus etnográficos e participação indígena**. In: *Museologia e interdisciplinaridade*, v. 9, n. 17, Brasília, 2020.

CHAGAS, Mário. **Memória e poder: dois movimentos**. *Cadernos de Sociomuseologia*, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, n. 19, 2012, p. 43-81. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/367>>. Acessado em: 15 novembro de 2020.

CHAGAS, Mário de Souza; BEZERRA, Rafael Zamorano; BENCHETRIT, Sarah Fassa. **A democratização da memória: A função social dos Museus Ibero-Americanos**. In: CHAGAS, Mário de Souza, et al. *A democratização da memória: A função social dos Museus Ibero-Americanos*, Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008, p. 9-15.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do Patrimônio**. 3 ed. Lisboa: Edições 70, 2014.

COELHO, Tádzio Peters. **Dilemas e obstáculos na economia de Brumadinho frente à minério-dependência**. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 22, n. 41, 2018, p. 252-267. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252020000200009. Acesso em: 20 de julho de 2023.

DAVALLON, Jean. **Memória e Patrimônio: por uma abordagem dos regimes de patrimonialização**. In: TARDY, Cécile (dir.); DODEBEI, Vera (dir.). *Memória e novos patrimônios*. Nouvelle édition [en ligne] Marseille: OpenEdition Press, 2015. Disponível em: <http://books.openedition.org/oepe/417>>. Acessado em: 28 de março de 2023, p. 47-66.

DEBARY, Octave. **Antropologia dos restos: Da lixeira ao museu**. Pelotas: UM2 Comunicação, 2017, p. 12-65.

DINIZ, Sibelle Cornélio; FARIA, Diomira Maria Cicci Pinto. **Cultura e desenvolvimento local: uma aposta possível? – um estudo a partir do caso de Brumadinho, Minas Gerais**. *Políticas Culturais em Revista*, UFBA, 1, 2012, p. 1-19.

DUPIN, Leonardo Vilaça; PEREIRA, Edilson. **De Minas às ruínas: O refazer da memória e da paisagem no pós-desastre de Brumadinho**. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, vol. 17, núm. 3, 2022.

ELIAS, Nobert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FARIA, Diomira Maria Cicci Pinto. **Análise da capacidade do turismo no desenvolvimento econômico regional: o caso de Inhotim e Brumadinho**. Tese (Doutorado em economia). Faculdade de Economia, Universidade de Alicante e Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2012. Disponível em

<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/AMSA-8WTK9U>> Acesso: 20 de julho de 2023.

FARIA, Laura Amaral. **A produção do espaço no eixo sul da metrópole de Belo Horizonte: O Instituto Inhotim (Brumadinho-MG) e o fetichismo da natureza**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

FAULHABER, Priscila Barbosa. **Tentando uma Antropologia Operativa**, 2018, p. 79-106. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6358>. Acessado em: 2 de junho de 2023.

FERNANDES DE SOUZA, Webert; SILVA, Pedro Henrique da. **ALÉM DOS MUROS DO INHOTIM: Educação patrimonial, identidade e cidadania em Brumadinho / MG**. IX Mestres e Conselheiros Agentes Multiplicadores do Patrimônio. Belo Horizonte/MG 2017.

FERNANDES DE SOUZA, Webert. **Inhotim: Um retrato na parede?**. In: PEREIRA, Denise (org.). **História: Espaços, poder, cultura e sociedade**. Ponta Grossa: Atena, 2021, p. 37-50.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural**. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e Patrimônios: Ensaio Contemporâneos**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 58-76.

FOUCAULT, Michel (1926-1984). **A verdade e as formas jurídicas**. 3ª edição, Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

FOUCAULT, Michel (1926-1984). **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GASPAR, Floriana de Fátima. **Aspectos do atual processo de urbanização de Brumadinho**. Programa de Educação Tutorial – Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro; LTC – Livros Técnicos e Científicos S.A., 1989.

GONÇALVES, Janice. **Passados compostos e decompostos: o patrimônio cultural em tempos de memória e desmemória**. Sillogéns, v.1, n.1, ISSN 2595-4830, 2018, p. 61-73.

GONÇALVES, José Reginaldo. **Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: O problema dos patrimônios culturais**. Estudos Históricas, v. 1, n.2, Rio de Janeiro, 1988, p. 264-275.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: Os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Ed. UFRJ: Rio de Janeiro, 1996, 156 p.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **O patrimônio como categoria de pensamento**. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e Patrimônios: Ensaio Contemporâneos**. 2 ed, Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 25-33.

GAZZINELLI DE OLIVEIRA, Juliana. **Patrimônio, Preservação e Políticas Públicas: O caso da estação de Marinhos**. Dissertação (Mestrado) – Curso em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MMMD-9UQM7N>. Acesso em: 23 de abril de 2021.

GUIMARÃES, Keila Pinto. **Histórico do Bairro Parque da Cachoeira, Brumadinho/MG**. [DIGITAL] Belo Horizonte, jan., 2020.

HAESBERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: Do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 19-98.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1990.

- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 2006.
- HEINICH, Nathalie. **A fabricação do patrimônio cultural**. Fronteiras: Revista Catarinense de História. Dossiê Memória, Patrimônio e Democracia, n. 32, 2018, ISSN 2238-9717.
- HERITAGE, Paul (org.) **Raízes da resiliência: uma aproximação participativa ao mapeamento, mediação e mobilização do patrimônio cultural no quadrilátero ferrífero de Minas Gerais no Brasil**. People's Palace Projects, Universidade de Queen Mary, 2022. Disponível em: www.peoplespalaceprojects.org.uk. Acessado em: 15 de agosto de 2023.
- JARDIM, Décio Lima. JARDIM, Márcio Cunha. **História e Riquezas do Município de Brumadinho**. Brumadinho: Prefeitura Municipal de Brumadinho, 1982.
- LIMA, Diana Farjalla Correia. **Patrimonialização-Musealização: a longa trajetória para a categoria Patrimônio Cultural Imaterial**. Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, v.9, n.2, p.1-23, set./dez. 2016. Edição com melhores trabalhos eleitos nos Grupos de Trabalho da ANCIB indicados no XVII ENANCIB, 2016.
- LOPES, Rosalba; MARQUES, Rita de Cássia. **Centro Inhotim de Memória e Patrimônio – CIMP**. Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 14, n. 20, 2013.
- LOPES, Sofia Martins Moreira; TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves; PARREIRAS, Conceição Maria. **Um olhar histórico sobre a população brumadinhense após o rompimento da barragem**. In: TALLARICO, Rafael; CORRÊA, Gustavo Hermont. Tragédia em Brumadinho: desafios jurídicos e planejamento estratégico. Belo Horizonte: D'Plácito, 2021, p. 15-64.
- LOPEZ, Immaculada. **Memória social: uma metodologia que conta histórias de vida e o desenvolvimento local**. 1 ed. São Paulo: Museu da Pessoa, 2008.
- MACHADO, Diego Finder. **Diálogos arriscados: do direito de participação cidadã na patrimonialização ao direito cidadão de aparecer no patrimônio cultural**. Revista Catarinense de História. Dossiê Memória, Patrimônio e Democracia, n. 32, Santa Catarina, p. 92- 2018. ISSN 2238-9717.
- MEIHY, José Carlos Sebe B. **Augusto e Leia: um caso de (des)amor em tempos modernos**. São Paulo: Contexto, 2006.
- MENESES, Anna Thereza do Valle Bezerra de. **Arte contemporânea no museu: um estudo de caso do Instituto Inhotim**. Dissertação (Mestrado em Museologia). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; MAST, Rio de Janeiro, 2012.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. **Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico**. Anais do Museu Paulista: São Paulo, v.2, 1994, p. 9 – 42.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra. **Os museus e as ambiguidades da memória: A memória traumática**. Encontro Paulista de Museus – Memorial da América Latina, 2018.
- MOURA, Antônio de Paiva. **Médio Paraopeba e Seu Saber Viver**. Bonfim: Prefeitura Municipal, 2014.
- NORA, Pierre. **Entre Memória e História – a problemática dos lugares**. Revista Projeto História, n. 10, p. 7-28, São Paulo, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acessado em: 22 de julho de 2020.
- OLIVEIRA, Valdir de Castro. **Notícias e narrativas a contrapelo sobre um lugar e um não-lugar: Inhotim: 1856-2013**. São Paulo: Ed. Dialética, 2022.
- OLIVEIRA, Valdir de Castro. **Mídias locais, história e desenvolvimento de Brumadinho: 1910-2013**. São Paulo: DNA Digital Gráfica Eirelle, 2022.
- OLIVEN, Ruben George. **Patrimônio intangível: Considerações iniciais**. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). Memória e Patrimônios: Ensaio Contemporâneos. 2 ed, Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 80-82.

- PACHECO, Ricardo de Aguiar. **O patrimônio histórico: objeto de pesquisa do historiador**. História Unicap, v.4, n.7, 2017.
- POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento e Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, 1989, p. 3-15.
- POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992, p- 200-2012.
- POMIAN, Krzysztof. **“Coleção”**. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, v.1, p. 51-86, 1984.
- PONTE, António. **Os modelos de gestão dos museus e do património cultural como processos de valorização patrimonial**. IN: MAGALHÃES, F.; COSTA, L. F.; HERNÁNDEZ, F. H.; CURCINO, A. (coords.). Museologia e Patrimônio – Volume 2, Leira: Instituto Politécnico de Leira, 2019, p. 37- 83.
- QUINTÃO, Frederico Dornellas Martins; TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Sousa; DIAS, André Luiz Freitas. **Doce fel da minero-dependência nas cidades mineiras: Brumadinho e Itabira em perspectiva**. Cad. Metrop., São Paulo, v. 24, n. 54, 2022, p. 647-668.
- RAMALHO, Walderez Simões Costa. **Uma história da mineiridade: o sentido ‘essencialista’ de uma representação**. Anais do XIX Encontro Regional de História, Profissão Historiador: Formação e Mercado de Trabalho, juiz de fora, 2014.
- REVEL, Jacques. **Microanálise e construção do social**. In: REVEL, Jacques (org.). Jogos de escala, Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996, p. 15-39.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 2010.
- ROCHA, Alexandra Marla Marques da. **Afinal, o que é tragédia?**. Revista de Estudos Helênicos da UERJ, n. 3, Rio de Janeiro, ISSN 2526-3609. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/ellinikovlemma/article/view/33683>. Acessado em: 20 de nov. de 2023.
- SENA, Roseni; LOPES, Rosalba; GAZZINELLI, Juliana, **Desenvolvendo um território com inclusão e cidadania**. Inc. Soc., Brasília, DF, v.4, n.2, p. 91-102, 2011. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/download/1659/1865>. Acessado em: 21 de junho de 2020.
- SILVA, André Fabrício. **Bento Rodrigues e as memórias que a lama não apagou: Emoções patrimoniais na (re) construção das identidades no contexto pós desastre**. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio). Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, 2023.
- SILVA, Letícia Peixoto. **Memória e identidade brumadinense: Análise da experiência na construção de um museu comunitário**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) – Universidade Estadual de Minas Gerais, Divinópolis, 2021.
- SIMMEL, George. **A natureza sociológica do conflito**. In: MORAES FILHO, Evaristo (org.). Simmel. São Paulo: Ática, 1983.
- SOUZA, Luciana Christina Cruz e; MORAES, Nilson Alves de. **A preservação do patrimônio em Minas Gerais: A 'Lei Robin Hood' e os conselhos municipais de Patrimônio. Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 2, n. 27, p. 128-144, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/5972/pdf>. Acesso em: 05 abr. 2023.
- SOUZA, Luciana Christina Cruz e. **Patrimônio e Colonialidade: A preservação do patrimônio mineiro numa crítica decolonial**. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio), Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS, UNIRIO, Rio de Janeiro, 2018.
- SCHEINER, Tereza C. M., BRULON SOARES, Bruno C. **A ascensão dos museus comunitários e os patrimônios ‘comum’: Um ensaio sobre a casa**. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/175986>. Acessado em: 15 de abril de 2022.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STARLING, Mônica Barros de Lima. **Patrimônio local e democracia: o papel dos conselhos municipais de patrimônio cultural de Minas Gerais**. Políticas Culturais em Revista, UFBA, V.1, 2009, P. 140-156.

VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro: O patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

VAZ, Nelson Popini; CAMARGO, Felipe Côrte Real de. **Da construção da ideia de patrimônio aos seus usos na formação de uma política de preservação patrimonial no Brasil**. Cultura Histórica e Patrimônio, v. 3, n. 2, 2016, p. 6-30.

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In: VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1980, p. 123-132.

VELOSO, Mariza. **O fetiche do Patrimônio**. Revista Habitus. Goiânia, v.4, n.1, 2006, p. 437-454.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva. Volume 1**. 4ª ed. 4ª reimpressão. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015, p. 139-274.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva – volume 2**. Trad. Regis Barbosa e Karen Barbosa. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999, p. 155-186.

WERLEI, Bibiana. **Acessibilidade documental e autoridade compartilhada: pela construção de uma história pública**. Revista Tempo e Argumento, v. 9, n. 21, 2017, p. 429-449. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=338152732017>. Acessado em: 27 de julho de 2023.

LEGISLAÇÕES E INSTRUMENTOS NORMATIVOS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso: 10 de dezembro de 2022.

BRASIL. Decreto nº 3.551 de 4 de agosto de 2000: Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o programa nacional do patrimônio imaterial e dá outras providências. Disponível: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_n_3.551_de_04_de_agosto_de_2000.pdf>. Acessado: 20 de novembro de 2022.

BRASIL. Lei Federal nº 11.483 de 31 de maio de 2007: Dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera os dispositivos da lei nº 10.233 de 5 de junho de 2001, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11483.htm. Acessado: 15 de fevereiro de 2023.

BRASIL. Legislação sobre museus [recurso eletrônico] : Lei nº 11.904, de 14 de Janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), e legislação correlata. – 3. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017. Disponível em: file:///C:/Users/lelep/Downloads/legislacao_museus_3ed.pdf. Acesso: jan. de 2024.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN). Portaria n. 200, de 18 de Maio de 2016: Dispõe sobre a regulamentação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI). Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria_n_200_de_15_de_maio_de_2016.pdf. Acessado em: jan. de 2024.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN). Portaria n. 375 de 19 de setembro de 2018: Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do IPHAN e da outras providências. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria3752018sei_iphan0732090.pdf. Acessado em: jan. de 2024.

BRUMADINHO. Concorrência Pública - 03/2022 Contratação de empresa especializada para a restauração da Fazenda dos Martins e construção do Centro de Referência dos Afrodescendentes. Disponível em: <<https://brumadinho.mg.gov.br/servicos/licitacao-em-andamento/?localizar=fazenda>>. Acesso: abril de 2023.

BRUMADINHO. Concorrência Pública 06/2022- Contratação de empresa para Restauração do Complexo Casa da Cultura Carmita Passos e construção da Praça Doutor Belford. Disponível em: De <<https://brumadinho.mg.gov.br/servicos/licitacao-em-andamento/?localizar=cultura>>. Acesso: abril de 2023.

BRUMADINHO. Lei Municipal nº 939 de 22 de dezembro de 1997: Cria o Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural de Brumadinho e dá outras providências.

BRUMADINHO. Lei Municipal nº 1.197 de 13 de setembro de 2001: Dá nova forma à Lei Municipal 939/97, de 22 de dezembro de 1997 que 'Cria o Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural de Brumadinho e dá outras providências'.

BRUMADINHO. Lei Municipal nº 1.419 de 22 de abril de 2004: Denomina 'Carmita Passos' a Casa da Cultura de Brumadinho.

BRUMADINHO. Lei Complementar nº 52/2006: Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Brumadinho. p. 31-32.

BRUMADINHO. Lei Municipal nº 1.744 de 18 de agosto de 2009: Institui o Fundo Municipal do Patrimônio Cultural – FMPC de Brumadinho.

BRUMADINHO. Lei Municipal nº 2.007 de 24 de outubro de 2013: Dispõe sobre a criação do Centro de Memória de Brumadinho/MG e dá outras providências.

BRUMADINHO. Lei Municipal nº 2.171 de 24 de julho de 2015: Altera a Lei nº 1.219/2001 do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Natural e Paisagístico de Brumadinho, e dá outras providências.

BRUMADINHO. Lei Municipal nº 2.537 de 01 de julho de 2020: Altera a legislação que instituiu o Fundo Municipal de Patrimônio e dá outras providências.

BRUMADINHO. Lei Municipal nº 2.538 de 01 de julho de 2020: Institui o Programa Municipal de Educação para o Patrimônio Cultural intitulado 'Redescobrimo Brumadinho'.

BRUMADINHO. Lei Municipal nº 2.539 de 01 de julho de 2020: Cria a lei de Política Pública de Preservação Cultural de Brumadinho e dá outras providências.

BRUMADINHO. Lei Municipal nº 2.340 de 01 de julho de 2020: Altera a legislação que trata da criação do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Natural e Paisagístico de Brumadinho, e dá outras providências.

MINAS GERAIS. Lei Estadual nº 24.219 de 15 de julho de 2022: Institui o título de relevante interesse cultural do estado e altera a lei n. 11.726, de 30 de dezembro de 1994, que dispõe sobre a política cultural do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/24219/2022/>. Acessado em: jan. de 2024.

MINAS GERAIS. Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Disponível em: https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/48648/1/CE%20Atualizada%202023-05-32%C2%AAed-Maio_A.pdf. Acessado em: dez. de 2023.

MINAS GERAIS. Decreto nº 18.531 de 2 de junho de 1977: Dispõe sobre o tombamento e a inscrição, nos respectivos livros, dos bens que menciona. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;minas.gerais:estadual:decreto:1977-06-02;18531>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2022.

MINAS GERAIS. Lei nº 12.040 de 28 de dezembro de 1995: Dispõe sobre a distribuição da parcela de receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos Municípios, de que trata o inciso II do parágrafo único do artigo 158 da Constituição Federal, e dá outras providências.

MINAS GERAIS. Lei nº 18.030, de 2009: Dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da Arrecadação do ICMS pertencente aos municípios. Disponível em:

http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/legislacao_tributaria/leis/2009/l18030_2009.htm Acesso em: 10 de abril de 2023.

MINAS GERAIS. Conselho Estadual do Patrimônio Cultural (CONEP - Minas Gerais). Deliberação nº 20/2018. Aprovação das normas relativas ao critério de Patrimônio Cultural (PPC) para o ano de exercício 2021 e consecutivos. Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA. Disponível em:

http://www.iepha.mg.gov.br/images/ICMS/DN_CONEP_20_2018_EXERC_2021_Site_IEPHA_MG.pdf. Acesso em: 10 de abril de 2023.

MINAS GERAIS. Conselho Estadual do Patrimônio Cultural (CONEP - Minas Gerais). Deliberação Nº 01/2021. Aprovação das normas relativas ao critério de Patrimônio Cultural (PPC) para o exercício de 2023 (ano-base 2021) e subsequentes. Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA. Disponível em:

http://www.iepha.mg.gov.br/images/ICMS/2020_tabela_/DN_CONEP_01-2021_-_EXERCICIO_2023.pdf. Acesso: 10 de abril de 2023.

DOCUMENTOS ACESSADOS:

Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS). Produto 3: Relatório descritivo e analítico. Conectaret – Articulação de Saberes no âmbito do termo de referência 01/2021, assessoria técnica independente bacia do Paraopeba – Região 1 Brumadinho, Belo Horizonte, 2021.

BRUMADINHO. Concorrência Pública 06/2022 – Contratação de Empresa para Restauração do Complexo Casa da Cultura Carmita Passos e construção da Praça Doutor Belfort. Disponível em: <https://brumadinho.mg.gov.br/servicos/licitacao-em-andamento/?localizar=cultura>>. Acessado: 15 de abril de 2023.

BRUMADINHO. Prefeitura Municipal de Brumadinho. Dossiê de Brumadinho, 2019.

BRUMADINHO. Secretaria Municipal de Educação. Coletânea Explorando e Conhecendo Brumadinho. 2015, p. 57-86.

BRUMADINHO. Secretaria Municipal de Turismo e Cultura. Conhecendo Brumadinho, 2015.

BRUMADINHO. Secretaria Municipal de Turismo e Cultura. Passaporte Cultural: Circuito Terra das Brumas, 2021.

BRUMADINHO. Secretaria Municipal de Turismo e Cultura. Educação Patrimonial: O que é patrimônio?, 2021.

BRUMADINHO. Secretária Municipal de Turismo e Cultura. Brumadinho de Braços Abertos, 2023.

BRUMADINHO bate recorde na nota do ICMS Patrimônio Cultural. *Jornal Circuito Notícias*: Brumadinho, ano 25, ed. 322, jul. – 2020.

CENAS da cidade. **Jornal De Fato**: Brumadinho, ano 23, ed. 236, nov. – 2020.

EMPREENDIMENTO visionário pode ajudar a transformar o futuro de Brumadinho. **Jornal Circuito Notícias**: Brumadinho, ano 26, ed. 337, jul. – 2021.

ENTREVISTA com Alexandre Gribel, empreendedor, visionário e apaixonado por Brumadinho. **Jornal Circuito Notícias**: Brumadinho, ano 26, ed. 336, jun. – 2021.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. CPI da Barragem de Brumadinho – Relatório final. Comissão Parlamentar de Inquérito para, no prazo de 120 dias, apurar como fato determinado as causas do rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Vale S.A., em 25 de janeiro de 2019, no Município de Brumadinho. Aprovado em 12/09/2019, Belo Horizonte, 2019.

MINAS GERAIS. Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA. Guia dos Bens Tombados, Volume 1, 2ª ed., Belo Horizonte, 2014, p. 69-74.

MINAS GERAIS. Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA. Guia dos Bens Tombados, Volume 2, 2ª ed., Belo Horizonte, p. 199-202.

MINAS GERAIS. Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA. Quadro IA – Gestão - Política Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural e outras ações, Brumadinho, ano de exercício 2018.

MINAS GERAIS. Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA. Quadro IIA – Proteção - - Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural, Brumadinho, ano de exercício 2018.

MINAS GERAIS. Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA. Quadro IIA – Proteção - - Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural, Brumadinho, ano de exercício 2019.

MINAS GERAIS. Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA. Quadro IIA – Proteção - Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural, Brumadinho, ano de exercício 2020

MINAS GERAIS. Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA. Quadro IIA – Proteção - Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural, Brumadinho, ano de exercício 2021.

MINAS GERAIS. Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA. Quadro IIIA – Salvaguarda e Promoção - Laudos técnicos do Estado de Conservação dos bens materiais protegidos, na esfera municipal, Brumadinho, ano de exercício 2021.

MINAS GERAIS. Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA. Quadro IIIA – Salvaguarda e Promoção - Laudos técnicos do Estado de Conservação dos bens materiais protegidos, na esfera municipal, Brumadinho, ano de exercício 2022.

MINAS GERAIS. Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA. Quadro IIIB – Salvaguarda e Promoção - Relatórios de Implementação das Ações e Execuções do Plano de Salvaguarda dos bens protegidos por Registro, na esfera municipal, Brumadinho, ano de exercício 2019.

MINAS GERAIS. Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA. Quadro IIIB – Salvaguarda e Promoção - Relatórios de Implementação das Ações e Execuções do Plano de Salvaguarda dos bens protegidos por Registro, na esfera municipal, Brumadinho, ano de exercício 2023.

MINAS GERAIS. Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA. Quadro IIIC/IIID – Salvaguarda e Promoção - Programas de educação para o patrimônio e ações de difusão, Brumadinho, ano de exercício 2018.

MINAS GERAIS. Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA. Quadro IIIC – Salvaguarda e Promoção - – Programas de educação para o patrimônio e ações de difusão, Brumadinho, ano de exercício 2019.

MINAS GERAIS. Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA. Quadro IIIC – Salvaguarda e Promoção - – Programas de educação para o patrimônio e ações de difusão, Brumadinho, ano de exercício 2020.

MINAS GERAIS. Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA. Quadro IIIC- Salvaguarda e Promoção - – Programas de educação para o patrimônio e ações de difusão, Brumadinho, ano de exercício 2021.

MINAS GERAIS. Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA. Quadro IIIC – Salvaguarda e Promoção – Programas de educação para o patrimônio e ações de difusão, Brumadinho, ano de exercício 2023.

MINAS GERAIS. Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA. 51 anos de atuação na proteção, preservação e promoção dos bens culturais mineiros: ICMS Patrimônio Cultural, Belo Horizonte, 2022.

TEODÓSIO, Armindo. Turismo-dependência não é solução para a Minero-Dependência. **Jornal Circuito Notícias**: Brumadinho, ano 27, ed. 359, mar. – 2023.

PORTAIS E SITES:

ABRACE A SERRA DA MOEDA. Disponível em: <<http://abraceaserradamoeda.blogspot.com/>>. Acesso em: 20 de abril de 2023.

ALTMAN, Carlos. Finalmente, Inhotim terá hotel boutique para atender seus visitantes. Estado de Minas. Publicado em 10/08/2023. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/turismo/2023/08/10/interna_turismo,1543989/finalmente-inhotim-tera-hotel-boutique-para-atender-os-visitantes.shtml. Acessado em: jan. de 2024.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. Requerimento de Comissão. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/atividade-parlamentar/projetos-de-lei/projeto/?tipo=RQC&num=586&ano=2023>. Acessado em: dez. de 2023.

BRUMADINHO, Folha de. Primeira etapa de restauração da Igreja apresenta problemas. 13/08/2020. Disponível em: <https://www.folhadebrumadinho.com.br/noticias/cultura/primeira-etapa-da-restauracao-da-igreja-de-piedade-apresenta-problemas/>. Acessado em: set. de 2023.

BRUMADINHO, Folha de. Prefeitura asfalta rua com característica de mais de 300 anos. 23/09/2020. Disponível em: <https://www.folhadebrumadinho.com.br/noticias/cultura/prefeitura-asfalta-rua-com-caracteristicas-de-mais-de-300-anos/>. Acessado em: set. de 2023.

CINEAR PRODUÇÕES. Brumadinho -MG Suzana. Publicado em 21/06/2023. 13m12s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=dInNFZIVXkc&list=RDCMUC-I0PPSBc_Mt5zZNIjY0gbA&index=3&ab_channel=CinearProdu%C3%A7%C3%B5es. Acessado em: jan. de 2024.

COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE BRUMADINHO. Protocolo de Consulta prévia, livre e informada para o trabalho de reparação integral. Disponível em: <https://observatorio.direitosocioambiental.org/wp-content/uploads/2020/12/Protocolo-quilombola-brumadinho.pdf>. Acesso em: jan. de 2024.

Céu de Montanhas. Disponível em: <https://ceudemontanhas.com.br/sobre/>. Acessado em: 20 de dez de 2023.

FGV. PTR. Disponível em: <https://ptr.fgv.br/node/296>. Acessado em: dez. de 2023.

FGV. Onde estão os ricos? Municípios 2020. Disponível em: https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/ranking/TOP_Municipio2020.htm. Acessado em: dez. de 2023.

Frei Gilvander Luta pela Terra e por Direitos. Vale destrói Muro Histórico e Arqueológico em Brumadinho, MG. Cadê o IPHAN, MP e a Lei 3.924/61?. Publicado em 2 de janeiro de 2020, 12m24s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FI5r9vEX8H4&ab_channel=FreiGilvanderLutapelaTerraeporDireitos. Acessado em: dez. de 2023

GIRUNDI, Daniel. Brumadinho: 2 anos após rompimento, moradores não veem futuro no local da tragédia. G1, 25/01/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2021/01/25/brumadinho-2-anos-apos-rompimento-moradores-nao-veem-futuro-no-local-da-tragedia.ghtml>. Acesso: dez. de 2023.

IEPHA. Bens Registrados do IEPHA. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-aco-es/patrimonio-cultural-prottegido/bens-registrados>. Acesso em: 10 de maio de 2023.

INHOTIM. Abre a porta; Rodoviária de Brumadinho. Disponível em: <https://www.inhotim.org.br/item-do-acervo/abre-a-porta-rodoviaria-de-brumadinho/>. Acesso em: dez. de 2023.

INHOTIM. Programa Território e Redes. Disponível em: <https://www.inhotim.org.br/institucional/educativo/territorios-e-redes/>. Acessado em: 20 de dez. de 2023.

Memorial de Brumadinho. Publicado 27/06/2013. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=554605044585520&set=gm.144598785735877&id=143708579158231>. Acessado em: 12 de jun. de 2020.

MINAS GERAIS. Requerimento de Comissão. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/atividade-parlamentar/projetos-de-lei/projeto/?tipo=RQC&num=586&ano=2023>. Acessado em: dez. de 2023.

PORTAL DA CIDADE BRUMADINHO. Batucabrum inicia nesta segunda a exposição “Mês da consciência negra. Publicado em 20/11/2023. Disponível em: <https://brumadinho.portaldacidade.com/noticias/cultura/batucabrum-inicia-nesta-segunda-a-exposicao-mes-da-consciencia-negra-1351>. Acessado em: nov. de 2023.

PORTAL DA CIDADE. Reconhecimento: Jubileu de Nossa Senhora das Mercês passa a ser relevante interesse cultural. Publicado em 23/08/2023. Disponível em: <https://brumadinho.portaldacidade.com/noticias/cultura/jubileu-de-nossa-senhora-das-mercês-passa-a-ser-de-relevante-interesse-cultural-5512>. Acessado em: jan. de 2024.

PURCHIO, Luisa. A indignação em torno da compra de mansões de luxo pela Vale. Veja Mercado, 31/01/2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/a-indignacao-em-torno-da-compra-de-mansoes-de-luxo-pela-vale>. Acessado em: dez. de 2023.

RAMOS, Carolina. Vale destina R\$ 400 milhões a Inhotim, que não cobrará ingresso às quartas. Jornal Estado de Minas. Publicado em 24/06/2023. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/cultura/2023/06/24/interna_cultura,1511671/vale-destina-r-400-milhoes-a-inhotim-que-nao-cobrara-ingresso-as-quartas.shtml. Acessado em: dez. de 2023.

TV SETE (Sistema Educativo de Televisão), Casa da Cultura de Brumadinho recebe exposição “transforma”. Publicado em 31/05/2023, 1m30s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=JPnnou5F2Uw&ab_channel=TVSETE-SistemaEducativodeTelevis%C3%A3o. Acessado em: nov. de 2023.

TV SETE (Sistema Educativo de Televisão). Carnaval 2017. Publicado em 26/02/2017. 11m07s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xMi8lyXQMUA&ab_channel=TVSETE-SistemaEducativodeTelevis%C3%A3o. Acessado em: jan. de 2024.

TV SETE (Sistema Educativo de Televisão). Jubileu de Nossa Senhora das Mercês Tejuco. Publicado em 02/10/2018. 10m42s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=DPLfnnd7x4&list=WL&index=20&ab_channel=TVSETE-SistemaEducativodeTelevis%C3%A3o. Acessado em: jan. de 2024.

VALE, João Henrique do; OLIVEIRA, Junia. Estrada será construída para ligar o Inhotim até a MG 0-40 em Brumadinho. Estado de Minas. Publicado em 25/07/2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/07/25/interna_gerais,1072375/estrada-sera-construida-para-ligar-o-inhotim-ate-a-mg-040-em-brumadinh.shtml. Acessado em: jun. de 2020.

ANEXOS

Anexo 01 – Listagem do Patrimônio protegido – Ano de exercício 2018

43

Definidos os critérios de seleção, identificados os bens culturais (inventário individual ou grupos de bens a serem inventariados e/ou aqueles que já são tombados ou registrados no nível municipal)

NOME	ATRIBUTOS	PROTEÇÃO
MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE	BI	TOMBADO
ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE BRUMADINHO	BI	TOMBADO
ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE MARINHOS	BI	TOMBADO
FAZENDA ANTÔNIO DU' DUCA	BI	TOMBADO
FAZENDA GORDURAS	BI	TOMBADO
CASA DA CULTURA CARMITA PASSOS	BI	TOMBADO
FORTE DE BRUMADINHO	BI	TOMBADO
CONJUNTO PAISAGÍSTICO DA SERRA DA CALÇADA	CP	TOMBADO
FAZENDA DOS MARTINS	BI	TOMBADO
CORPORAÇÃO MUSICAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	P.I	REGISTRADO
CORPORAÇÃO MUSICAL SANTO ANTÔNIO DE SUZANA	P.I	REGISTRADO
CORPORAÇÃO MUSICAL BANDA DE SANTA EFIGÊNIA	P.I	REGISTRADO
GUARDA DE CONGO E MOÇAMBIQUE DO SAPÉ	P.I	REGISTRADO
GUARDA DE MOÇAMBIQUE DO ARANHA	P.I	REGISTRADO
JUBILEU DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE	P.I	REGISTRADO
CACHAÇA ARTESANAL	P.I	INVENTARIADO
CAPELA DE SÃO VICENTE DE PAULA	BI	INVENTARIADO

Fonte: IEPHA. Quadro II Salvaguarda e Promoção, página 43.

Anexo 02 – Listagem do Patrimônio protegido – Ano de exercício 2019

2.2.3 Listagem do Patrimônio protegido

1 . BENS CULTURAIS TOMBADOS NO MUNICÍPIO DE BRUMADINHO

Nome	Atributo	Localização
MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE	Bem imóvel	Distrito de Piedade do Paraopeba
ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE BRUMADINHO	Bem imóvel	Sede
ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE MARINHOS	Bem imóvel	Povoado de Marinhos
FAZENDA ANTÔNIO DU' DUCA	Bem imóvel	Sede
FAZENDA GORDURAS	Bem imóvel	Distrito de Piedade do Paraopeba
CASA DA CULTURA CARMITA PASSOS	Bem imóvel	Sede

Espaços de cultura


PATRIMÔNIO CULTURAL	CATEGORIA
INHOTIM	INVENTARIADO
CLUBE VOO LIVRE	INVENTARIADO
CASA DA CULTURA CARMITA PASSOS	TOMBADO

Celebrações; modos de fazer; saberes e ofícios.

PATRIMÔNIO CULTURAL	CATEGORIA
CACHAÇA ARTESANAL	INVENTARIADO
CERÂMICA ARTÍSTICA	INVENTARIADO
CORP. MUSICAL BANDA STA EFIGÊNIA	REGISTRADO
CORP. MUSICAL SANTO ANTÔNIO	REGISTRADO
CORP. MUSICAL N. SRA DA CONCEIÇÃO	INVENTARIADO
GUARDA CONGO E MOÇAMBIQUE DO SAPÉ	REGISTRADO
GUARDA MOÇAMBIQUE DE ARANHA	REGISTRADO
CORP.MUSICAL BANDA SÃO JOSÉ	INVENTARIADO
CORP.MUSICAL BANDA SÃO SEBASTIÃO	INVENTARIADO

Fonte: IEPHA – Quadro II Salvaguarda e Proteção, páginas 35 e 44.

Anexo 03 – Listagem do Patrimônio protegido – Ano de exercício 2022

 **PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO** 31 de 91

BENS CULTURAIS PROTEGIDOS POR REGISTRO NO MUNICÍPIO DE BRUMADINHO						
DENOMINAÇÃO DO BEM	LOCALIDADE	NÍVEL DE PROTEÇÃO			CATEGORIA	
		Federal	Estadual	Municipal		
1	CORPORAÇÃO MUSICAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	DISTRITO DE CONCEIÇÃO DO ITAGUÁ			X	REGISTRO – RI
2	CORPORAÇÃO MUSICAL SANTO ANTÔNIO DE SUZANA	POVOADO DE SUZANA			X	REGISTRO – RI
3	CORPORAÇÃO MUSICAL BANDA DE SANTA EFIGÊNIA	SEDE			X	REGISTRO – RI
4	GUARDA DE CONGO E MOÇAMBIQUE DO SAPÉ	POVOADO DO SAPÉ			X	REGISTRO – RI
5	GUARDA DE MOÇAMBIQUE DO ARANHA	DISTRITO DE ARANHA			X	REGISTRO – RI
6	JUBILEU DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE	DISTRITO DE PIEDADE DO PARAPEBA			X	REGISTRO – RI
7	RODA DE CAPOEIRA E/OU OFÍCIO DE MESTRE DA CAPOEIRA	TODO O MUNICÍPIO	X			REGISTRO – RI
8	FOLIAS DE MINAS	TODO O MUNICÍPIO		X		REGISTRO – RI
9	VIOLAS DE MINAS	TODO O MUNICÍPIO		X		REGISTRO – RI

BENS CULTURAIS INVENTARIADOS NO MUNICÍPIO DE BRUMADINHO				
DENOMINAÇÃO DO BEM	CATEGORIA	LOCALIDADE	ANO DO INVENTÁRIO (AÇÃO E PRESERVAÇÃO)	
1	CAPELA DE SÃO VICENTE DE PAULA	BENS IMÓVEIS/ ESTRUTURAS ARQUITETÔNICAS – BI	DISTRITO DE SÃO JOSÉ DO PARAPEBA	2014

Secretaria de Turismo e Cultura
 (31) 3571-2430 | (31) 3571-3906 | (31) 3571-3648
 turismoecultura@brumadinho.mg.gov.br

Prefeitura Municipal de Brumadinho
 @prefeitura_brumadinho
 Casa de Cultura: Praça Dr. Belfort, 47 – Centro
 Brumadinho / MG • CEP: 35460-000

Fonte: IEPHA – Quadro II Salvaguarda e Proteção, página 31.



PREFEITURA MUNICIPAL DE
BRUMADINHO

32 de 91

2	IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO	BENS IMÓVEIS/ ESTRUTURAS ARQUITETÔNICAS - BI	DISTRITO DE PIEDADE DO PARAOPEBA	-
3	IGREJA MATRIZ DE SÃO JOSÉ	BENS IMÓVEIS/ ESTRUTURAS ARQUITETÔNICAS - BI	DISTRITO DE SÃO JOSÉ DO PARAOPEBA.	2014
4	IGREJA MATRIZ DE SÃO SEBASTIÃO	BENS IMÓVEIS/ ESTRUTURAS ARQUITETÔNICAS - BI	SEDE	2014
5	INHOTIM	CONJUNTO PAISAGÍSTICO - CP	DISTRITO DE CONCEIÇÃO DO ITAGUÁ	2014
6	SANTUÁRIO DE MONTE CRISTO	BENS IMÓVEIS/ ESTRUTURAS ARQUITETÔNICAS - BI	SEDE	2014
7	IGREJA DO ROSÁRIO EM SÃO JOSE DO PARAOPEBA	BENS IMÓVEIS/ ESTRUTURAS ARQUITETÔNICAS - BI	DISTRITO DE SÃO JOSÉ DO PARAOPEBA	2014
8	CACHAÇA ARTESANAL	PATRIMÔNIO IMATERIAL - PI	DISTRITOS DE PIEDADE DO PARAOPEBA, ARANHA E SEDE	2014
9	CERÂMICA ARTÍSTICA	PATRIMÔNIO IMATERIAL - PI	DISTRITO DE PIEDADE DO PARAOPEBA	2014
10	CLUBE VOO LIVRE	PATRIMÔNIO IMATERIAL - PI	DISTRITO DE PIEDADE DO PARAOPEBA	2014
11	CORPORAÇÃO MUSICAL BANDA DE SANTA EFIGÊNIA	PATRIMÔNIO IMATERIAL - PI	SEDE	2014
12	CORPORAÇÃO MUSICAL SANTO ANTÔNIO	PATRIMÔNIO IMATERIAL - PI	DISTRITO DE PIEDADE DO PARAOPEBA	2014
13	CORPORAÇÃO MUSICAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	PATRIMÔNIO IMATERIAL - PI	DISTRITO DE CONCEIÇÃO DO ITAGUÁ	2014
14	GUARDA CONGO E MOÇAMBIQUE DO SAPÉ	PATRIMÔNIO IMATERIAL - PI	DISTRITO DE SÃO JOSÉ DO PARAOPEBA	2014
15	GUARDA MOÇAMBIQUE DE ARANHA	PATRIMÔNIO IMATERIAL - PI	DISTRITO DE ARANHA	2014

Secretaria de Turismo e Cultura
(31) 3571-2430 | (31) 3571-3906 | (31) 3571-3648
turismocultura@brumadinho.mg.gov.br

Prefeitura Municipal de Brumadinho
@prefeitura_brumadinho
Casa de Cultura: Praça Dr. Belfort, 47 - Centro
Brumadinho / MG - CEP: 35460-000



16	JUBILEU DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE	PATRIMÔNIO IMATERIAL – PI	DISTRITO DE PIEDADE DO PARAOPEBA	2014
17	SÍTIO HISTÓRICO (QUILOMBO DO SAPÉ)	CONJUNTO PAISAGÍSTICO - CP	DISTRITO DE SÃO JOSÉ DO PARAOPEBA	2014
18	CORPORAÇÃO MUSICAL BANDA SÃO JOSÉ	PATRIMÔNIO IMATERIAL – PI	DISTRITOS DE ARANHA E SEDE	-
19	CORPORAÇÃO MUSICAL BANDA SÃO SEBASTIÃO	PATRIMÔNIO IMATERIAL – PI	SEDE	-
20	GUARDA DE MOÇAMBIQUE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE PIEDADE DO PARAOPEBA	PATRIMÔNIO IMATERIAL – PI	DISTRITO DE PIEDADE DO PARAOPEBA	-
21	GUARDA DE MOÇAMBIQUE DO BRUMADO	PATRIMÔNIO IMATERIAL – PI	DISTRITO DE CONCEIÇÃO DO ITAGUÁ	-
22	GUARDA DE MOÇAMBIQUE DO CÓRREGO FERREIRA	PATRIMÔNIO IMATERIAL – PI	DISTRITO DE PIEDADE DO PARAOPEBA	-
23	GRÊMIO RECREATIVO ARRAIAL DO BUSCAPÉ	PATRIMÔNIO IMATERIAL – PI	SÃO JOSE DO PARAOPEBA	-
24	GRUPO DE CANTO E DANÇA NEGRO POR NEGRO	PATRIMÔNIO IMATERIAL – PI	SÃO JOSE DO PARAOPEBA	-

Fonte: IEPHA – Quadro II Salvaguarda e Proteção, página 33.

Anexo 04 – Processo de Inventário da Praça Paulo Alves Moreira

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA:

Área a ser inventariada: Praça Paulo Alves Moreira, conhecida popularmente como:
Rodoviária de Brumadinho



Foto: Rodoviária de Brumadinho, 25/06/2018, Suelem Reis.



Foto: Rodoviária de Brumadinho, 25/06/2018, Suelem Reis.

Anexo 05 – Coreto da Rodoviária na documentação de inventário IEPHA

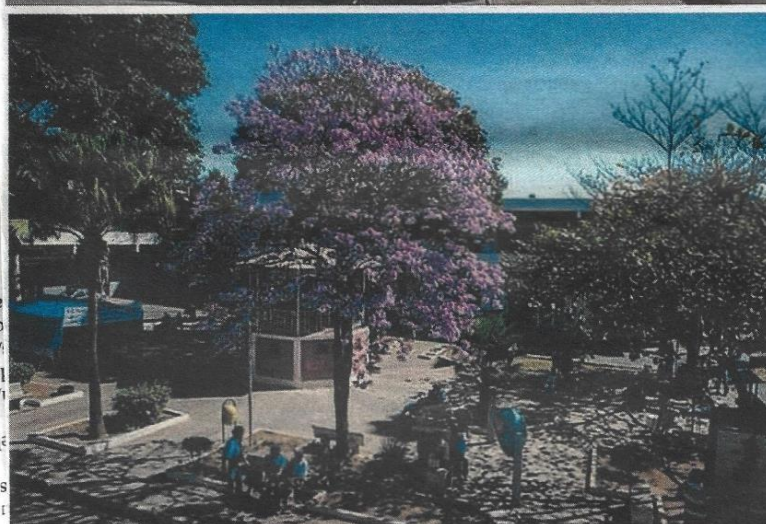
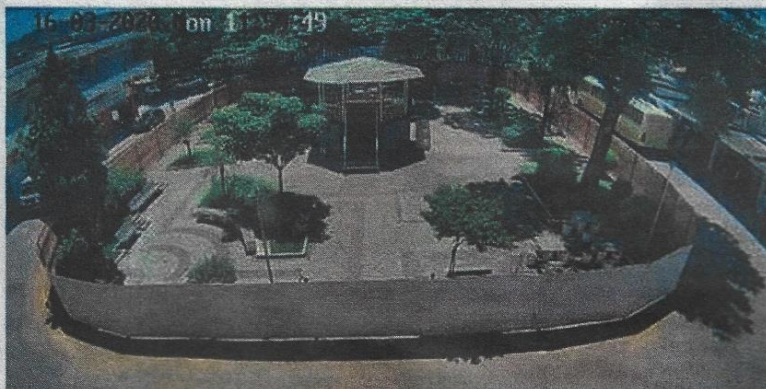


Foto: Rodoviária de Brumadinho, 25/06/2018, Suelem Reis.



Foto: Rodoviária de Brumadinho, 25/06/2018, Suelem Reis.

Anexo 06 – Reportagem Cenas da Cidade -Jornal DeFato

Ed. nº 237 - Dezembro de 2020 - Ano 23 **de fato** 3*Cenas da cidade*

Quando a estupidez humana toma conta de um administrador, ele faz isso aí: destrói um raro ipê roxo, destrói um bellissimo e histórico coreto, destrói árvores, destrói as melhores memórias de um povo e, com meio milhão de reais deste mesmo povo, coloca uma "praça de shopping" no lugar

Fonte: Jornal DeFato, Cenas da cidade, ano 23, ed. 236, nov. – 2020